

RELATÓRIO GRI 2016

*Vamos planejar
o futuro juntos*



SUMÁRIO

Apresentação	3
Mensagem da Diretoria	4
Mensagem do Conselho Deliberativo	5
Mensagem do Conselho Fiscal	6

1 A Valia

1.1 - Perfil	8
1.2 - Valia em números	8
1.3 - Missão, Visão e Valores	8
1.4 - Materialidade	9
1.5 - Planejamento estratégico	10
1.6 - Governança corporativa	10
1.7 - Organograma	13

2 Educação, comunicação e relacionamento com participantes

2.1 - Iniciativas de educação financeira e previdenciária	16
2.2 - Ações de relacionamento com os participantes	19
2.3 - Ações de comunicação com os participantes	20

3 Cenário de 2016

3.1 - O contexto político e econômico	22
3.2 - Desempenho financeiro	22
3.3 - Principais decisões de gestão e investimentos	23

4 Planos de benefícios

4.1 - Principais números do ano	26
4.2 - Plano de Benefício Definido (BD)	26
4.3 - Planos Vale Mais e Valiaprev	27
4.4 - Plano Vale Fertilizantes	29
4.5 - Plano Cenibra	29

5 Públicos interno e externo

5.1 - Gestão e desenvolvimento de pessoas	31
5.2 - Relacionamento com demais públicos	34
5.3 - Investimentos responsáveis	36

6 Demonstrações Financeiras

6.1 - Balanço patrimonial	39
6.2 - Parecer dos auditores independentes	40
6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social	41
6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa	42
6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada	43
6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos	44
6.7 - Demonstração de despesas administrativas	44
6.8 - Notas explicativas	45
6.9 - Parecer atuarial	77
6.10 - Parecer do conselho deliberativo	97
6.11 - Parecer do conselho fiscal	97

7 Anexo GRIs

7.1 - Sobre o Relatório	99
7.2 - Sumário de conteúdo GRI	99

Apresentação

Nesta edição do Relatório Anual Valia, são apresentados os principais acontecimentos e decisões de gestão que marcaram a trajetória da Fundação em 2016 – o que inclui informações sobre performance financeira, o cenário macroeconômico, as mudanças ocorridas nos planos de benefícios e os destaques no relacionamento com os participantes. Seu conteúdo foi produzido de acordo com as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), organização não-governamental que fornece padrões mundialmente respeitados para o reporte corporativo. Ao reunir em um único documento dados sobre seu desempenho nos campos econômico, social e ambiental, a Valia também resume de forma transparente a visão de sustentabilidade contida em sua estratégia.

Nas próximas páginas, você encontrará referências, como por exemplo, [GRI G4-4, G4-9], que são indicadores de sustentabilidade da Valia. Ao final desse relatório, no “Sumário de Conteúdo GRI”, apresentamos uma tabela contendo todos os indicadores e os locais nos quais eles estão sendo tratados.

Boa leitura a todos!

Mensagem da Diretoria

Assim como nos últimos anos, 2016 foi marcado por grandes desafios no cenário econômico nacional e internacional. Porém, a Fundação soube gerir os recursos de forma adequada frente a este cenário e conseguimos, portanto, concluir o ano com bons resultados em todos os planos que administramos, reforçando nossa trajetória que tanto nos orgulha nestes 43 anos de Valia. Fechamos 2016 com um patrimônio de R\$ 21,4 bilhões, o que nos mantém como a 6ª maior entidade fechada de previdência complementar do Brasil. Assim como em anos anteriores, mais uma vez nosso balanço contábil foi aprovado por auditoria externa e por nossos Conselhos Deliberativo e Fiscal. Nosso balanço apresenta resultados sólidos, consistentes e com a cobertura maior que a necessária para arcar com nossos compromissos atuais e futuros, o que reforça nosso compromisso com a sustentabilidade e solidez do patrimônio que gerimos. Ultrapassamos a marca de 121 mil participantes e alcançamos um índice consolidado de 98% de adesão aos nossos planos de previdência.

Para demonstrar estes e outros resultados de 2016, disponibilizamos dois vídeos, além dos relatórios detalhados por plano, ambos disponíveis em nosso site. Além disso, elaboramos este relatório, com conteúdo produzido de acordo com as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), organização não-governamental que fornece padrões mundialmente respeitados para o reporte corporativo, onde, além dos aspectos regulatórios, estão demonstrados, também, nosso desempenho nas questões da sustentabilidade, nos permitindo ser ainda mais transparentes na prestação de contas aos nossos participantes, patrocinadores, empregados e órgãos reguladores.

Em nossos investimentos, adotamos uma estratégia e assumimos um grau de risco adequado para o longo prazo. Se considerarmos os últimos 16 anos, por exemplo, conquistamos uma rentabilidade média consolidada

de 17% ao ano, superando nossas metas do período. Nossas políticas de investimento, primando pela excelência, consideram o compromisso que temos de pagar benefícios nas próximas décadas. Essas políticas têm se mostrado acertadas e olhando para o futuro, visto que estamos preparados para lidar com as possíveis flutuações advindas dos ciclos e turbulências econômicas que ainda podem ocorrer.

Buscamos a evolução contínua de nossos mecanismos de governança e de gestão de riscos para construir uma Valia cada vez mais eficiente.

Contamos também com um time de profissionais engajados e de alta performance. Afim de manter a qualificação de nosso pessoal, investimos no seu desenvolvimento contínuo.

Com relação aos nossos participantes, temos como uma das nossas prioridades a busca pela satisfação. Aprimoramos continuamente nossos canais de atendimento e, por meio de um programa de melhoria contínua, conseguimos reduzir em 50% o volume de reclamações, se comparado à 2015.

Demos início também há alguns anos, a um forte movimento de educação buscando aumentar a consciência financeira e a cultura previdenciária dos nossos públicos de relacionamento, em especial nossos participantes. Em 2016, tivemos um grande alcance em nossas ações educacionais, com a participação de mais de 8.000 pessoas. Para o futuro, manteremos esse movimento intensificando as palestras, consultorias, cursos presenciais, cursos on-line, vídeos, simuladores e, muito mais.

Aproveite este relatório para conhecer ainda mais a Valia.

Boa leitura.

Mensagem do Conselho Deliberativo [GRI G4-1]

O Conselho Deliberativo da Valia acompanha, fiscaliza e delibera com muita atenção, sobre as questões que envolvem a Fundação, sempre zelando pela garantia da solidez e sustentabilidade de seus resultados, além da manutenção e aprimoramento de uma governança sempre forte e transparente.

Neste último aspecto, a Valia implantou e vem aperfeiçoando de forma permanente um robusto sistema de governança, em que todos os princípios, tais como, equidade, responsabilidade, transparência e prestação de contas, estão presentes e são estritamente observados. Os órgãos de administração superior e fiscalização, como os Conselhos Deliberativo e Fiscal, contam com representantes de todos os públicos envolvidos, além dos Comitês de Investimentos e Financeiro, compostos por técnicos da mais alta qualidade e que garantem uma visão abrangente nas análises e recomendações dos investimentos a serem realizados. Uma diretoria experiente, de grande competência, assistida por uma equipe de empregados, também experiente e inovadora, tem garantido resultados sustentáveis de longo prazo, que é o objetivo principal do participante.

Assim, no dia 15 de março, o Conselho Deliberativo aprovou os resultados apresentados no fechamento do Balanço 2016, analisado por auditoria externa e independente, com parecer sem ressalvas e aprovado pelo Conselho Fiscal. Da mesma forma, o Parecer Atuarial de 2016, emitido por atuário também independente, demonstrou que todos os planos administrados pela Valia têm, a exemplo dos anos anteriores, os patrimônios maiores que

seus compromissos. Isso proporciona tranquilidade, segurança e boas perspectivas de futuro aos participantes.

Os bons resultados de 2016, que podem ser vistos neste Relatório, vieram confirmar mais uma vez a trajetória positiva, reflexo da política de investimentos na busca de resultados sustentáveis no longo prazo, em linha com os objetivos de um plano de previdência.

Para garantir a transparência, a Valia publica em seu site, demonstrativos mensais, a rentabilidade e composição das carteiras de seus planos, a política de investimentos e outras informações para que o participante tenha acesso a tudo que achar relevante. Da mesma maneira, oferece vários canais de atendimento com profissionais qualificados e preparados para ajudar os participantes a entender os resultados e fazer escolhas com relação a seu futuro.

As ações de educação financeira e previdenciária tem se mostrado crescentes e de grande importância estratégica para a Fundação, uma vez que contribuem para a mudança de cultura de nossos participantes, evidenciando a importância de um olhar e planejamento de futuro, em especial para fase de aposentadoria.

Eustáquio Coelho Lott
Presidente do Conselho Deliberativo da Valia

Mensagem do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Valia têm como função primordial zelar pela gestão econômico-financeira da Fundação e pela prestação de contas a respeito dessa gestão. Em 2016, essa gestão primou pelo atingimento das metas propostas, pela preservação do patrimônio dos participantes e pelos bons resultados de rentabilidade, em um momento muito desafiador para a economia em geral.

O Conselho Fiscal atuou, no período, com muito senso crítico e objetividade, reflexo do amadurecimento de seus membros no tratamento das complexidades no setor da previdência privada fechada. E também dos esforços da Fundação como um todo para aumentar o nível de conhecimento e de capacitação de todo o seu corpo de empregados.

Também registramos a adoção de diversas medidas de melhorias nos controles internos da Entidade, o que reduz a insegurança e os riscos envolvidos nas decisões. Os processos incluem a atenção à rastreabilidade e à organização de documentos sensíveis, colaborando com uma prestação de contas mais transparente e segura. Como prova da eficácia dessa gestão, a Fundação obteve em 2016, pela terceira vez consecutiva, a certificação de Gestão da Qualidade ISO 9001 de seus processos.

Entre os principais pontos de atenção do Conselho Fiscal nesses dois anos, ressaltamos o acompanhamento do contencioso e da administração das ações judiciais que envolvem a

Valia e seus participantes. São questões que podem impactar os resultados da Fundação e que envolvem valores significativos. Vimos de forma positiva as mudanças promovidas na área Jurídica, que reorganizaram a maneira como o contencioso era tratado internamente. Também merecem destaque as ações educacionais, realizadas tanto nos meios digitais quanto de forma presencial nas empresas patrocinadoras e com os aposentados e pensionistas. Foram esforços significativos para elevar a conscientização dos nossos públicos sobre a importância de planejar o futuro e de aprender a lidar bem com suas finanças.

Essas evoluções apontam o caminho para os próximos anos e devem garantir que a Valia mantenha os resultados positivos e a excelência de sua governança. Como sempre, o Conselho Fiscal trabalhará em função desses resultados e dessa excelência.

Benjamin Moro
Presidente do Conselho Fiscal da Valia



1 A Valia

1 A Valia

- 1.1 - Perfil
- 1.2 - Valia em números
- 1.3 - Missão, Visão e Valores
- 1.4 - Materialidade
- 1.5 - Planejamento estratégico
- 1.6 - Governança corporativa
- 1.7 - Organograma

1 - A Valia

1.1 - Perfil

A Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – Valia – é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Criada em 2 de abril de 1973 pela Companhia Vale do Rio Doce (hoje Vale S.A.) para conceder a seus empregados benefícios suplementares aos da previdência social, desde então transformou-se em uma das maiores instituições em seu setor no Brasil. Com sede na cidade do Rio de Janeiro (RJ), a Entidade ainda mantém agências e postos de atendimento nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Pará e Maranhão. **[GRI G4-2, G4-3, G4-5, G4-6, G4-7, G4-8]**

Seus cinco planos de benefícios são patrocinados por um total de 48 empresas e contam com aproximadamente 121 mil participantes, entre ativos e assistidos [GRI G4-4, G4-9]:

- Plano de Benefício Definido (BD);
- Plano Vale Mais;
- Plano Valiaprev;
- Plano Cenibra;
- Plano Vale Fertilizantes.

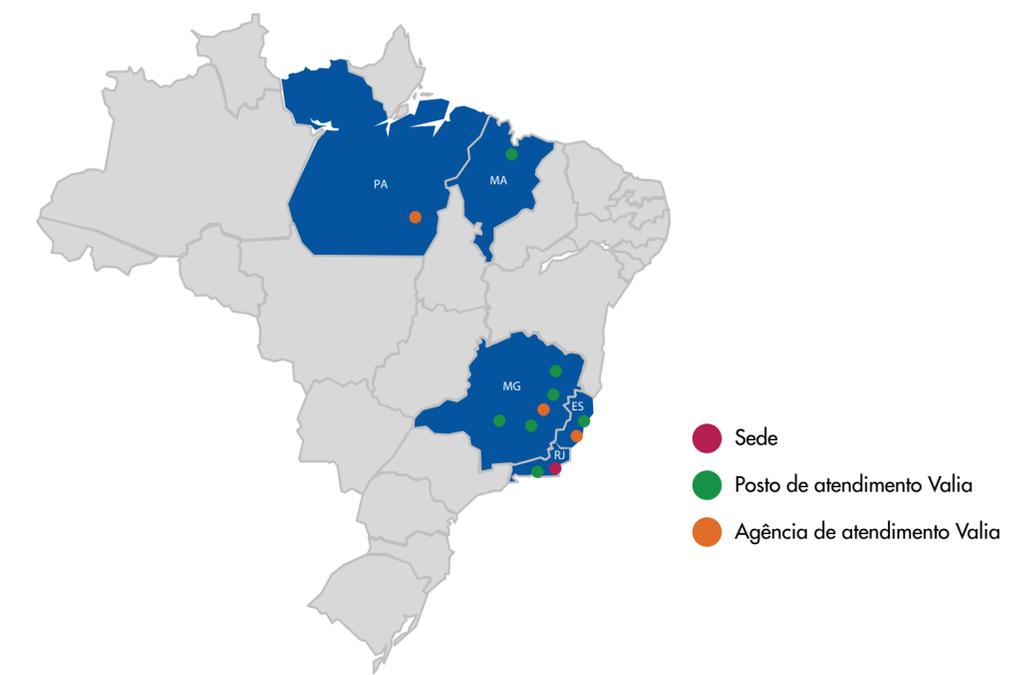
Por ser uma entidade fechada de previdência complementar (EFPC), a gestão dos planos e suas demais atividades são fiscalizadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

1.2 - Valia em números [GRI G4-2, G4-9]*

- R\$ 21,4 bilhões em patrimônio
- 121.467 participantes
- 48 empresas patrocinadoras
- 216 empregados
- 10 agências e postos de atendimento

CATEGORIA	NÚMERO DE PARTICIPANTES	% DO TOTAL DA VALIA
Ativos	99.223	81,7
Assistidos	22.244	18,3
TOTAL	121.467	100

*Posição em dezembro de 2016.



1.3 - Missão, Visão e Valores [GRI G4-56]

Para garantir o cumprimento pontual de todas as suas obrigações perante os participantes e seus patrocinadores, a Valia pauta sua gestão pelo conjunto de princípios inegociáveis, sobre os quais se baseiam a perenidade e a sustentabilidade da instituição. Saiba mais sobre eles:

- **Nossa Missão**
Administrar planos de previdência complementar, proporcionando segurança aos patrocinadores e aos participantes através de gestão eficaz e transparente de recursos, com atendimento de qualidade.
- **Nossa Visão**
Ser reconhecida por participantes, patrocinadores e pelo mercado como uma excelente administradora de planos de previdência.
- **Nossos Valores**

Orgulho: a credibilidade da Valia e a postura ética com a qual gerimos nosso negócio devem fazer com que todos os envolvidos se sintam motivados por pertencer à Fundação.

Relacionamento: construir e preservar relacionamentos que incentivem a comunicação e satisfaçam as necessidades das partes envolvidas.

Excelência: trabalhar para a melhoria contínua dos resultados, a fim de que a Valia seja referência de competência e alta qualidade dos processos.

Transparência: a gestão deve ser realizada de forma a disponibilizar aos interessados informações precisas para assegurar confiança e tranquilidade.

Desenvolvimento: incentivar o desenvolvimento para alcançar resultados sustentáveis e estimular a iniciativa e a criatividade para implementar soluções adequadas à Valia.

Respeito: tratar com justiça a diversidade humana e construir equipes sustentadas por cordialidade, comunicação, entendimento e harmonia.

1 A Valia

- 1.1 - Perfil
- 1.2 - Valia em números
- 1.3 - Missão, Visão e Valores
- 1.4 - Materialidade
- 1.5 - Planejamento estratégico
- 1.6 - Governança corporativa
- 1.7 - Organograma

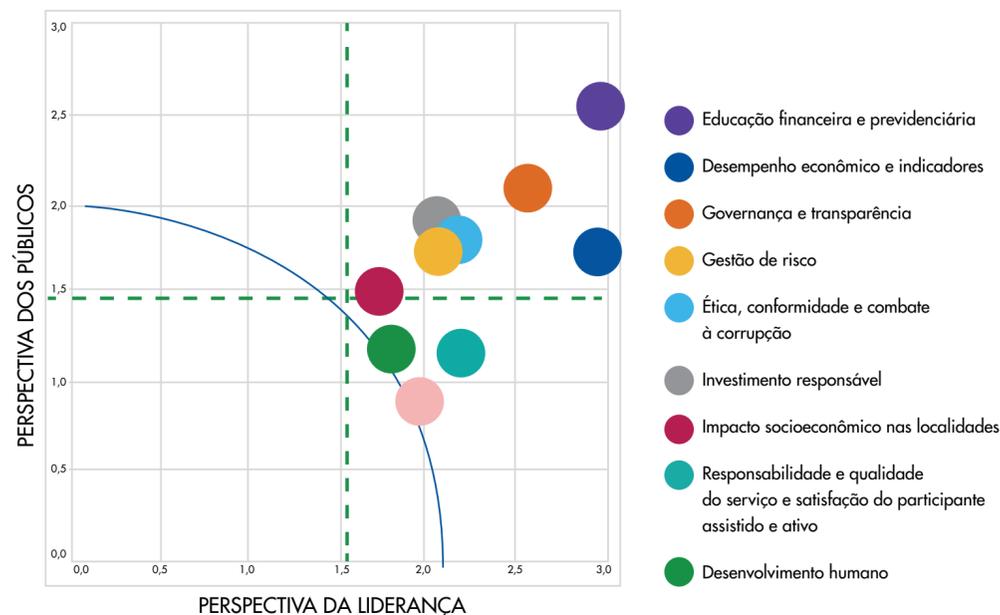
1.4 - Materialidade [GRI G4-2]

Como parte do processo de conteúdo deste Relatório, a Valia passou, em 2017, pela construção de sua primeira matriz de materialidade – a definição dos temas mais relevantes e críticos para a sustentabilidade e para a perenidade dos negócios da Fundação. De acordo com as recomendações da *Global Reporting Initiative* (GRI), que também fornece as diretrizes para a estruturação deste Relatório, a materialidade de uma organização deve apontar aspectos que refletem impactos significativos (econômicos, ambientais e sociais) ou que influenciem as avaliações e decisões dos seus *stakeholders* (partes interessadas).

No caso da Valia, a definição dos temas materiais, apoiada por uma consultoria externa, incluiu a análise de documentos relevantes (relatórios anuais, estudos sobre o setor de previdência) e a formulação de uma lista de temas pertinentes às atividades da Valia, que foi refinada com a participação das lideranças (Diretoria Executiva e Conselhos) da Fundação, de especialistas convidados e de representantes de vários grupos de *stakeholders* (empregados, patrocinadores, participantes e fornecedores de serviços financeiros). A relação de nove temas foi então validada pela liderança. **[GRI G4-24, G4-25, G4-26]**

No gráfico abaixo, temos uma representação visual dos temas, a partir de sua relevância para a Valia (eixo horizontal) e para os públicos consultados (eixo vertical). Quanto mais alto estiver posicionado um tema, maior é o interesse dos públicos; quanto mais à direita estiver o tema, maior é sua importância para a Fundação, na visão de suas lideranças.

Matriz de materialidade Valia 2017



O quadro ao lado descreve brevemente os temas, classificados por ordem descendente de relevância para a Valia; os públicos que mais citaram o tema em questão; e quais capítulos do Relatório trazem mais informações sobre o assunto. **[GRI G4-19, G4-20, G4-21]**

Tema Material	Descrição	Destacado por [GRI G4-27]	Leia mais neste relatório em
Educação financeira e previdenciária	Estratégias para ampliar o conhecimento dos públicos; valorizar a previdência complementar na vida; proporcionar independência financeira e qualidade de vida no futuro	Diretoria Executiva; Conselho Deliberativo; gestores; empregados; especialistas; patrocinadores	Educação, Comunicação e relacionamento com participantes
Desempenho econômico e indicadores	Retorno dos investimentos e rentabilidade; política e gestão de investimentos; capacidade de minimizar os impactos negativos; preferência por ativos com viés de longo prazo; garantia do pagamento dos benefícios atuais e futuros	Diretoria Executiva; Conselho Deliberativo; gestores; empregados; serviços financeiros	Cenário de 2016; Planos de benefícios
Governança e transparência	Perfil da governança; publicação de Relatórios e demonstrações financeiras; relacionamento com todos os públicos	Diretoria Executiva; Conselho Deliberativo; patrocinadores	A Valia (Governança corporativa)
Gestão de risco	Aplicação de metodologias de avaliação de riscos (inclusive socioambientais) de investimentos e mecanismos de controles internos; certificações e informações relacionadas aos ativos	Conselho Deliberativo; serviços financeiros	A Valia (Governança corporativa)
Ética, conformidade e combate à corrupção	Observação dos princípios de ética, conduta e controles internos e ações anticorrupção	Gestores; patrocinadores; serviços financeiros	A Valia (Governança corporativa)
Investimento responsável	Ações pautadas por valores (Orgulho, Relacionamento, Excelência, Transparência, Desenvolvimento, Respeito); ampliação e disseminação desses valores ao longo da cadeia de valor; conformidade com leis, integridade e regulamentos	Especialistas	Públicos interno e externo (Relacionamento com outros públicos)
Impacto socioeconômico nas comunidades	Carteira de investimentos com impacto positivo; preocupação com aspectos socioambientais; direitos humanos no investimento; investimentos que potencializem o retorno financeiro e incrementem o valor do ativo; estratégia de longo prazo; questões referentes ao acompanhamento do desempenho das empresas (inclusive socioambiental) e empreendimentos imobiliários investidos	Especialistas	Públicos interno e externo (Relacionamento com outros públicos)
Responsabilidade e qualidade do serviço e satisfação do participante assistido e ativo	Satisfação dos participantes ativos e assistidos e entidades representativas com os produtos e serviços oferecidos pela Valia; clareza sobre as decisões estratégicas da Fundação	Gestores; Diretoria Executiva	Educação e relacionamento com participantes
Desenvolvimento humano	Gestão de carreira; treinamento e desenvolvimento dos empregados; preparação de empregados para a aposentadoria; incentivo ao voluntariado; atração e retenção de talentos	Empregados	Públicos interno e externo (Gestão e desenvolvimento de pessoas)

1 A Valia

- 1.1 - Perfil
- 1.2 - Valia em números
- 1.3 - Missão, Visão e Valores
- 1.4 - Materialidade
- 1.5 - Planejamento estratégico
- 1.6 - Governança corporativa
- 1.7 - Organograma

1.5 - Planejamento estratégico [GRI G4-2]

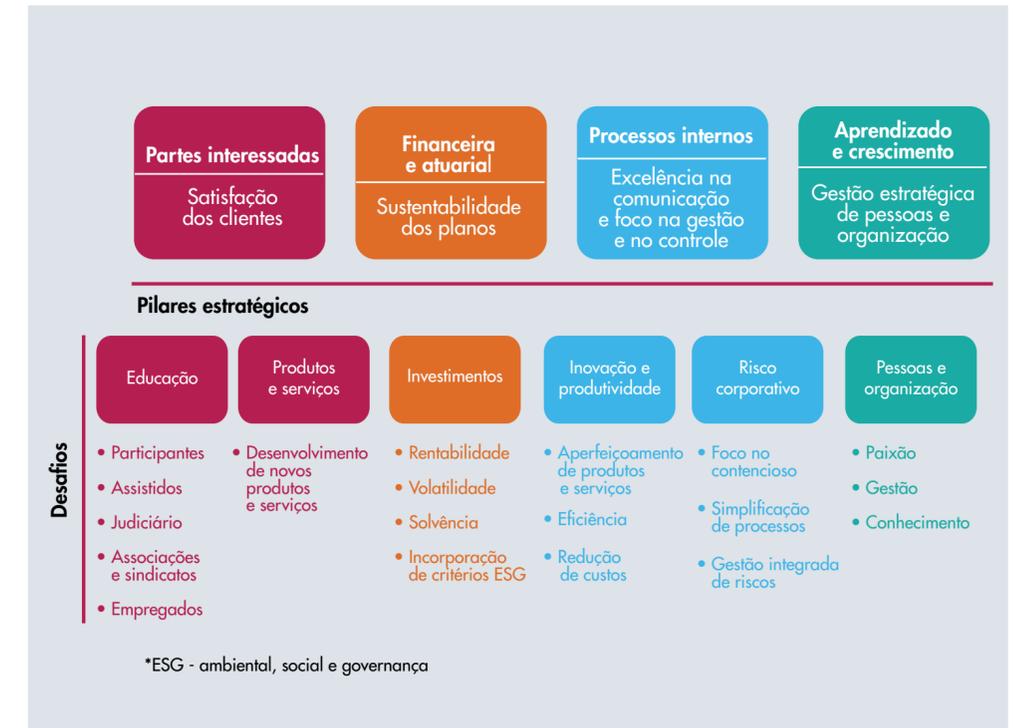
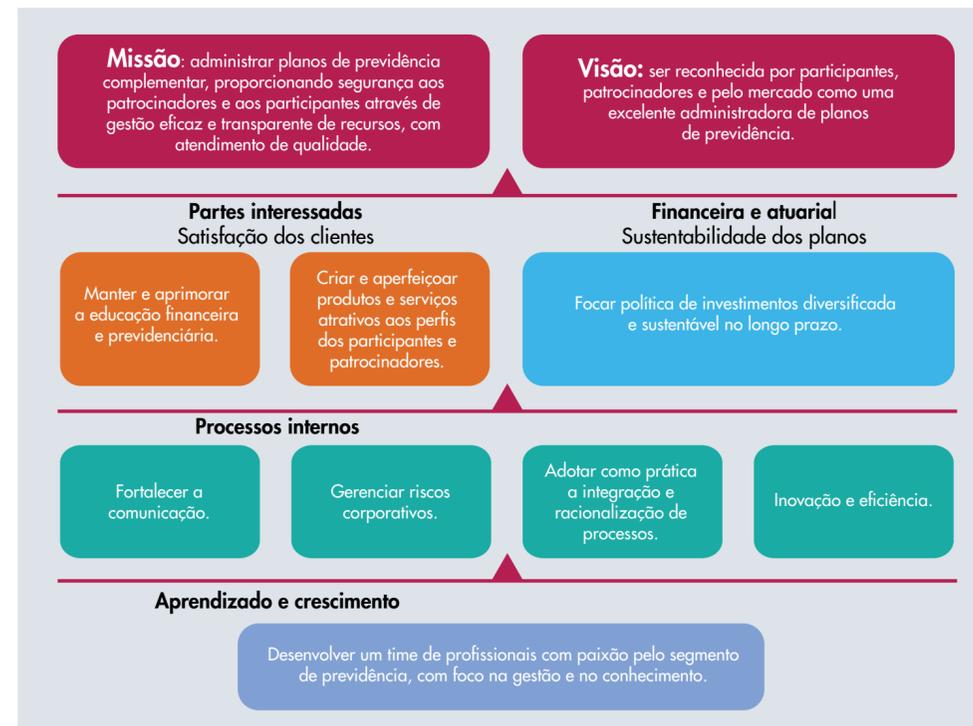
A elaboração do planejamento estratégico da Valia compreende análises de diversos cenários, que consideram riscos, ameaças, oportunidades e contextos socioeconômicos favoráveis e desfavoráveis. A partir dessas análises, são definidas prioridades de gestão e fixadas metas para as ações a serem desenvolvidas.

Definido pela Diretoria, o planejamento estratégico trienal da Fundação teve como prioridades o investimento em educação financeira e previdenciária para os participantes; a reestruturação de processos na área Jurídica da Entidade; e o reforço na capacitação e na reciclagem de conhecimentos do público interno. Outra diretriz foi a busca por uma carteira de investimentos mais adequada ao ciclo de baixo crescimento da economia brasileira (leia mais sobre as iniciativas de educação no capítulo "Educação e relacionamento com participantes"; sobre investimentos, consulte o capítulo "Cenário 2016").

Em relação à área Jurídica, o foco foi a contenção do aumento no número de ações judiciais movidas contra a Valia por participantes (revisões de valores de benefícios). Foram promovidas grandes mudanças nos processos e nas pessoas envolvidas na área, com foco na redução de riscos ligados ao contencioso e na melhoria da gestão interna dos casos envolvendo a Fundação. Entre a equipe dos setores de Investimentos e Gestão Financeira, houve diversas provas de certificação em legislação; em 2016, também foram aplicadas provas específicas para cada área de investimento. Todos os analistas da área de Investimentos foram submetidos a provas, que avaliaram o nível de conhecimento de cada empregado. A partir dos resultados, planos de ação foram elaborados para garantir a melhoria contínua das competências dos profissionais.

Mapa Estratégico 2017-2022

Em 2016, a Valia revisou seu Mapa Estratégico para o período entre 2017 e 2021. À luz da Missão e da Visão da Entidade, foram apontadas quatro grandes áreas de atuação (partes interessadas, financeiro e atuarial, processos internos e aprendizado e crescimento) e os desafios já foram identificados em seis pilares estratégicos.



1.6 - Governança corporativa

A transparência, o cuidado e o detalhamento na prestação de contas e a observação da responsabilidade corporativa e ética alicerçam a estrutura interna de governança da Valia.

Na Fundação, os integrantes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal são uma parte eleitos como representantes dos participantes não assistidos, outra como representante dos aposentados e o restante indicados pelos patrocinadores. Já os diretores, são nomeados pelo Conselho Deliberativo. Todos devem estar compatíveis com as exigências de gestão da Entidade e adequados às determinações legais e estatutárias. Uma programação de desenvolvimento de pessoas possibilita a evolução constante das capacidades de todo o público interno, em iniciativas que contam com a participação dos gestores de cada área. No âmbito dos órgãos de alta gestão, destacou-se, em 2015, o treinamento em governança ministrado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) do qual participaram os integrantes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal – foram abordados princípios como transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade. O treinamento também contou com um módulo que abordou especificamente a governança da Valia.

As decisões de investimento são fundamentadas em processos documentados, com manuais e procedimentos formais a serem seguidos, e são tomadas de forma colegiada, em um fluxo que envolve o Conselho Deliberativo, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva. Os processos internos são acompanhados pelo Sistema de Gestão, que organiza a padronização e a revisão de normas, a definição de indicadores de desempenho e a implementação efetiva das ações planejadas. A área de Controles Internos, junto aos gestores, se encarrega de acompanhar as atividades.

1 A Valia

- 1.1 - Perfil
- 1.2 - Valia em números
- 1.3 - Missão, Visão e Valores
- 1.4 - Materialidade
- 1.5 - Planejamento estratégico
- 1.6 - Governança corporativa
- 1.7 - Organograma

Gestão certificada

Desde 2006, todos os processos da cadeia de valor da Valia são certificados na norma técnica internacional ISO 9001 (relativa à qualidade na gestão organizacional). Com auditorias internas regulares, a Entidade monitora a conformidade de seus mecanismos de gestão à norma e verifica a necessidade de ajustes. Isso inclui a melhoria contínua do atendimento aos participantes e do tratamento de reclamações recebidas pelos canais de relacionamento (leia mais em “Educação e relacionamento com o participante”). As certificações da Entidade já foram revalidadas três vezes pelo Bureau Veritas Quality International (BVQI), empresa que estabelece padrões mundialmente respeitados de verificação de normas de qualidade.

Nesse contexto cabe esclarecer que a Valia sempre buscou aplicar um alto padrão aos seus processos, mesmo antes das exigências da certificação externa. O esforço em prol da melhoria da qualidade começou em 2000, com um levantamento preliminar dos riscos e a elaboração de um plano de monitoramento. De 2001 até 2004, foram mapeadas as atividades críticas da Entidade e foi criado um sistema organizacional próprio (Gestão por Processos), que orientou as ações internas de controle, a medição de riscos operacionais e o acompanhamento do cronograma de obrigações legais. Vale apontar que a Valia é considerada referência na aplicação do VPS (Vale Production System metodologia própria de gestão de processos e produtos) em ambientes de escritórios.

Gestão de risco

Em 2015, a relação de riscos críticos aos quais a Valia está exposta foi revista com o apoio de uma consultoria especializada externa. Os processos de identificação, avaliação e mitigação foram revistos de acordo com as recomendações da Previc, dos frameworks das normas Coso 2013, ISO 31000 (que estabelecem padrões para controles internos e mitigação de riscos) e Solvência II (diretrizes de controle específicas para instituições de seguridade). A gestão de risco vem sendo unificada, passando a ser supervisionada por uma nova área especializada que começou a trabalhar efetivamente em 2017.

O modelo de gestão de riscos adotado pela Valia é executado em três níveis. Primeiro, são definidas as políticas que estabelecem a mensuração e o controle dos riscos potenciais aos investimentos. No nível seguinte, o da gestão, faz-se o acompanhamento das decisões de investimento. As obrigações do tipo benefício definido contam com o auxílio de estudos de ALM (asset liability management, ou gestão de passivos e ativos) alimentados com projeções de cenários de longo prazo. As obrigações do tipo contribuição definida contam com a modelagem de fronteiras eficientes, de modo a buscar a melhor relação risco/retorno para o atingimento das metas dos planos. No terceiro nível, o de controle, os riscos envolvidos nas decisões tomadas são monitorados e avaliados de forma constante, e as rentabilidades dos investimentos são comparadas com os índices de referência estipulados para o período. Relatórios de performance, de riscos e de enquadramento são elaborados nessa etapa, com dados fornecidos por um sistema de indicadores.

O acompanhamento das categorias de riscos inclui:

Risco de mercado: relatórios resumem os cálculos do VaR (valor em risco), da *duration* (prazo médio) das carteiras, o diferencial da marcação a mercado e análises de estresse. Relatórios diários são emitidos especificamente para os fundos de renda fixa e de renda variável.

Risco de crédito: avaliado com critérios que orientam a alocação em títulos privados e os riscos de inadimplência. Os limites máximos de exposição são definidos para cada instituição financeira envolvida, e são avaliados apenas títulos privados considerados de baixo risco por agências internacionais de classificação de risco.

Risco de liquidez: acompanhamento do equilíbrio econômico-financeiro entre o ativo e o passivo atuarial, com aplicação do modelo de ALM.

Risco sistêmico: relatórios resumem os “testes de estresse” que avaliam o comportamento da carteira diante de potenciais alterações relevantes nas variáveis financeiras, como inflação e taxa de juros.

Risco operacional: os diversos processos internos e a gestão da qualidade da Fundação são acompanhados em relação à exposição aos riscos operacionais. Um sistema próprio de *compliance* busca garantir que os negócios atuais e futuros da Valia apresentem maior grau de confiabilidade e conformidade legal.

Risco legal: as mudanças na legislação pertinente à previdência complementar são acompanhadas e analisadas, e as ações judiciais envolvendo a Valia são monitoradas e reportadas à Diretoria Executiva.

Políticas internas e gestão da ética [GRI G4-DMA Combate à corrupção, Conformidade, G4-SO3, SO4]

Diversos documentos formalizam a conduta ética dos empregados da Valia e contribuem para a manutenção da boa governança. O Estatuto e o Manual de Governança da Valia resumem as diretrizes fundamentais e os conceitos básicos, que são desdobrados em outras normas internas. A Política e o Manual Anticorrupção incluem determinações a respeito da Lei Anticorrupção de 2013. Todos os empregados foram comunicados e/ou passaram por treinamentos baseados na Política Anticorrupção. Para complementar, a Política de *Compliance* estabelece regras para garantir a confiabilidade dos negócios atuais e futuros da Fundação e sua conformidade com a estrutura legal que regula as entidades de previdência complementar no Brasil.

O Programa de Integridade da Valia teve início em 2014, com a inclusão de cláusula anticorrupção em todos os contratos e termos aditivos e o mapeamento dos processos expostos ao risco de corrupção. Em 2015 iniciou-se o processo de *due diligence* anticorrupção nos contratos sob gestão da área de Suprimentos, com o encaminhamento a 100% dos fornecedores da Política Anticorrupção da Fundação. A partir de 2016, as ações focadas em treinamento e conscientização de conselheiros e empregados foram intensificadas; no mesmo ano, foi criado o Comitê de Ética, voltado à identificação de melhorias na gestão da ética e para receber denúncias de empregados. Para 2017, foram mapeadas ações de comunicação e treinamento (campanhas de comunicação institucional sobre ética e integridade), a revisão da matriz de exposição ao risco de corrupção, a análise de ferramentas para automatizar os processos de busca de informações, a validação de dados e a identificação de risco e fraude envolvendo pessoas físicas e jurídicas.

O Código de Ética da Valia, disponível na área pública no site da Entidade, deve ser observado por todos, desde diretores e conselheiros até terceirizados, estagiários, jovem aprendiz e temporários. Qualquer situação percebida como inadequada ou em violação das normas do Código deve ser levada aos gestores imediatos ou endereçada à área de Governança, ou diretamente à Ouvidoria do Grupo Vale. Após a promulgação da Lei Anticorrupção, o Código e os treinamentos internos baseados em seu conteúdo foram revistos; também foram incluídas cláusulas referentes à lei em todos os contratos mantidos pela Fundação. Todos os empregados da Valia passaram pelos treinamentos, que abrangem também os conselheiros, a diretoria e os fornecedores de produtos e serviços.

O conjunto de normas internas ainda inclui a Política da Qualidade, a Política de Investimentos (que dita as diretrizes de investimentos a serem adotadas pela Valia e é revista anualmente), a Política de Comunicação Institucional (os princípios que norteiam a comunicação da Fundação com todos os públicos), a Política de Segurança da Informação (que garante a confidencialidade e a integridade das informações necessárias à atividade da Fundação), a Política de Gestão da Reclamação (que define o tratamento das reclamações recebidas e as transforma em ferramenta de melhoria contínua do atendimento) e o Código de Confidencialidade e Conduta em Operações Financeiras (que estabelece critérios e objetivos de confidencialidade relativos às operações financeiras e suas vedações e/ou restrições).

1 A Valia

- 1.1 - Perfil
- 1.2 - Valia em números
- 1.3 - Missão, Visão e Valores
- 1.4 - Materialidade
- 1.5 - Planejamento estratégico
- 1.6 - Governança corporativa
- 1.7 - Organograma

Treinamentos e avaliações anticorrupção [GRI G4-SO4]

Após a elaboração da matriz de exposição ao risco de corrupção, as áreas imobiliária, de suprimentos e de benefícios foram identificadas como as mais expostas ao risco de corrupção em função da possibilidade de relacionamento com agentes de governo – nessas áreas, 100% dos empregados foram treinados.

Total de membros do órgão de governança comunicados e/ou treinados em procedimentos anticorrupção por região	Órgão de governança	
	Sudeste	
	Comunicados	Treinados
Conselho (Deliberativo e Fiscal)	34	15

Total empregados comunicados e/ou treinados em procedimentos anticorrupção por região	Empregados*					
	Sudeste		Nordeste		Norte	
	Comuni-cados	Treinados	Comuni-cados	Treinados	Comuni-cados	Treinados
Diretoria	3	3				
Gerência	14	14				
Chefia/coordenação						
Técnica/supervisão	3	3				
Administrativo	194	174	4	4	3	3
Operacional						
Trainees						
Terceiros						
Aprendizes	5	5				
Estagiários	11	11	1	1	2	2
Total por região	230	210	5	5	5	5

* Total de empregados considera variações de entrada e saída ao longo do ano 2016.

Percentual de membros do órgão de governança comunicados e/ou treinados em procedimentos anticorrupção por região	Órgão de governança	
	Sudeste	
	Comunicados	Treinados
Conselho (Deliberativo e Fiscal)	100%	44%

Percentual de membros do órgão de governança comunicados e/ou treinados em procedimentos anticorrupção por região	Empregados					
	Sudeste		Nordeste		Norte	
	Comuni-cados	Treinados	Comuni-cados	Treinados	Comuni-cados	Treinados
Diretoria	100%	100%				
Gerência	100%	100%				
Chefia/coordenação						
Técnica/supervisão	100%	100%				
Administrativo	100%	89%	100%	100%	100%	100%
Operacional						
Trainees						
Terceiros						
Aprendizes	100%	100%				
Estagiários	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Total por região	100%	98%	100%	100%	100%	100%

As contratações da Valia acima de R\$ 6.000,00 passam pela área de Suprimentos, inclusive as realizadas por agências de atendimento de todo o país. Contratações abaixo de R\$ 6.000,00 não exigem contratos e a cotação e contratação são feitas diretamente pelas áreas demandantes. Nesses casos, não há análise anticorrupção. O quadro abaixo mostra a cobertura de avaliação de riscos consolidada pela área de Suprimentos e submetida ao processo de *due diligence* anticorrupção.

Operações submetidas a avaliações de riscos relacionados	2014	2015	2016
Número total de operações submetidas a avaliações	Inclusão de cláusula anticorrupção nos contratos e termos	116 contratos com fornecedores	100 contratos com fornecedores
Percentual de operações submetidas a avaliações	100% dos contratos ativos e termos aditivos em andamento passaram a ter cláusula anticorrupção	100% dos contratos com fornecedores	100% dos contratos com fornecedores

1 A Valia

- 1.1 - Perfil
- 1.2 - Valia em números
- 1.3 - Missão, Visão e Valores
- 1.4 - Materialidade
- 1.5 - Planejamento estratégico
- 1.6 - Governança corporativa
- 1.7 - Organograma

1.7 - Organograma e estrutura de governança [GRI G4-34]

Conselho Deliberativo: composto por 12 membros titulares e 12 suplentes, sob os seguintes critérios: cinco membros indicados pela instituidora Vale, três indicados pelas demais patrocinadoras, dois eleitos pelos participantes ativos (empregados ativos, autopatrocinados e participantes vinculados) e dois indicados pela Associação dos Aposentados, Pensionistas e Empregados das Empresas Patrocinadoras da Vale (Aposvale). Os mandatos são de três anos e é permitida a reeleição. Suas principais atribuições incluem fixar os objetivos e políticas previdenciais e estabelecer as diretrizes fundamentais e as normas gerais de organização, operação e administração. As pautas das reuniões ordinárias do Conselho, realizadas trimestralmente, estão disponíveis para consulta pública no endereço <http://www.valia.com.br/pt-BR/sobre-a-valia/governanca/Paginas/organograma.aspx#tab1>.

Conselho Fiscal: formado por cinco membros (e cinco suplentes), sendo dois indicados pela Vale, um pelas patrocinadoras, um eleito pelos participantes ativos e um indicado pela Aposvale. O mandato é de três anos, sem reeleição. Tem como função principal zelar pela gestão econômico-financeira da Valia, ao examinar e aprovar balancetes, balanços anuais e demais métodos de prestação de contas da Fundação.

De acordo com Resolução CGPC nº13, o conselho fiscal deverá emitir relatórios de controles internos, pelo menos semestralmente, que contemplem, no mínimo:

- I - as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à política de investimentos, a aderência das premissas e hipóteses atuariais e a execução orçamentária;
- II - as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso;
- III - análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

Diretoria Executiva: formada por três membros (diretor-superintendente, diretor de Investimentos e Finanças e diretor de Seguridade), indicados pelo Conselho Deliberativo, com mandatos de três anos. É permitida a reeleição.

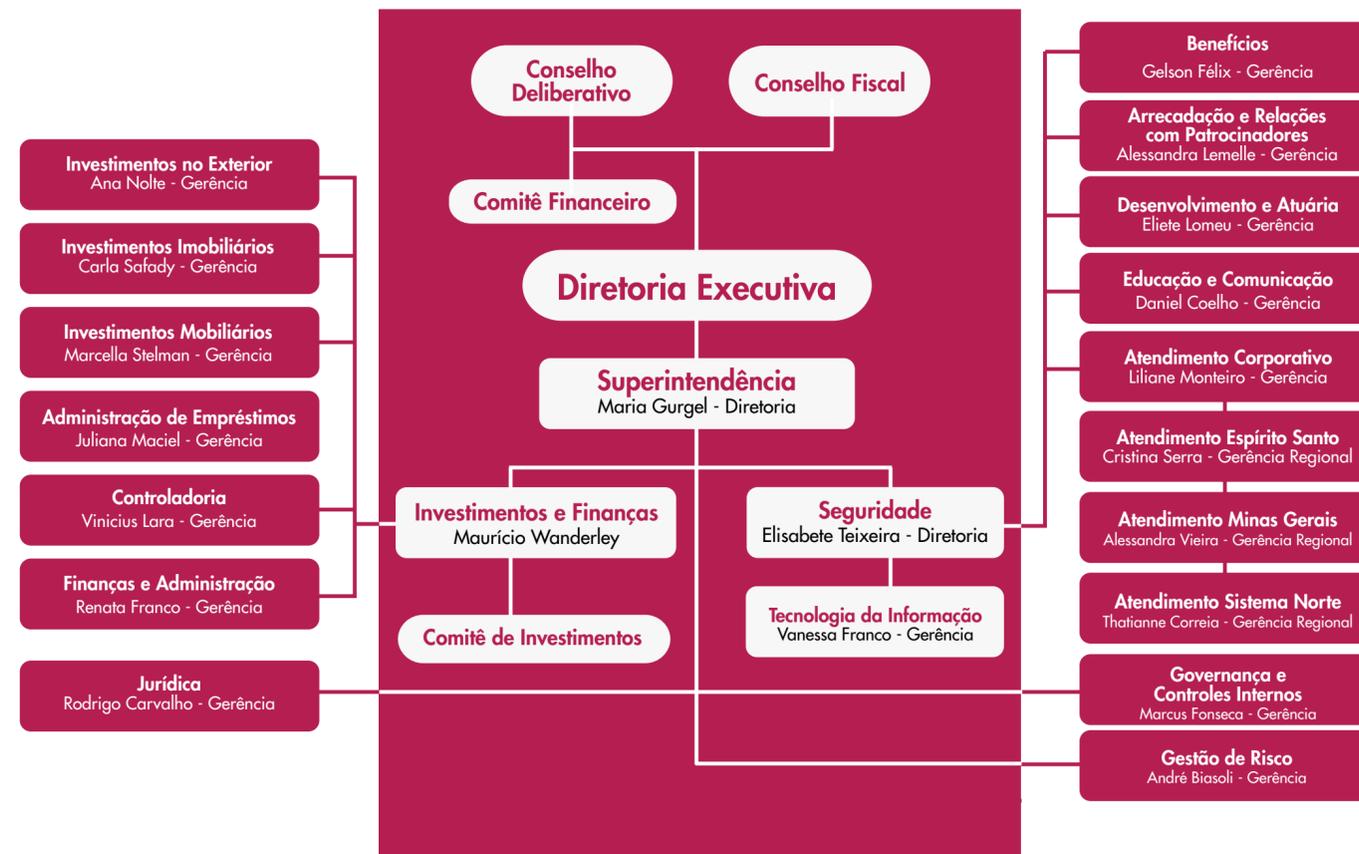
Além dos três órgãos de alta administração, três comitês multidisciplinares colaboram na formulação de estratégias e no acompanhamento da gestão:

Comitê de Investimentos: integrado pelos diretores de Seguridade, de Investimentos e Finanças e representantes de nove gerências, avalia a conjuntura política e macroeconômica, projetando cenários para o curto e o médio prazo. Assessora na análise das propostas dos investimentos apresentadas pelas áreas de negócios.

Comitê Financeiro: formado por até dez membros efetivos e até dez suplentes indicados pelo Conselho Deliberativo e pelo diretor de Investimentos e Finanças. O grupo tem como função referendar as estratégias de investimentos adotadas pela Fundação e assessorar na análise das propostas dos investimentos apresentadas pelas áreas de negócios e referendadas pelo Comitê de Investimentos.

Comitê de Desenvolvimento Executivo: de caráter consultivo e permanente, foi criado para prestar assessoria ao Conselho Deliberativo e conferir maior eficiência às suas decisões. É formado por três integrantes escolhidos pelo Conselho Deliberativo: o presidente do próprio Conselho e um de seus outros membros titulares, e mais um membro independente (que pode ser pessoa jurídica). Suas atribuições incluem emitir pareceres sobre políticas gerais de recursos humanos e de remuneração da Diretoria Executiva, auxiliar o Conselho Deliberativo na definição de metas para avaliação de desempenho dos diretores e acompanhar o plano de sucessão da diretoria.

Mais detalhes sobre a composição dos órgãos e suas atribuições completas podem ser conferidos no Estatuto da Valia, disponível no endereço <http://www.valia.com.br/pt-br/sobre-a-valia/governanca/paginas/estatuto-da-valia.aspx>



1 A Valia

1.1 - Perfil

1.2 - Valia em números

1.3 - Missão, Visão e Valores

1.4 - Materialidade

1.5 - Planejamento estratégico

1.6 - Governança corporativa

1.7 - Organograma

Composição do Conselho Deliberativo

Status	Conselheiro	Mandato	Representação
Titular	Eustáquio Coelho Lott (PRESIDENTE)	12/03/2015 a 11/03/2018	Vale
Suplente	Antonio Daher Padovezi	12/03/2015 a 11/03/2018	Vale
Titular	Clovis Torres Junior (VICE-PRESIDENTE)	12/03/2015 a 11/03/2018	Vale
Suplente	Rafael Grassi Pinto Ferreira	12/03/2015 a 11/03/2018	Vale
Titular	Edécio Ribeiro Brasil	12/03/2015 a 11/03/2018	Vale
Suplente	André Coelho Teixeira	12/03/2015 a 11/03/2018	Vale
Titular	José Francisco de Azevedo	12/03/2015 a 11/03/2018	Vale
Suplente	Dioni Barboza Brasil	12/03/2015 a 11/03/2018	Vale
Titular	Celso Castilho de Souza	12/03/2015 a 11/03/2018	Vale
Suplente	Armando Janeiro Amaral	12/03/2015 a 11/03/2018	Vale
Titular	Milton Nassau Ribeiro	12/03/2015 a 11/03/2018	FCA
Suplente	Rute Melo Araújo Galhardo	12/03/2015 a 11/03/2018	FCA
Titular	Laurinho José da Silva	12/03/2015 a 11/03/2018	Samarco
Suplente	Wagner de Almeida Paiva	12/03/2015 a 11/03/2018	Samarco
Titular	Vitor Alderico de Menezes Marques	12/03/2015 a 11/03/2018	Cenibra
Suplente	Vander Jose Duque Saldanha	12/03/2015 a 11/03/2018	Cenibra
Titular	João Saiter	12/03/2015 a 11/03/2018	Aposvale
Suplente	João Cezar Moraes	12/03/2015 a 11/03/2018	Aposvale

Composição do Conselho Fiscal

Status	Conselheiro	Mandato	Representação
Titular	Benjamin Elio Moro (PRESIDENTE)	12/03/2015 a 11/03/2018	Vale
Suplente	Renata Ribeiro Kingston	12/03/2015 a 11/03/2018	Vale
Titular	Heloisi Medeiros de Oliveira	12/03/2015 a 11/03/2018	Vale
Suplente	Marie Louise Gaglianone Neves	12/03/2015 a 11/03/2018	Vale
Titular	Fábio Stewson de Souza	12/03/2015 a 11/03/2018	FCA
Suplente	Ângelo Henrique Rodrigues Stradioto	12/03/2015 a 11/03/2018	FCA
Titular	José Carlos Lopes Amorim	12/03/2015 a 11/03/2018	Aposvale
Suplente	George José de Oliveira	12/03/2015 a 11/03/2018	Aposvale
Titular	Vânia de Albuquerque	12/03/2015 a 11/03/2018	Representantes dos participantes não assistidos
Suplente	Juvacy Moreira Bastos Junior	12/03/2015 a 11/03/2018	Representantes dos participantes não assistidos





2

**Educação,
comunicação e
relacionamento**
com participantes

2. Educação, comunicação e relacionamento *com participantes*

Ao assumir a satisfação de seus clientes como um dos direcionadores de seu planejamento estratégico, a Valia procura aprimorar constantemente o relacionamento com os participantes. Isso inclui o investimento em iniciativas que auxiliem os participantes a planejar seu futuro. Com a criação, em 2015, da área de Educação, foi consolidado o compromisso da Entidade com a disseminação da consciência financeira e cultura previdenciária. O planejamento da área identificou sete diferentes públicos-alvo: participantes ativos; patrocinadores; aposentados e pensionistas; comunidade e famílias; agentes externos que se relacionam com a Fundação; conselheiros da Valia; e empregados da Fundação. Cada um desses públicos tem uma estratégia própria de atividades e formatos específicos de educação e comunicação.

A área de Educação criou várias trilhas educacionais que identificaram as competências técnicas necessárias e os conhecimentos demandados para cada público em se tratando de educação financeira e previdenciária. As ações, que incluem capacitações e palestras presenciais, materiais impressos e conteúdos on-line, abrangem todos os públicos, de acordo com a competência técnica identificada pela trilha educacional. Um exemplo é a proposta de reforma nas regras da Previdência Social (INSS), que é abordada como uma das ações da trilha de empregados ativos, sempre ressaltando a importância da previdência complementar para a formação de reservas e para a garantia de um futuro financeiramente tranquilo.

2.1 - Iniciativas de educação financeira e previdenciária [GRI G4-DMA Rotulagem de produtos e serviços, G4-FS16]

Baseadas no conceito de trilhas educacionais, com a oferta planejada de ações adequadas a públicos com necessidades diversas, as ações de educação financeira e previdenciária estão organizadas no site da Valia (acesse <http://www.valia.com.br/pt-br/educacao-financeira/paginas/trilhas.aspx>). Lá estão descritas as principais iniciativas oferecidas aos participantes, além dos canais de atendimento com a Fundação para esclarecer dúvidas. Os conteúdos também mereceram ampla divulgação nos meios de comunicação com os participantes, como a *Revista Valia*.

No site da Fundação, são disponibilizados aos participantes cursos on-line, informações detalhadas sobre os planos de benefícios e uma visão geral sobre o funcionamento da previdência complementar brasileira. O participante pode também fazer um teste para determinar o seu perfil de investidor, passando a conhecer se tem um perfil mais arrojado ou conservador para investimentos; conhecer as regras de contribuição e as vantagens fiscais e tributárias para os participantes; e saber os limites das coberturas de auxílio-doença, invalidez e pensão por morte dentre outros assuntos. Também estão publicados vídeos e cursos on-line sobre educação financeira e dicas para planejar os gastos familiares no período pós-aposentadoria.

Além disso, são realizadas ações presenciais como o *Quiz Valia* (jogo de perguntas e respostas sobre a previdência social e complementar), as *Oficinas de Simulação*, *Business Game* (jogo de perguntas e respostas que provoca reflexão sobre o papel do disseminador da educação financeira e previdenciária), palestras sobre a reforma da previdência social, Longevidade e projeto futuro e palestras de educação financeira.

Em 2016 foram criadas e aplicadas seis novas ações-piloto. Foram também aplicadas 24 ações já existentes com alto grau de satisfação dos participantes. Em relação a 2017 foram

estabelecidas como metas a realização de 180 ações (presenciais ou remotas); a inclusão de um mínimo de três outras empresas patrocinadoras além da Vale; a realização de 500 consultorias previdenciárias; o lançamento de cinco produtos de educação on-line; e a formação da primeira turma de Preparação para o Futuro (PPF).

A Valia monitora o alcance das iniciativas junto a seus públicos e o volume de acessos aos produtos online. Houve um aumento de 30% na média mensal de visualizações das ações educacionais no site em 2016, na comparação com 2015. Já o volume do público atingido aumentou 65% no mesmo período. A pesquisa feita com os participantes registrou um resultado médio de 4,7 (numa escala de 1 a 5) de satisfação em relação às atividades oferecidas. Em 2017, a Fundação conduz um estudo para definição de um indicador que irá acompanhar a poupança previdenciária de nossos participantes.

Pela primeira vez, em 2017, a Valia participou da Semana ENEF, uma iniciativa do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) para promover a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Foram mais de 20 ações presenciais desenvolvidas em diversos estados do Brasil, como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Palestras e encontros presenciais

Conduzidas por empregados da Valia capacitados para o uso efetivo de ferramentas de educação, as palestras presenciais são momentos importantes para esclarecer dúvidas e disseminar conhecimento para os participantes. Uma das palestras é a de Educação Financeira; com uma hora de duração, aborda o controle de gastos, como poupar, investir e administrar rendas e dívidas. Além dessa palestra, abordamos temas como imposto de renda, simulação de benefícios, características dos planos de benefícios, cenários econômicos, regras de contribuição e opções disponíveis em caso de desligamento da empresa são oferecidas para os participantes ativos.

Para os aposentados, os encontros presenciais incluem esclarecimentos sobre os últimos resultados dos investimentos e dicas práticas para controlar o orçamento. Ainda para este público, uma ação que combina teatro e palestra educativa é realizada periodicamente. O espetáculo teatral *O Drama da Família Gastão* aborda a educação financeira de forma lúdica, ao mostrar uma família que se vê em dificuldades por não controlar seu orçamento adequadamente.

A Valia tem marcado presença também em eventos promovidos pelas empresas patrocinadoras. É mais uma oportunidade de entrar em contato direto com os participantes. No Pará, em setembro e outubro de 2016, diversas palestras e atividades educativas foram realizadas com o apoio da Diretoria de Ferrosos Norte da Vale, registrando a participação de mais de 2 mil pessoas.

Consultoria previdenciária [GRI G4-EC8]

A qualquer momento, os participantes podem solicitar uma consultoria previdenciária. Realizado de forma presencial ou por atendimento telefônico e conduzido por um empregado da Valia, o encontro busca dar subsídios ao participante para planejar, de forma personalizada, seu futuro financeiro. O consultor faz projeções e cálculos sobre valor de benefício, contribuições e planejamento econômico, levando em conta a realidade e as necessidades do participante.

O projeto-piloto da consultoria foi lançado em 2015, quando foram atendidas 207 pessoas. Em 2016, esse número aumentou para 243 pessoas. O objetivo para 2017 é prestar consultoria a 500 pessoas.

2 Educação, comunicação e relacionamento *com participantes*

2.1 - Iniciativas de educação financeira e previdenciária

2.2 - Ações de relacionamento com os participantes

2.3 - Ações de comunicação com os participantes

2 Educação, comunicação e relacionamento com participantes

2.1 - Iniciativas de educação financeira e previdenciária

2.2 - Ações de relacionamento com os participantes

2.3 - Ações de comunicação com os participantes

Oficina de Simulação

Voltada aos participantes ativos. Com dinâmicas e atividades práticas, auxilia os participantes a calcularem o valor de seu benefício futuro, baseando-se em sua contribuição atual ou projetada. É destacada a importância de avaliar periodicamente o valor da contribuição mensal e se ela está adequada ao objetivo financeiro do participante; pequenos ajustes feitos hoje podem ter grande impacto positivo no benefício a ser recebido no futuro.

Simulador on-line de benefícios

Em junho de 2015, a ferramenta on-line para simulação e cálculo de benefícios foi remodelada. Os participantes ativos passaram a ter três opções para as simulações: por valor de contribuição mensal, pelo benefício mensal almejado ou pelo saldo acumulado até o momento da aposentadoria. A ferramenta também passou a ser customizada, dispensando a necessidade de fornecer informações pessoais como idade, saldo de conta, valor da contribuição (que passaram a ser inseridas automaticamente pelo sistema quando o usuário faz seu *login*), tornando a ferramenta mais simples.

Cursos on-line

Multiplique seu Dinheiro com a Previdência da Valia e “Planos de Previdência da Valia – Aprofundando o Conhecimento” são dois cursos interativos, oferecidos on-line, e que podem ser acessados pelos participantes no site da Valia ou pela plataforma educacional VES (Vale Educational System, plataforma digital de capacitação para os empregados da Vale). O primeiro traz dicas de planejamento financeiro e de investimentos para a construção de uma aposentadoria confortável. Já o segundo explora a fundo as características dos planos Vale Mais e Valiaprev, com informações sobre cálculo de contribuição, benefícios e perfil de investimento. Em 2017, a Valia lançará o curso on-line de educação financeira, trazendo dicas de como não cair nas armadilhas financeiras e algumas formas simples de se planejar financeiramente.

Jogo Dieta do Leão

A legislação tributária brasileira permite a dedução da contribuição à previdência complementar da base de cálculo do imposto de renda, até o limite de 12% da renda bruta tributável das pessoas físicas. Com isso, os participantes podem planejar contribuições esporádicas que aumentam o valor do benefício e diminuem o imposto devido. Com o jogo interativo Dieta do Leão (disponível na seção de educação financeira do site), é possível entender como funciona o mecanismo e qual o valor ideal de contribuição para maximizar a dedução.

Vídeos

A seção de educação financeira do site da Valia inclui uma coleção de vídeos educativos que abordam diversos aspectos da previdência complementar. Planejamento e preparação para a aposentadoria, orçamento familiar e pessoal, comparação entre despesas e investimentos, as diferenças entre renda fixa e renda variável, regras e condições para a concessão de empréstimos e como poupar para realizar projetos futuros são alguns dos temas destacados. Todos esses vídeos são mostrados também nas agências de atendimento da Fundação e, em 2016, passaram a ser exibidos nos trens da Vale da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) e da Estrada de Ferro Carajás (EFC), que transportam mais de 1 milhão de passageiros por ano. Em 2017, os vídeos foram também incluídos nas TVs das áreas de convivência da principal patrocinadora.

Ações nas empresas patrocinadoras

O Quiz Valia testa, em um jogo de perguntas e respostas, o conhecimento dos empregados sobre a previdência complementar em geral, sobre os produtos e serviços da Fundação e a respeito das mudanças demográficas no país (aumento de longevidade, tempo de contribuição). Já o Business Game “Futuro em Jogo” é voltado para os líderes e para os profissionais da área de recursos humanos. Seu conteúdo ressalta a importância de disseminar internamente informações sobre o sistema de previdência complementar, através de situações hipotéticas apresentadas aos participantes.

Apresentação da Diretoria na Aposvale

Os três diretores da Valia – a diretora-superintendente, Maria Gurgel, o diretor de Investimentos e Finanças, Maurício Wanderley, e a diretora de Seguridade, Elisabete Teixeira – participaram de um encontro com representantes da Aposvale, realizado na sede da associação (Rio de Janeiro), em março de 2016. O evento apresentou aos aposentados os resultados da Fundação em 2015 e informações sobre o desempenho do plano de Benefício Definido, incluindo a destinação do superávit obtido em 2015.

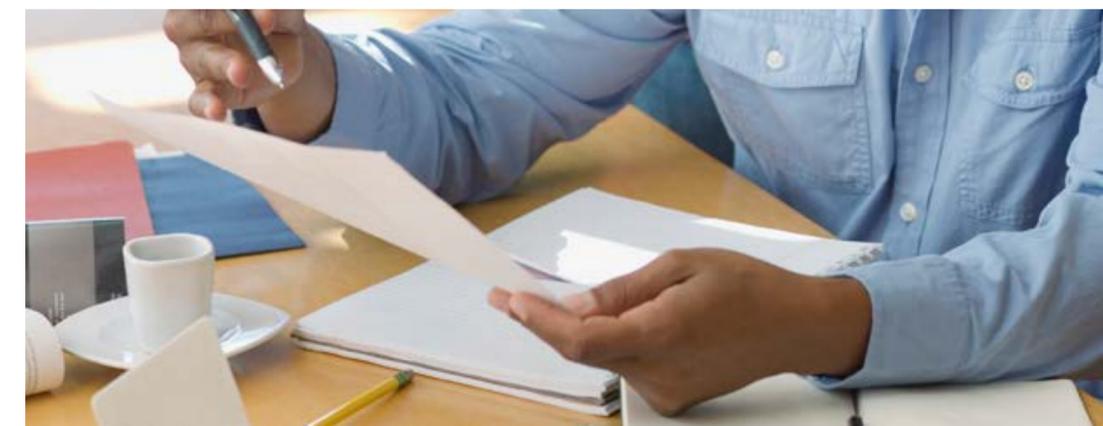
Educação financeira para crianças

A primeira ação feita para esse público foi em 2015, quando a Valia levou para uma escola em Carajás (PA) a peça de teatro *O Drama da Família Gastão*, além de promover um bate-papo sobre orçamento doméstico. Essa mesma ação foi repetida em 2016, em Canaã (PA), sendo incrementada com atividades educacionais da própria escola antes do encontro da Valia. A ação fez tanto sucesso que passou a fazer parte do calendário anual de atividades fixas da Fundação.

Em 2016, a Valia desenvolveu, pela primeira vez, o Dia das Crianças para os filhos dos empregados. O dia foi recheado de atividades recreativas, estimulando a consciência financeira dos pequenos. A peça de teatro também foi apresentada na ocasião. Em 2017, a ação se repetirá com algumas novidades.

Estudos de comportamento financeiro

Em 2016, foi realizado um estudo de finanças comportamentais, para entender o comportamento humano nas decisões relacionadas a finanças pessoais. Foi realizado também um levantamento sobre a segmentação das empresas patrocinadoras – de maneira a conhecer melhor o perfil dos participantes e os canais de comunicação apropriados em cada localidade. O estudo orienta a identificação da melhor estratégia a ser seguida na criação de ações de educação financeira e de divulgação de campanhas de comunicação.



2 Educação, comunicação e relacionamento com participantes

- 2.1 - Iniciativas de educação financeira e previdenciária
- 2.2 - Ações de relacionamento com os participantes
- 2.3 - Ações de comunicação com os participantes



2 Educação, comunicação e relacionamento com participantes

2.1 - Iniciativas de educação financeira e previdenciária

2.2 - Ações de relacionamento com os participantes

2.3 - Ações de comunicação com os participantes

2.2 - Ações de relacionamento com os participantes [GRI G4-DMA Rotulagem de produtos e serviços]

A Valia presta atendimento telefônico a seus participantes de segunda a sexta-feira, das 8h às 19h, pelo Disque Valia (0800 7020 162) ou pelo ramal interno 162. Ligações de celular ou do exterior devem ser feitas para o número 55 21 3184-9999. Comunicações por e-mail podem ser enviadas para o endereço fale.conosco.valia@vale.com ou com o uso do formulário de contato no site da Fundação (na seção “Fale Conosco”). O atendimento presencial é prestado nas agências e nos postos de atendimento, cuja relação completa pode ser consultada no site. Periodicamente, a Valia ainda realiza atendimentos itinerantes em unidades dos patrocinadores, com calendário divulgado antecipadamente no site.

É possível agendar previamente, por telefone ou e-mail, um horário de atendimento presencial nas agências e postos da Valia, com antecedência mínima de um dia útil e máxima de 30 dias úteis.

É feito o envio de Extrato de Opção por institutos aos participantes ativos que se desligam do patrocinador, com um resumo de suas possibilidades junto à Valia após o desligamento da empresa.

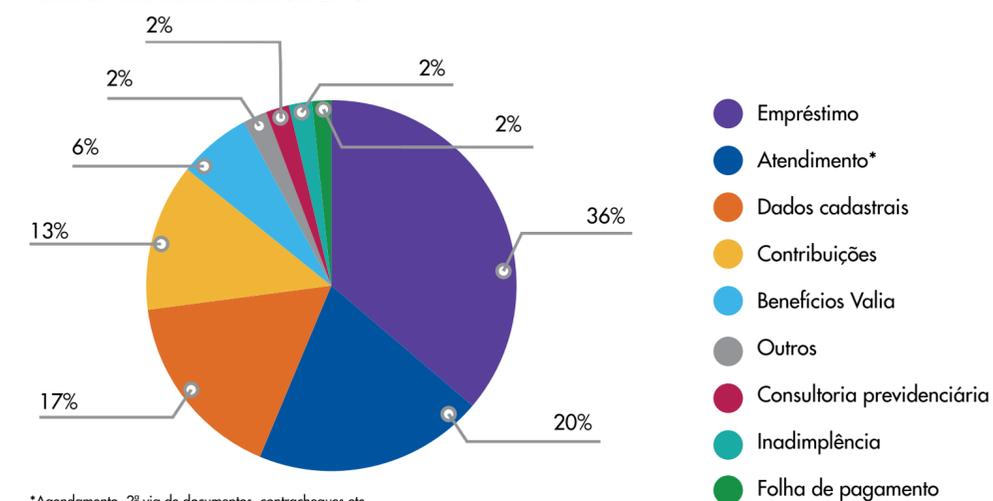
Quando um novo participante adere a um plano da Valia, recebe o regulamento do mesmo e o estatuto da Entidade em um CD, e uma cartilha explicativa impressa explicando sobre o plano em linguagem simples, na forma de perguntas e respostas. Após a adesão, é encaminhado um certificado ao participante. Há uma parceria com as áreas de Comunicação das empresas patrocinadoras para inserir informações relevantes sobre o plano em seus veículos de comunicação interna e para promover as ações de educação financeira e previdenciária.

A Valia conta também com a ajuda de Consultores, que geralmente são empregados dos RH’s dos patrocinadores. Estes prestam atendimento aos participantes ativos, com o esclarecimento de dúvidas e auxílio com requerimentos e demais documentos. Além disso, também se encarregam de fazer a adesão de novos participantes, quando necessário.

Em 2016, a rede de Consultores totalizava 138 profissionais, alocados em diversas empresas patrocinadoras. Para conhecer a lista completa dos consultores, acesse a seção Fale Conosco no site Valia.

Cada atendimento é analisado e tem seus temas identificados.

Assuntos mais demandados em 2016



*Agendamento, 2ª via de documentos, contracheques etc.

Gestão da reclamação

Com a adoção do método VPS (Vale Production System) na gestão de todas as reclamações recebidas dos participantes, a Fundação constatou uma redução de mais de 50% no número de demandas entre 2015 e 2016.

Prazo de atendimento

A gestão dos atendimentos é feita com o Sistema de Relacionamento com o Cliente (CRM) e prevê 376 tipos distintos de demandas. A meta estabelecida para o atendimento em 2016 (atender 99,1% dos casos no prazo estabelecido inicialmente) foi batida; 99,5% dos prazos foram cumpridos. Para 2017, foi estipulada a mesma meta de 2016. [GRI G4-PR4]

Segurança da Informação

Todas as informações sensíveis trafegam por um sistema seguro, que conta com controle de acessos sobre as comunicações entre a Valia e suas patrocinadoras. Para aumentar a segurança da informação e mitigar possíveis falhas geradas por acessos indevidos, foi criado um grupo de trabalho dedicado a detectar vulnerabilidades relativas aos dados dos participantes. Atualmente a Valia não conta com mecanismos de acompanhamento de queixas relacionados à privacidade dos participantes. [GRI G4-PR8]

Autogestão do percentual de contribuição mensal e Perfil de Investimento

Aumentando a autonomia dos participantes sobre seus investimentos, o Portal do Participante passou a permitir que os próprios participantes ativos alterassem seu percentual de contribuição mensal e perfil de investimento. Por medida de segurança, apenas aqueles que aderiram ao regulamento de alteração de percentual e perfil de investimento (que requer a assinatura de um termo próprio, disponível no site da Fundação) podem acessar o recurso. No caso do percentual de contribuição, a alteração pode ser feita uma vez por ano e o novo percentual passa a vigorar a partir de janeiro do ano seguinte. Já o perfil de investimento pode ser alterado a cada 12 meses e o novo perfil passa a vigorar no mês imediatamente seguinte ao do pedido de alteração.

Participação em feiras de benefícios

Em junho de 2016, a Valia participou de três feiras de benefícios realizadas em Minas Gerais. No estande da Fundação, os visitantes receberam orientações sobre os planos de previdência complementar, tiraram dúvidas e conheceram mais sobre as iniciativas de educação financeira e previdenciária. Mais de 600 pessoas passaram pelo espaço, que ofereceu atendimentos personalizados e atividades como o Quiz Valia e o Business Game – Futuro em Jogo.

Assuntos mais demandados em 2016	
Produto	NR
Empréstimo	90.545
Atendimento*	50.231
Dados cadastrais	41.533
Contribuições	32.194
Benefícios Valia	15.947
Outros	5.245
Consultoria previdenciária	5.087
Inadimplência	5.061
Folha de pagamento	4.178

2 Educação, comunicação e relacionamento com participantes

2.1 - Iniciativas de educação financeira e previdenciária

2.2 - Ações de relacionamento com os participantes

2.3 - Ações de comunicação com os participantes

2.3- Ações de comunicação com os participantes [GRI G4-PR3]

Conheça também as principais ações de comunicação da Valia com seus participantes:

Revista Valia

Publicada bimestralmente, a Revista Valia passou por mudanças importantes em 2015. A principal delas foi a criação de edições distintas para aposentados e pensionistas e para participantes ativos, com pautas e temas específicos para cada grupo. A revista para ativos enfatiza as decisões de gestão sobre os planos, conteúdos de educação financeira, planejamento para o futuro e informações sobre as empresas patrocinadoras. Já as edições para aposentados e pensionistas enfocam reportagens sobre qualidade de vida, saúde, controle de orçamento e adaptação à aposentadoria, além de detalhar os resultados dos investimentos e decisões sobre a gestão dos planos de benefício.

Site Valia

Também em 2015, o site da Valia foi completamente remodelado. Logo na página inicial, o usuário passou a apontar seu perfil (participante ativo ou assistido – aposentados e pensionistas – ou não participante); diferentes recursos e informações são disponibilizados para cada tipo de público. Foram introduzidas novas ferramentas de autoatendimento como o simulador de benefícios, conteúdos informativos sobre os planos e o desempenho da Valia. As iniciativas de educação financeira e previdenciária on-line foram organizadas em uma única seção. Já as dúvidas mais comuns dos participantes passaram a ser tratadas na seção “Perguntas e respostas”, também de acordo com o perfil do usuário.

Chat com lideranças da Vale

Um chat realizado pela internet reuniu, em julho de 2015, representantes da Valia (incluindo a diretora-superintendente, Maria Gurgel, e a diretora de seguridade, Elisabete Teixeira) e mais de 200 líderes da Vale. O intuito da conversa era reforçar os conhecimentos sobre a previdência complementar em geral e tirar dúvidas sobre o plano Vale Mais. Os participantes puderam posteriormente compartilhar as informações com suas equipes, complementando as ações de comunicação da Fundação. Já em 2016, a Entidade ofereceu um chat sobre educação financeira com a condução da consultora financeira Myrian Lund.

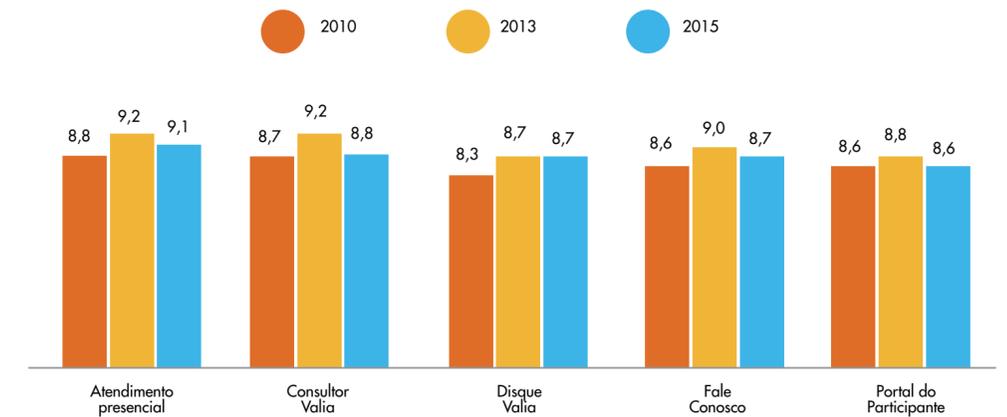
Pesquisa de satisfação [GRI G4-PR5]

A pesquisa de satisfação da Valia é realizada a cada dois anos com o apoio de um instituto de pesquisa que fica responsável por conduzir todo o processo. Em 2015 a amostragem foi de 2 mil participantes, sendo 1.500 ativos e 500 assistidos (aposentados e pensionistas), distribuídos proporcionalmente ao universo pesquisado pelos estados do Rio de Janeiro (RJ), Minas Gerais (MG), Espírito Santo (ES), Pará (PA), Maranhão (MA), São Paulo (SP), Mato Grosso do Sul (MS) e Bahia (BA). A pesquisa é quantitativa e realizada por telefone, com o objetivo geral de medir a satisfação dos participantes em relação a produtos e serviços.

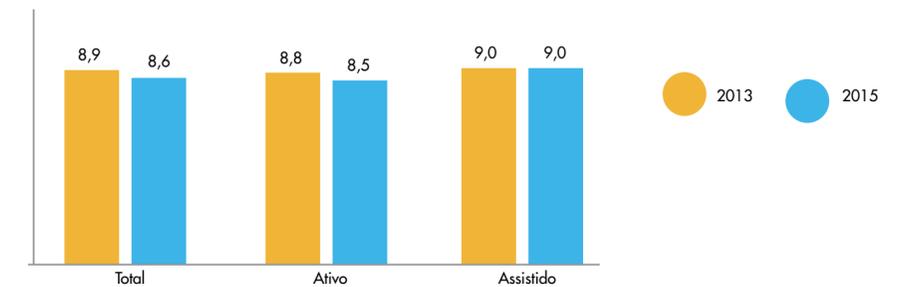
Em janeiro de 2016, foram divulgados os resultados. A nota geral dada à Valia como um todo foi 8,64, uma ligeira queda em relação à média verificada na pesquisa anterior, em 2013 (8,90). Perguntados sobre a associação imediata que faziam à menção do nome da Fundação, 18% citaram “segurança”; 15%, “previdência privada”; 10%, “credibilidade/confiança”; e 10%, “ajuda/complemento”.

O resultado da pesquisa é divulgado para os participantes. As áreas internas da Fundação criam planos de ação endereçados à melhoria com base nos resultados da pesquisa para a evolução de seus serviços e produtos. Eles são cadastrados no sistema de qualidade da Valia e acompanhados por cada área sob a gestão da área de Governança. Em 2017, será realizada uma nova pesquisa.

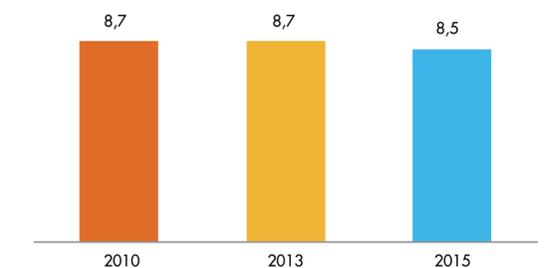
Nota para os canais de atendimento da Valia



Avaliação geral da Valia



Nota da Revista Valia



Monitor de Investimentos

Lançado em outubro de 2016, o Monitor de Investimentos é mais um recurso importante de divulgação do desempenho financeiro da Valia. Remetido mensalmente por e-mail a todos os participantes ativos, o monitor é um informativo que resume as rentabilidades do ano e do mês anterior, com gráficos e textos explicativos sobre cada categoria de investimento e sobre o cenário macroeconômico interno e externo do período. Cada participante recebe os resultados do seu perfil de investimento e, como um ponto de melhoria em 2017, foram incluídos também os resultados macro dos demais perfis, para que os participantes possam comparar os resultados.



3 Cenário *de 2016*

3 Cenário de 2016

3.1 - O contexto político e econômico

3.2 - Desempenho financeiro

3.3 - Principais decisões de gestão e investimentos

3 - Cenário de 2016

A economia e o cenário político brasileiros passaram por diversas turbulências em 2016. Em um período marcado por recessão e instabilidade institucional, a Valia confirmou a assertividade de sua gestão e o bom desempenho de seus investimentos. Como resultado, a Fundação continuou a registrar superávits neste ano, o que garantiu o pagamento de benefícios extras a seus participantes – uma prática mantida desde 2007.

3.1 - O contexto político e econômico

Duas crises simultâneas ocuparam o noticiário no início de 2016. Uma do lado político que culminou no impeachment da Presidente. Outra no lado da economia, com o retrocesso de importantes indicadores como desemprego e PIB. Porém, após as mudanças políticas, iniciou-se uma reação econômica com a queda da inflação e o início do ciclo de redução da taxa básica de juros, fixada pelo Banco Central, que terminou o ano em 13,75%.

O cenário no final de 2015 inspirou cautela à gestão da Valia. As decisões de investimento e administração de portfólio foram conservadoras, com o objetivo de preservar o patrimônio dos participantes e minimizar o impacto negativo decorrente do aprofundamento do ciclo recessivo da economia brasileira. A estratégia de alocação de longo prazo foi revista para reduzir o impacto de potenciais perdas futuras e reduzir a exposição ao risco, especialmente em relação aos investimentos do Plano de Benefício Definido (que tem o maior patrimônio entre os cinco planos administrados pela Fundação). Com percentual reduzido de recursos investido em renda variável e maior concentração em renda fixa, a Fundação esteve menos sujeita as oscilações do mercado.

Premissas macroeconômicas assumidas para 2016

Variável	Indicador	Cenário 2016	Índice real
Inflação	IGP-M	6,40%	7,17%
	IPCA	6,50%	6,29%
Taxa de juros	Selic (média)	14,00%	14,17%
Atividade econômica	PIB	-2,00%	-3,60%
Câmbio	R\$/US\$ (fim de período)	4,20	3,26

3.2 - Desempenho financeiro [G4-DMA Desempenho econômico]

O desempenho consolidado da Valia em 2016 foi positivo. Os indicadores de solvência dos planos e a rentabilidade geral ficaram acima das metas estabelecidas incluindo o atingimento da meta atuarial proposta para o ano. O resultado de 2016 permitiu também (pela primeira vez desde 2014) o pagamento de abonos extras, distribuídos no começo de 2017. Desde 2007, a Valia tem pago mensalmente, em um dos seus planos, benefícios extras (25% do valor do benefício líquido) a seus participantes, de acordo com as regras de destinação de superávits nos resultados dos planos. O pagamento mensal extra não tem caráter permanente e só ocorrerá enquanto houver recursos no respectivo Fundo de Distribuição de Superávit.

Valor econômico direto gerado e distribuído pela Valia, série histórica [GRI G4-9, G4-EC1]

Valor econômico direto gerado - receitas (R\$)	2014	2015	2016
	R\$ 1.727.969.360,18	R\$ 2.041.559.524,70	R\$ 2.516.808.267,95
Valor econômico distribuído (R\$)	2014	2015	2016
Custos operacionais	R\$ 26.475.328,11	R\$ 28.493.061,20	R\$ 22.924.528,27
Salários e benefícios de empregados	R\$ 38.353.069,54	R\$ 43.644.562,68	R\$ 43.632.338,82
Pagamentos a provedores de capital	n/a	n/a	n/a
Pagamentos ao governo*	R\$ 6.727.174,71	R\$ 4.268.597,01	R\$ 1.603.750,00
Investimentos comunitários	R\$ 291.354,60	R\$ 330.550,90	R\$ 312.000,00
Total	R\$ 71.846.917,96	R\$ 76.736.571,79	R\$ 68.472.617,09

*Todos os impostos da organização (corporativos, de renda, sobre propriedade, etc.) e respectivas multas pagas em nível internacional, nacional e local. Esses valores não incluem impostos diferidos, uma vez que podem não ser pagos.

Valor econômico distribuído (%)	2014	2015	2016
Custos operacionais	37%	37%	34%
Salários e benefícios de empregados	54%	57%	64%
Pagamentos a provedores de capital	n/a	n/a	n/a
Pagamentos ao governo	9%	6%	2%
Investimentos comunitários	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%
Valor econômico retido (R\$) ("valor econômico direto gerado" menos "valor econômico distribuído")	2014	2015	2016
	R\$ 1.656.122.442,22	R\$ 1.964.822.952,91	R\$ 2.448.335.650,86

3 Cenário de 2016

3.1 - O contexto político e econômico

3.2 - Desempenho financeiro

3.3 - Principais decisões de gestão e investimentos

Investimentos em 2016

Valia - segmentos	R\$ mil	% Part.
Renda fixa*	17.024.150	79,50%
Renda variável	1.348.035	6,29%
Investimentos estruturados	565.223	2,64%
Investimentos no exterior	37.742	0,18%
Imóveis	1.206.965	5,64%
Operações com participantes	889.056	4,15%
Investimentos*	21.071.171	98,40%
Outros	343.396	1,60%
Total	21.414.567	100,00%

*O saldo expresso neste relatório para o segmento em Renda Fixa consta adicionado o valor do depósito em garantia de NTN-C.

Rentabilidade em 2016

Segmento de investimento	2015	2016
Renda fixa	16,74%	13,87%
Renda variável	-9,18%	29,45%
Investimentos estruturados	-35,07%	-0,18%
Investimentos no exterior	51,04%	-16,10%
Imóveis	1,08%	1,06%
Operações com participantes	13,71%	16,63%
Total de investimentos - Valia	11,37%	13,32%
Outros indicadores	2015	2016
INPC + 5% a.a.	16,84%	11,90%
Ibovespa Fechamento	-13,31%	+38,94%
IBrX 50 Fechamento	-13,09%	+ 36,82%

Rentabilidade, série histórica

Últimos 10 anos	Rentabilidade
2007	23,76%
2008	0,19%
2009	24,52%
2010	18,30%
2011	10,59%
2012	19,29%
2013	3,86%
2014	10,65%
2015	11,37%
2016	13,32%

Ativos totais, série histórica

Ano	R\$ bilhões
2012	17,1
2013	17,2
2014	18,2
2015	19,7
2016	21,4

3.3 - Principais decisões de gestão e de investimentos

Diante das incertezas na economia, a estratégia da Valia foi conservadora. As Políticas de Investimento dos planos de Benefício Definido, Vale Mais, Valiaprev e Vale Fertilizantes foram revistas no final de 2015, de modo a aproveitar as condições de mercado para elevar o limite de recursos alocados em aplicações de renda fixa indexada a inflação, mais estáveis e que garantem a rentabilidade necessária para o cumprimento dos compromissos da Fundação. As modificações miraram principalmente a alocação alvo em renda fixa, que passaram a ter alvo de até 80,5% no plano de Benefício Definido, 74,5% no Vale Mais, 75,5% no Valiaprev e 90,5% no Vale Fertilizantes.

3 Cenário de 2016

- 3.1 - O contexto político e econômico
- 3.2 - Desempenho financeiro
- 3.3 - Principais decisões de gestão e investimentos

Em um movimento inverso, as aplicações em ativos de renda variável foram reduzidas. A Valia, que na década passada chegou a ter mais de 30% de seu patrimônio investido no segmento, veio reduzindo essa alocação nos últimos anos; no início de 2016, essa porcentagem chegou a ficar abaixo de 4%. A estratégia foi reduzir a exposição a riscos de mercado e evitar a volatilidade trazida pela crise econômica, aumentando a previsibilidade dos resultados. Os limites de investimento em renda variável foram reduzidos para os planos de Benefício Definido, Vale Mais, Valiaprev e Vale Fertilizantes.

A estratégia de gestão é diferente entre os diversos Planos de Benefícios. O Vale Mais e o Valiaprev, como são planos em fase de acumulação de recursos com baixa necessidade de liquidez para pagamento de benefícios, têm um limite de alocação em renda variável maior: o primeiro pode chegar a ter 25% de seus ativos no segmento, e o segundo, até 30%. Plano maduro, no qual praticamente todos os participantes já recebem benefícios, o Benefício Definido tem um limite mais baixo (10%). A alocação máxima para o Vale Fertilizantes também foi reduzida e estipulada em 19,5%. O plano Cenibra, também maduro e fechado, não prevê investimentos em renda variável.

A estratégia de redução de risco incluiu a restrição a investimentos em imóveis. Para o plano Benefício Definido, foram zerados os percentuais de alocação em empreendimentos imobiliários e outros imóveis, com o limite total do segmento (8%) sendo direcionado a imóveis para aluguel e renda. O Vale Mais também reduziu (de 4% para 0%) a alocação em empreendimentos e passou a ter um limite máximo de 5% em imóveis para aluguel e renda. As alterações relevantes em outras categorias de investimento incluíram a redução do percentual alvo de Operações com Participantes em todos os planos que investem nesse segmento e a redução do segmento de investimentos estruturados no Plano Vale Mais.

Perfis de Investimento

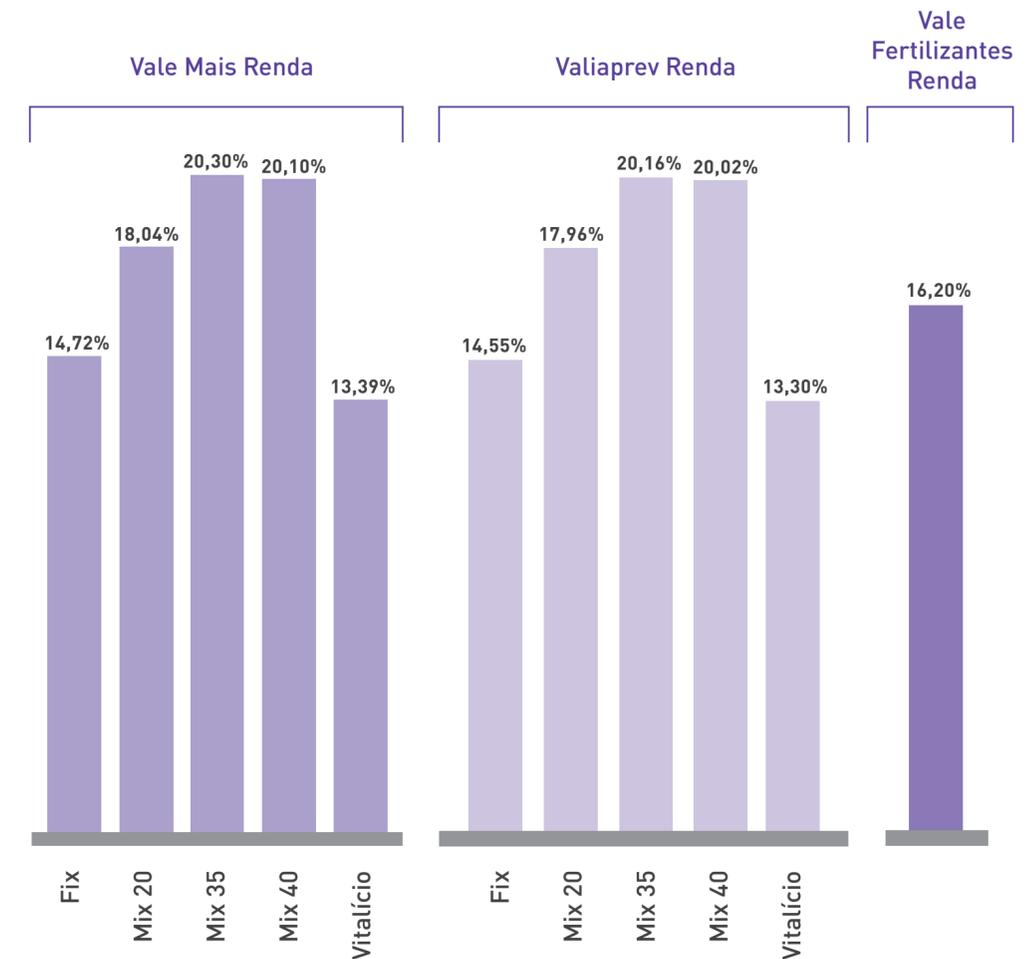
Ao oferecer diferentes Perfis de Investimento que orientam decisões e os limites de alocação de recursos nos diversos segmentos de ativos, a Valia proporciona estratégias que contemplam as necessidades específicas e os diferentes momentos de vida dos participantes. Os participantes ativos dos planos de contribuição definida podem selecionar o perfil mais adequado a seu planejamento e às suas expectativas de retorno. É possível trocar de opção uma vez a cada 12 meses, em uma operação realizada pelo próprio participante no Portal do Participante.

Em 2016, três Perfis de Investimento estavam disponíveis, com as seguintes características:

Perfil	Estratégia de renda fixa	Estratégia de renda variável
Valia Fix	100% aplicados em renda fixa e operações com participantes (empréstimos)	Sem investimento no segmento
Valia Mix 20	80% aplicados em renda fixa e operações com participantes	20% aplicados em renda variável
Valia Mix 40	60% aplicados em renda fixa e operações com participantes	40% aplicados em renda variável

Algumas mudanças foram aplicadas aos Perfis de Investimento em 2016. Foi descontinuada a oferta do perfil Valia Mix 35, que tinha características muito semelhantes ao Valia Mix 40 (anteriormente chamado Ativo Mix 40). Em reunião do Conselho Deliberativo em março, também foi aprovada a mudança na alocação do saldo de conta dos participantes assistidos que optam pela renda em prazo certo ou percentual do saldo de conta, de forma a realizar uma gestão específica para esse perfil de participante.

Rentabilidade por perfil em 2016





4

Planos *de beneficios*

4 Planos de benefícios

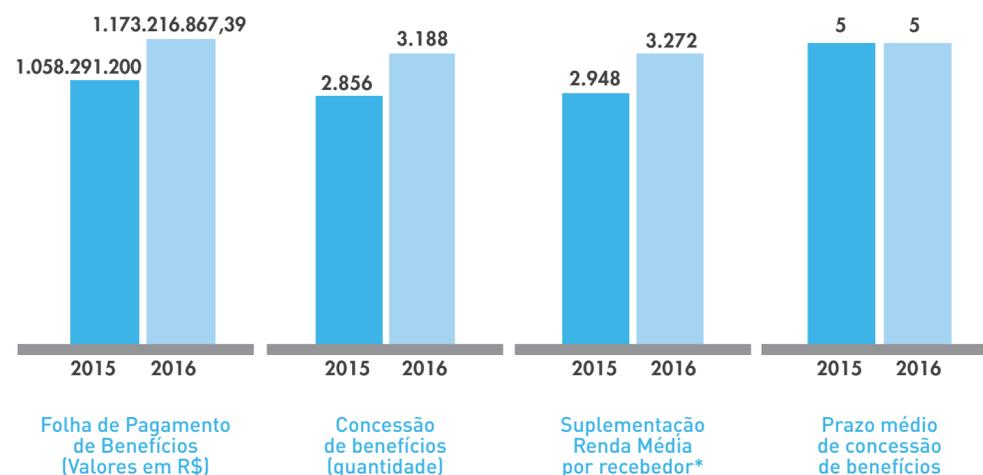
- 4.1 - Principais números do ano
- 4.2 - Plano de Benefício Definido (BD)
- 4.3 - Plano Vale Mais e Valiaprev
- 4.4 - Plano Vale Fertilizantes
- 4.5 - Plano Cenibra

4 - Planos de benefícios

4.1 - Principais números de 2015 e 2016

Apesar dos impactos da crise econômica que o país enfrentou em 2016, os cinco planos de benefícios da Valia seguem entre os mais sólidos e de melhor desempenho no mercado. Neste capítulo, estão resumidos os principais indicadores de resultado financeiro do período e os fatos mais relevantes do período.

Os planos da Valia (dados de 2016)



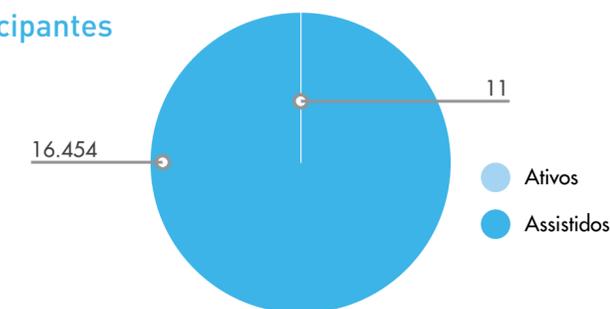
*A partir do relatório desde ano, a Suplementação/Renda média por receptor não contempla o valor de superávit mensal.

4.2 - Plano de Benefício Definido (BD)

No plano BD, de benefício definido, o cálculo do valor do benefício é feito levando em conta a média dos 12 últimos salários de participação. Este plano está fechado para novas adesões desde 2000. Em valor de patrimônio, é o maior dos planos da Valia, tendo encerrado 2016 com um total acumulado de R\$ 11,7 bilhões. Isso significa que, ao fim do ano, o BD era o quinto maior plano de todo o sistema previdenciário complementar brasileiro. O desempenho do BD em 2016 foi suficientemente positivo para que os participantes tivessem direito um abono no valor de 3,3 benefícios líquidos de contribuição, pagos na folha de março de 2017, prevendo também a constituição de reserva para a continuidade do pagamento de 25% de benefícios mensais por um prazo de até cinco anos.

De acordo com seu regulamento, as reservas acumuladas obedecem a princípios de coletividade e de solidariedade (ou seja, déficits e superávits são de responsabilidade de todos os participantes e patrocinadores, na forma das legislações vigentes). O BD é um plano maduro, no qual 99,93% dos participantes já recebem benefícios. Para os participantes assistidos, os benefícios incluem suplementação de aposentadoria (por invalidez, por idade ou por tempo de contribuição) e suplementação de aposentadoria especial; benefício diferido por desligamento; suplementação de auxílio-doença; suplementação de abono anual; e abono anual do benefício diferido por desligamento. Para os beneficiários, a lista inclui suplementação de pensão, suplementação de auxílio-reclusão e suplementação de abono anual.

Total de participantes BD



Patrocinadores
Cenibra, Hispanobras, Itabrasco, Nibrasco, Florestas Rio Doce S.A.; Fundação Vale, Valia, Log-In Logística Intermodal S.A.; Minas da Serra Geral S.A., Vale S.A.

Investimentos Plano BD

BD - ativos totais (R\$ mil)	2016		2015		Variação 2015/2016 (%)
	Investimentos 2016 (R\$ mil)	Rentabilidade (%)	Investimentos 2015 (R\$ mil)	Rentabilidade (%)	
	11.709.662		11.220.807		4,36
BD - investimentos e rentabilidade	11.418.302	12,30	10.941.768	10,53	

BD - rentabilidade x índices de referência (2016)			
Segmento	% dos ativos aplicados*	Rentabilidade líquida (%)	Índice de referência (%)
Renda fixa	78,53	13,80	11,91 (INPC +5% a.a)
Renda variável	4,89	29,14	38,93 (Ibovespa)
Investimentos estruturados	4,44	-0,73	12,44 (INPC +5,5% a.a)
Imóveis	8,55	1,08	12,44 (INPC +5,5% a.a)
Operações com participantes	3,60	16,51	12,44 (INPC +5,5% a.a)

*%0,01: disponível em conta corrente (total de R\$ 608.740) *-0,02%: investimentos a pagar (resultado negativo de R\$ 2.694.161).

Estudos sobre novas regras de solvência

Para entender as consequências da Resolução 22/2015 do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), que promoveu, ao fim de 2015, importantes mudanças nas regras de equacionamento de déficits e destinação de superávits, a Valia e a Aposvale constituíram um grupo de trabalho, com profissionais de ambas as entidades. As alterações da nova Resolução trazem maior flexibilidade para a definição do valor da Reserva de Contingência. A regra anterior estabelecia a constituição da Reserva de Contingência até o limite de 25% das Provisões Matemáticas, e só a partir daí é que o resultado excedente seria passível de destinação. A nova regra fixa o limite de acordo com o perfil do plano e de seus participantes, em vez de seguir um critério único para todos os planos. O grupo de trabalho, de caráter eminentemente técnico, se reuniu em três ocasiões em 2016 para avaliar as novas regras.

4 Planos de benefícios

4.1 - Principais números do ano

4.2 - Plano de Benefício Definido (BD)

4.3 - Plano Vale Mais e Valiaprev

4.4 - Plano Vale Fertilizantes

4.5 - Plano Cenibra

Alterações no regulamento e distribuição de superávits

Em novembro de 2016, o Conselho Deliberativo da Valia aprovou de forma unânime uma alteração no regulamento do Plano BD. As mudanças objetivavam viabilizar a constituição de um novo fundo de distribuição de superávit (Fundo de Distribuição de Superávit 3), que permitiria a continuação de pagamentos extras mensais equivalentes a 25% do benefício líquido. As alterações foram protocoladas junto à Previc em dezembro e passaram a valer em fevereiro de 2017, após a aprovação do órgão regulador.

Após o fechamento contábil de 2016 e a confirmação do superávit no resultado do plano, ficou constatado que o valor apurado de superávit foi superior ao necessário para manter a previsão de pagamento mensal dos 25% do benefício líquido de contribuição pelo prazo de 60 meses. Sendo assim, o Conselho Deliberativo da Valia decidiu por unanimidade pela quitação do Fundo de distribuição de superávit 2012 e pelo pagamento de Abono referente ao Fundo de Distribuição de Superávit 3, totalizando, 3,3 benefícios líquidos de contribuição. A destinação de superávit do Plano BD ocorre de forma ininterrupta desde 2007. Entretanto, trata-se de um pagamento sem caráter permanente e que só ocorrerá enquanto houver recursos no Fundo de Distribuição de Superávit.

Contencioso

Em relação ao Contencioso Valia envolvendo participantes do Plano BD e a entidade, o grande movimento ocorrido no biênio 2015/2016 foi a consolidação da Jurisprudência nos Tribunais Superiores acerca da inaplicabilidade dos chamados Ganhos Reais. Em 2015, em emblemática decisão, o TST entendeu que a interpretação do regulamento do plano, que determina que os reajustes da suplementação devam ocorrer nas mesmas datas e nos mesmos índices dos reajustes do INSS, deve ser restritiva, não se estendendo à aplicação dos aumentos reais concedidos pela Previdência Social. Seguindo o mesmo entendimento, em 2016, o Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso repetitivo, julgou da mesma forma, firmando a tese no seguinte sentido: "Nos planos de benefícios de previdência complementar administrados por entidade fechada, a previsão regulamentar de reajuste, com base nos mesmos índices adotados pelo Regime Geral de Previdência Social, não inclui a parte correspondente a aumentos reais". Trata-se de histórica definição de tese, em especial pela expressividade de seus números no Contencioso Valia, e, conseqüentemente, de máxima importância na defesa do patrimônio do Plano de Benefício Definido. A decisão foi considerada emblemática não apenas para a contencioso da Valia, mas para todo o sistema brasileiro de previdência complementar.

Reajustes em 2015 e 2016

Em 2015, os benefícios pagos a aposentados e pensionistas do BD foram reajustados em 6,23%. Já em 2016, o reajuste aplicado foi de 11,28%. Como determina o regulamento do plano, o índice é o mesmo destinado aos benefícios do INSS.

4.3 - Planos Vale Mais e Valiaprev

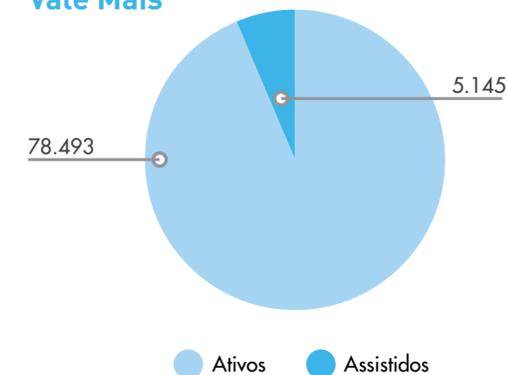
O Vale Mais é um plano de contribuição variável, desvinculado do INSS. Seus participantes definem o percentual de contribuição mensal (ordinária) que desejam praticar e podem também fazer aportes voluntários (contribuições esporádicas) a qualquer momento para aumentar seu saldo de conta individual. A contrapartida da empresa patrocinadora para a contribuição mensal do participante corresponde a 1% sobre a parcela do salário-de-participação até 10 Unidades de Referência e até 9% aplicados à parte do salário-de-participação que ultrapassar as 10 Unidades de Referência. (UR, indicador utilizado como referência para o cálculo da contribuição e para estabelecer o valor mínimo da renda mensal ao serem concedidos benefícios). As contribuições ordinárias e esporádicas (se houver) do participante e da empresa patrocinadora são creditadas mensalmente em contas individuais, acrescidas da rentabilidade líquida dos investimentos. Essas duas contas formam o Saldo de Conta do participante, que é a poupança previdenciária individual a ser transformada em Benefício de Aposentadoria.

Os benefícios do Vale Mais são: renda de aposentadoria (normal, antecipada e de benefício diferido por desligamento); suplementação do auxílio-doença; suplementação da aposentadoria por invalidez; suplementação de pensão por morte; renda de pensão por morte; suplementação ou renda de abono anual. Aberto a novas adesões de empregados de seus 29 patrocinadores, é o maior plano da Valia em número de participantes.

O Valiaprev é o outro plano de benefícios da Valia que também está aberto a novas adesões. Seu regulamento e condições oferecidas são muito semelhantes às do Vale Mais: as regras de contribuições ordinárias e esporádicas, Saldo de Conta e cálculo do benefício a ser recebido são as mesmas. Seus benefícios são renda de aposentadoria (normal e antecipada); renda de pensão por morte do participante; renda de benefício diferido por desligamento; renda de abono anual; suplementação da aposentadoria por invalidez; suplementação de pensão por morte do participante; e suplementação de abono anual. Trata-se de um plano com 20.468 participantes onde apenas 2,83% deste público está na condição de assistido, ou seja, recebendo benefício do plano.

Tanto o Vale Mais quanto o Valiaprev são planos de adesão voluntária. A Valia mantém um trabalho ativo junto aos empregados dos patrocinadores que ainda não aderiram, para divulgar as características dos planos e conscientizá-los sobre a importância do benefício. Com isso, a Valia conta com um índice de adesão muito alto, em torno de 98% dos empregados dos patrocinadores. Quando um participante é desligado do patrocinador, a Fundação procura incentivar sua permanência no plano, e vem conseguindo sucesso em cerca de 50% dos casos.

Total de participantes em 2016
Vale Mais



Patrocinadores

Vale S.A., Aliança Geração de Energia S.A., Aliança Norte Energia Participações S.A., Associação Instituto Tecnológico Vale, Cadam S.A., Cenibra, Hispanobras, Itabrasco, Nibrasco, Ferrovia Norte Sul S.A., Florestas Rio Doce S.A., Fundação Vale, Valia, Log-In Logística Intermodal S.A, Minas da Serra Geral S.A., Mineração Paragominas S.A., Minerações Brasileiras Reunidas S.A, Norsk Hydro Brasil Ltda., Salobo Metais S.A., Ultrafértil S.A., Norsk Hydro Energia Ltda, Vale Energia S.A., Vale Fertilizantes S.A., Vale Óleo e Gás S.A., Vale Soluções em Energia S.A., VLI Multimodal S.A, VLI Operações Ferroviárias Independentes, VLI Operações Portuárias S.A., VLI S.A.

Total de participantes em 2016
Valiaprev



Albrás Alumínio Brasileiro S.A., Alunorte Alumina do Norte do Brasil S.A., Associação dos Aposentados, Pensionistas e Empregados das Empresas Patrocinadoras da Valia, Bozel Brasil S.A., Cia.Paulista de Ferro Ligas, Kobrasco, Companhia Portuária Baía de Sepetiba, Ferrovia Centro-Atlântica S.A., Florestal Bioflor S.A., Instituto Ambiental Vale, Kaserge - Serviços Gerais Ltda., Mineração Corumbaense Reunida S.A, MSE - Serviços de Operação, Manutenção e Montagem Ltda., Nova Era Silicon S.A., Plano de Assistência a Saúde do Aposentado da Vale, Samarco Mineração S.A., TVV - Terminal de Vila Velha S.A., Vale Fertilizantes S.A, Vale Manganês S.A., Vale S.A., Valesul Alumínio S.A.

4 Planos de benefícios

- 4.1 - Principais números do ano
- 4.2 - Plano de Benefício Definido (BD)
- 4.3 - Plano Vale Mais e Valiaprev
- 4.4 - Plano Vale Fertilizantes
- 4.5 - Plano Cenibra

Investimentos Plano Vale Mais

Vale Mais - ativos totais (R\$ mil)	2016	2015	Variação 2015/2016 (%)	
	7.265.199	6.263.684	15,99	
Vale Mais - investimentos e rentabilidade	Investimentos 2016 (R\$ mil)	Rentabilidade (%)	Investimentos 2015 (R\$ mil)	Rentabilidade (%)
	7.055.467	14,53	6.076.968	11,53

Vale Mais - rentabilidade x índices de referência (2016)			
Segmento	% dos ativos aplicados*	Rentabilidade líquida (%)	Índice de referência (%)
Renda fixa	79,10	13,85	12,85% (42% CDI, 58% IPC-BR+5,5%a.a.)
Renda variável	10,03	29,52	38,93 (Ibovespa)
Investimentos estruturados	0,83	4,32	12,02 (IPC-BR +5,5% a.a)
Investimentos no exterior	0,53	-16,10	-13,97 (MSCI World Index)
Imóveis	3,27	0,97	12,02 (IPC-BR +5,5% a.a)
Operações com participantes	6,23	16,75	12,02 (IPC-BR +5,5% a.a)

*-0,01%: investimentos a pagar (valor: R\$ 555.776)

Investimentos Plano Valiaprev

Valiaprev - ativos totais (R\$ mil)	2016	2015	Variação 2015/2016 (%)	
	641.243	539.985	18,75	
Valiaprev - investimentos e rentabilidade	Investimentos 2016 (R\$ mil)	Rentabilidade (%)	Investimentos 2015 (R\$ mil)	Rentabilidade (%)
	600.749	16,32	504.454	11,21

Valiaprev - rentabilidade x índices de referência (2016)			
Segmento	% dos ativos aplicados*	Rentabilidade líquida (%)	Índice de referência (%)
Renda fixa	81,01	14,01	13,47 (73% CDI, 27% - IPC-BR + 5,5%)
Renda variável	12,68	29,55	38,93 (Ibovespa)
Operações com participantes	6,32	16,41	12,02 (IPC-BR +5,5% a.a)

*-0,01%: investimentos a pagar (valor de R\$ 37.904,00)

Mudança no regulamento

Foram aprovadas pela Previc, em junho de 2016, diversas mudanças nos regulamentos do Vale Mais e do Valiaprev, com o intuito de torná-los mais flexíveis e adequados às necessidades dos participantes. Entre as alterações mais relevantes, destacaram-se a criação da possibilidade de recebimento de parte do Saldo de Conta como renda vitalícia, e o restante no formato de prazo certo ou renda por percentual; o recebimento de até 25% do Saldo de Conta à vista (para os participantes que se inscreveram no plano a partir de 3 de junho de 2016); e alterações nos cálculos do valor mensal inicial da suplementação por invalidez.

Retorno das concessões de empréstimo

A partir de janeiro de 2016, os participantes do Vale Mais tiveram a oportunidade de voltar a solicitar novos empréstimos junto à Valia. Simulações de contratação e de parcelamentos podem ser feitas nas agências e postos de atendimento, via e-mail ou por telefone. As regras para os novos empréstimos preveem taxas de 1,55% a.m. + INPC (modalidade Com Reserva) e 1,75% a.m. + INPC (modalidade Sem Reserva), com prazos máximos de pagamento de 84 (modalidade Com Reserva) e 60 meses (modalidade Sem Reserva). O limite de crédito é de cinco salários. Aos participantes do Valiaprev, a concessão de novos empréstimos foi reaberta em maio de 2017.

Reajustes em 2015 e 2016

Os reajustes anuais nos benefícios pagos pelo Vale Mais e pelo Valiaprev são anunciados no mês de junho. Quem já estava aposentado a mais de um ano, o reajuste foi de 9,15%. Para os demais os percentuais aplicados seguem uma tabela com valores variáveis, de acordo com a data de início do benefício.

Reajuste - junho/2015	Índice	Reajuste - junho/2016	Índice
Até jun/2014	8,63%	Até jun/2015	9,15%
Julho/2014	8,26%	Julho/2015	8,26%
Agosto/2014	8,15%	Agosto/2015	7,69%
Setembro/2014	8,02%	Setembro/2015	7,45%
Outubro/2014	7,50%	Outubro/2015	7,01%
Novembro/2014	7,04%	Novembro/2015	6,20%
Dezembro/2014	6,35%	Dezembro/2015	5,15%
Janeiro/2015	5,55%	Janeiro/2016	4,23%
Fevereiro/2015	3,76%	Fevereiro/2016	2,40%
Março/2015	2,76%	Março/2016	1,63%
Abril/2015	1,33%	Abril/2016	1,13%
Maio/2015	0,72%	Maio/2016	0,64%

4 Planos de benefícios

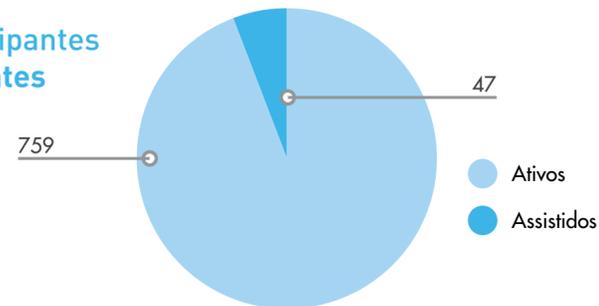
- 4.1 - Principais números do ano
- 4.2 - Plano de Benefício Definido (BD)
- 4.3 - Plano Vale Mais e Valiaprev
- 4.4 - Plano Vale Fertilizantes
- 4.5 - Plano Cenibra

4.4 - Plano Vale Fertilizantes

O plano Vale Fertilizantes, plano de contribuição variável, é patrocinado exclusivamente pela empresa homônima, fundada em 2010, uma das subsidiárias da Vale S.A. Trata-se de um plano de contribuição variável, com aportes básicos mensais de até 6% do valor do Salário de Contribuição que exceder 10URVs (URV, indicador utilizado como referência para o cálculo da contribuição e para estabelecer o valor mínimo da renda mensal ao serem concedidos benefícios. Até agosto de 2017, o valor era de R\$ 4.512,42), definidos em múltiplos de 0,5%. O participante ativo que efetuar contribuições básicas em seu maior percentual também poderá efetuar contribuições adicionais, em percentual livremente escolhido pelo próprio participante, e aplicado sobre o Salário de Contribuição. A contribuição normal da Vale Fertilizantes corresponderá a 150% da contribuição básica do participante; já a contribuição variável da patrocinadora dependerá de seus resultados financeiros e corresponderá a um percentual de até 50% da contribuição básica do participante.

Os benefícios oferecidos são aposentadoria normal; aposentadoria antecipada; aposentadoria por invalidez; pecúlio por morte; benefício proporcional diferido; benefício mínimo; e abono anual. O Vale Fertilizantes está fechado a novas adesões desde 2011. Cerca de 94% de seus participantes ainda são ativos.

Total de participantes Vale Fertilizantes



Patrocinadores

Vale Fertilizantes S.A.

Investimentos Plano Vale Fertilizantes

Vale Fertilizantes - ativos totais (R\$ mil)	2016	2015	Variação 2015/2016 (%)
	55.192	47.319	

Vale Fertilizantes - investimentos e rentabilidade	Investimentos 2016 (R\$ mil)	Rentabilidade (%)	Investimentos 2015 (R\$ mil)	Rentabilidade (%)
	54.921	16,06	46.965	11,56

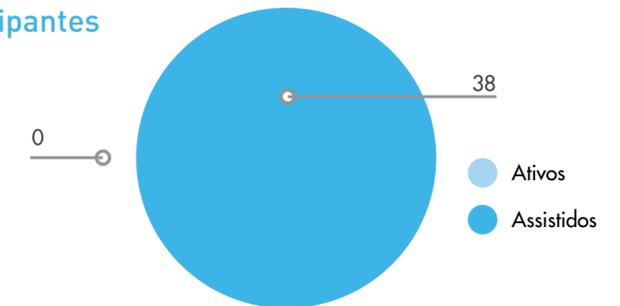
Vale Fertilizantes - rentabilidade X índices de referência (2016)

Segmento	% dos ativos aplicados*	Rentabilidade líquida (%)	Índice de referência (%)
Renda fixa	90,14	14,45	13,90 (95% CDI + 5% - INPC + 5%)
Renda variável	9,86	29,85	38,93 (Ibovespa)

4.5 - Plano Cenibra

É o menor (em número de participantes) dos planos administrados pela Valia, patrocinado exclusivamente pela Cenibra S.A. É um plano de contribuição variável, fechado a novas adesões, no qual todos os participantes já recebem benefícios, que podem ser renda de aposentadoria (por tempo de serviço, antecipada ou por idade), renda de abono anual, suplementação de abono anual e suplementação de aposentadoria por invalidez – e, para beneficiários, suplementação de pensão por morte.

Total de participantes Cenibra



Patrocinadores

Celulose Nipo-Brasileira S.A. - CENIBRA

Investimentos Plano Cenibra

Cenibra - ativos totais (R\$ mil)	2016	2015	Variação 2015/2016 (%)
	30.629	27.844	

Cenibra - investimentos e rentabilidade	Investimentos 2016 (R\$ mil)	Rentabilidade (%)	Investimentos 2015 (R\$ mil)	Rentabilidade (%)
	29.498	14,17	26.793	17,02

Cenibra - rentabilidade X índices de referência (2016)

Segmento	% dos ativos aplicados*	Rentabilidade líquida (%)	Índice de referência (%)
Renda fixa	100	14,17	13,07 (IGP-M + 5,5%)

Destinação de superávit

No fechamento do exercício de 2016, verificou-se o registro de Reserva Especial pelo terceiro ano consecutivo no Plano Cenibra. Desta forma, a reserva especial destinável foi integralmente transferida para a constituição de fundo previdencial para a distribuição de superávit, denominado de "Fundo de Distribuição de Superávit 2016". Tal constituição está estruturada em linha com os princípios estabelecidos pela Resolução CGPC nº 26/2008.

Em relação à distribuição do Fundo de Distribuição de Superávit 2016, a Valia está em processo de contratação, por conta de exigência legal, de empresa de auditoria externa específica e independente para avaliação das reservas e dos recursos do Plano Cenibra. Após conclusão desta auditoria, será submetida à aprovação do órgão regulador (PREVIC) um dossiê com a proposta de distribuição do superávit. Ainda não é possível prever a conclusão destas etapas (auditoria e aprovação pela PREVIC).



5

Públicos

interno e externo

5 - Públicos *interno e externo* [GRI G4-2]

Além do compromisso com seus participantes, a Valia mantém relacionamentos com outros grupos de *stakeholders* que são impactados direta ou indiretamente por suas atividades. Esses grupos incluem o público interno da Fundação (empregados, estagiários, temporários e terceirizados) e vários grupos de públicos externos: fornecedores de produtos e de serviços, comunidades, as empresas e demais instituições nas quais os recursos dos fundos são investidos. Além disso, ao ocupar uma posição de destaque no mercado de previdência complementar, a Valia também participa de forma relevante nas discussões institucionais referentes ao segmento no Brasil.

5.1 - Gestão e desenvolvimento de pessoas [G4-DMA Emprego]

De modo a manter os resultados positivos que vem obtendo e continuar a ser uma referência em seu segmento de atuação, a Valia conta com processos rigorosos de seleção e valorização de pessoal e de desenvolvimento de competências de seu público interno. Ao fim de 2016, a Valia possuía um público interno total de 295 pessoas (incluindo empregados, terceiros, aprendizes e estagiários), distribuídas entre sua sede na cidade do Rio de Janeiro (RJ) e outras unidades de atendimento nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Pará e Maranhão.

Indicadores de força de trabalho [GRI G4-10]

Número de empregados (colaboradores) por nível funcional	2014		2015		2016	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Conselho Deliberativo (Titular)	11	1	11	1	11	1
Conselho Deliberativo (Suplente)	11	1	12	0	12	0
Conselho Fiscal (Titular)	4	1	3	2	3	2
Conselho Fiscal (Suplente)	3	2	3	2	3	2
Diretoria	1	2	1	2	1	2
Gerência	5	9	5	9	5	9
Gerência de Agência/Supervisão	1	4	1	5	1	5
Especialista	0	1	0	1	1	1
Administrativo	69	127	72	118	70	116
Terceiros	7	15	14	18	13	16
Aprendizes	1	4	4	1	4	1
Estagiários	5	11	7	10	4	12
Total por gênero	118	178	133	169	128	167
Total	296		302		295	

5 Públicos *interno e externo*

5.1 - Gestão e desenvolvimento de pessoas

5.2 - Relacionamento com demais públicos

5.3 - Investimentos Responsáveis

Número de empregados (colaboradores) por tipo de contrato de trabalho	2014		2015		2016	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Tempo determinado	6	18	11	12	8	13
Tempo indeterminado	75	138	78	132	78	133
Total por gênero	81	156	89	144	86	146
	237		233		232	

Número de empregados (colaboradores) por tipo de emprego	2014		2015		2016	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Jornada integral	75	141	78	133	78	133
Meio período	6	15	11	11	8	13
Total por gênero	81	156	89	144	86	146
	237		233		232	

Número de empregados (colaboradores) por região	2014		2015		2016	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Região Sul	0	0	0	0	0	0
Região Sudeste	76	148	84	138	82	140
Região Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0
Região Nordeste	2	4	2	4	1	4
Região Norte	3	4	3	2	3	2
Total por gênero	81	156	89	144	86	146
Total	237		233		232	

Número de empregados contratados (terceiros) por região	2014		2015		2016	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Região Sul	0	0	0	0	0	0
Região Sudeste	7	15	14	18	13	16
Região Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0
Região Nordeste	0	0	0	0	0	0
Região Norte	0	0	0	0	0	0
Total por gênero	7	15	14	18	13	16
Total	22		32		29	

Força de trabalho/total de empregados	2014		2015		2016	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Total de empregados (colaboradores)	81	156	89	144	86	146
Empregados contratados (terceiros)	7	15	14	18	13	16
Força de trabalho total	88	171	103	162	99	162

5 Públicos interno e externo

5.1 - Gestão e desenvolvimento de pessoas

5.2 - Relacionamento com demais públicos

5.3 - Investimentos Responsáveis

Indicadores de rotatividade [GRI G4-LA1]

Número de desligamentos por gênero	2014	2015	2016
Masculino	3	6	5
Feminino	8	18	8
Número de desligamentos por faixa etária	2014	2015	2016
Abaixo de 30 anos	6	7	4
Entre 31 e 50 anos	3	15	7
Acima de 50 anos	2	2	2
Número de desligamentos por região	2014	2015	2016
Região Sul	0	0	0
Região Sudeste	11	22	13
Região Centro-Oeste	0	0	0
Região Nordeste	0	0	0
Região Norte	0	2	0
Taxa de rotatividade por gênero (%)	2014	2015	2016
Masculino	1,24%	2,54%	2,15%
Feminino	3,32%	7,63%	3,43%
Taxa de rotatividade por faixa etária (%)	2014	2015	2016
Abaixo de 30 anos	2,49%	2,97%	1,72%
Entre 31 e 50 anos	1,24%	6,36%	3,00%
Acima de 50 anos	0,84%	0,85%	0,86%
Taxa de rotatividade por região (%)	2014	2015	2016
Região Sul	0,00%	0,00%	0,00%
Região Sudeste	4,56%	9,32%	5,58%
Região Centro-Oeste	0,00%	0,00%	0,00%
Região Nordeste	0,00%	0,00%	0,00%
Região Norte	0,00%	0,00%	0,00%

Número de contratações por gênero	2014	2015	2016
Masculino	7	8	4
Feminino	10	10	9
Número de contratações por faixa etária	2014	2015	2016
Abaixo de 30 anos	8	13	6
Entre 31 e 50 anos	9	5	6
Acima de 50 anos	0	0	1
Número de contratações por região	2014	2015	2016
Região Sul	0	0	0
Região Sudeste	15	17	13
Região Centro-Oeste	0	0	0
Região Nordeste	2	0	0
Região Norte	0	1	0
Taxa de novas contratações por gênero (%)	2014	2015	2016
Masculino	2,90%	3,39%	1,72%
Feminino	4,15%	4,24%	3,86%
Taxa de novas contratações por faixa etária (%)	2014	2015	2016
Abaixo de 30 anos	3,32%	5,51%	2,58%
Entre 31 e 50 anos	3,73%	2,12%	2,58%
Acima de 50 anos	0,00%	0,00%	0,43%
Taxa de novas contratações por região (%)	2014	2015	2016
Região Sul	0,00%	0,00%	0,00%
Região Sudeste	6,22%	7,20%	5,58%
Região Centro-Oeste	0,00%	0,00%	0,00%
Região Nordeste	0,83%	0,00%	0,00%
Região Norte	0,00%	0,42%	0,00%

5 Públicos interno e externo

5.1 - Gestão e desenvolvimento de pessoas

5.2 - Relacionamento com demais públicos

5.3 - Investimentos Responsáveis

Capacitação e desenvolvimento de pessoas [GRI G4-DMA Treinamento e educação, G4-LA10]

Os empregados da Fundação contam com cursos e treinamentos internos e externos, obedecendo o modelo “70%, 20%, 10%”, de acordo com o qual 70% das capacitações devem ser “Com a prática” (aprendizado obtido ao experimentar no dia a dia novas práticas de trabalho), 20% “Com o outro” (aprendizados obtidos em contato com outras pessoas) e 10% “De forma estruturada” (realizado fora da rotina de trabalho”).

Em 2016, 97% dos empregados participaram de alguma ação de treinamento.

Treinamentos internos: destaques de 2016

Tipo de ação	% do total de ações realizadas
On-line	55
Presencial	38
Aprendizagem na prática ou com o outro	7
Total	100

Cursos On-line	% do total de ações realizadas
Segurança da Informação – Boas Práticas	18
Código de Ética e Conduta na Vale	16
Programa Global Anticorrupção	15
Multiplique seu Dinheiro com a Previdência da Valia	4
Vivendo a Diversidade	3
Planos de Previdência da Valia – Aprofundando o Conhecimento	2
Outros cursos	46
Total	100

Ações presenciais	% do total de ações realizadas
Programa Anticorrupção	48
Seminários, feiras e congressos	17
Pensamento Enxuto Office	15
Palestras de diferentes temas e assuntos	6
Outras ações	14
Total	100

As ações “Aprendizagem na prática e com os outros” buscam explorar diferentes oportunidades de desenvolvimento e compartilhamento de conhecimento no dia a dia dos empregados, com ações de grande efetividade e sem custo associado. Desse universo, 51% das ações são da categoria *on the job training*; 20% se deram através do compartilhamento de conhecimento e experiências entre membros da equipe ou entre áreas, 10% se deram via substituição assistida e 19% de outras formas (*mentoring, coaching, job rotation, etc.*)

Uma das ações de desenvolvimento de pessoas que vem sendo bem recebida pelos empregados da Valia é o projeto Se Eu Fosse Você, que permite que os empregados vivenciem rotinas diferentes das suas próprias além de ter a oportunidade de conhecer melhor outras áreas. A ação eleva o nível de conhecimento do empregado sobre o negócio da Valia e os desafios apresentados aos diferentes setores da Fundação.

Com uma pesquisa de engajamento, realizada em 2016, a Fundação procurou conhecer melhor as demandas e as expectativas de seus empregados e identificar oportunidades no ambiente de trabalho, com a aplicação de um questionário. Os índices de satisfação e engajamento obtidos foram positivos e os pontos a melhorar geraram um plano de ação.

Dentro da programação de capacitação e treinamento, 100% dos empregados das áreas financeira e de investimentos foram certificados nos processos relevantes às suas funções. Em 2015, foi aplicada uma prova única para toda a área; já em 2016, os exames foram especializados, com provas específicas para cada tipo de conhecimento.

5 Públicos interno e externo

- 5.1 - Gestão e desenvolvimento de pessoas
- 5.2 - Relacionamento com demais públicos
- 5.3 - Investimentos Responsáveis

Cobertura dos planos de benefícios para os empregados [GRI G4-EC3]

Os empregados e ex-empregados da Valia estão cobertos por dois dos planos de benefícios oferecidos pela Fundação: o Benefício Definido (fechado para novas adesões) e o Vale Mais (de contribuição variável aberto a novos participantes). As características de cada plano estão descritas no quadro a seguir.

Plano	Tipos de Plano de Benefício	Qual o valor estimado do passivo total?	Porcentagem do salário de contribuição		Forma de participação
			Empregador	Empregado	
Benefício Definido	Benefício Definido	O valor do passivo total do fundo não é segregado por patrocinador, uma vez que a avaliação atuarial é feita por plano de benefícios.	20,0084% da folha de salários-de-participação sem limite.	3% da parcela do salário ou benefício até meio teto da previdência social + 3,7% da parcela do salário ou benefício entre meio teto e o teto da previdência social + 10,7% da parcela do salário ou benefício no que exceder o teto da previdência social (1).	Voluntária
Vale Mais	Contribuição definida		A contribuição ordinária da empresa patrocinadora será exatamente igual à do participante, limitada a 9% na parcela do salário-de-participação excedente a 10 URs (2). Além desta contribuição, a empresa fará outra para garantir os benefícios de risco (invalidez, auxílio-doença e morte em atividade) e para o custeio administrativo do plano.	Para salários até 10 URs, a contribuição é de 1% sobre o salário-de-participação. Para salários acima de 10 URs, a contribuição é formada pela soma de 2 parcelas: <ul style="list-style-type: none"> a primeira equivale a 1% de 10 URs a segunda será calculada aplicando-se um percentual de livre escolha do participante (no mínimo de 1% e sempre em número inteiro) sobre a diferença entre o salário-de-participação e 10 URs. 	Voluntária

Teto da previdência social em dezembro de 2016: R\$ 5.189,82.
UR: Unidade de Referência do plano Vale Mais, usada para cálculo de benefícios e contribuições. Em dezembro de 2016, 10 URs = R\$ 3.756,58.

Os planos atendem a empregados de outras empresas patrocinadoras. A participação de empregados da Valia se dá conforme o quadro abaixo:

Participantes	Benefício Definido	Vale Mais	
		Frequência	
	Frequência	Empregados	Não empregados
Ativos	0	216	67
Assistidos	46	0	34
% de contribuição		Risco	Renda
Empregado	0,00%	0,00%	6,66%
Patrocinador	0,00%	1,00%	5,82%

5.2 - Relacionamento com demais públicos

Patrocinadoras

A Fundação tem estreitado cada vez mais o relacionamento com as empresas patrocinadoras dos planos de benefício, buscando entender suas expectativas enquanto clientes. Em 2016, após estudos de viabilidade e cálculos, foi aprovada uma redução nas taxas de risco e de administração cobradas dessas empresas.

Em 2015, a Aliança Norte Energia Participações, a Aliança Geração de Energia, a Vale Energia e a Associação dos Aposentados, Pensionistas e Empregados das Empresas Patrocinadoras da Valia (Aposvale) passaram a integrar a lista de patrocinadoras dos planos da Valia.

Relacionamentos institucionais [GRI G4-16]

Dentro do segmento de previdência complementar e de investidores institucionais em geral, a Valia tem presença ativa nas discussões travadas na Associação Brasileira de Entidades de Previdência Privada (Abrapp), na qual mantém representantes em diversas comissões e no Conselho de Administração. Na eleição promovida em 2016 para escolher os 25 membros do Conselho da Abrapp, a Fundação foi a entidade que recebeu mais votos no total. A atuação na Associação é marcada pelos esforços em disseminar, para todo o sistema de previdência complementar, as boas práticas de gestão e de governança pelas quais a Valia é reconhecida.

Também por conta de seu trabalho junto à Abrapp, a Valia tem mantido nos últimos anos um relacionamento próximo com a Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH), voltado a ações de educação financeira e divulgação de conhecimentos sobre a previdência complementar. A Valia ainda participa da Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital (ABVCAP), além de acompanhar as deliberações e estudos da Previc.

Participação em iniciativas externas [GRI G4-15, G4-16]

A Valia participa de iniciativas externas voltadas à promoção da boa governança e da sustentabilidade corporativa. A Entidade é um dos representantes brasileiros dos Princípios para o Investimento Responsável (*Principles for Responsible Investment – PRI*) da Organização das Nações Unidas. Trata-se de um fórum global de debates e disseminação de questões ambientais, sociais e de governança corporativas entre empresas e investidores institucionais, que visa elevar a responsabilidade socioambiental corporativa e a gestão de impactos das atividades econômicas sobre a sociedade e o meio ambiente. Desde 2007, a Entidade é signatária do *Carbon Disclosure Project (CDC)*, outra iniciativa global voltada a empresas e outras organizações a fim de pensar estratégias para mitigação das mudanças climáticas. E, ao publicar seu Relatório Anual de acordo com as diretrizes da *Global Reporting Initiative (GRI)*, a Valia mostra estar alinhada às melhores práticas mundiais de reporte e prestação de contas a seus públicos, com transparência e objetividade.

5 Públicos interno e externo

5.1 - Gestão e desenvolvimento de pessoas

5.2 - Relacionamento com demais públicos

5.3 - Investimentos Responsáveis

Comunidades

Em diversas regiões do país onde a presença da Vale e das outras patrocinadoras é (ou foi) importante para a atividade econômica local, existem também grandes concentrações de participantes da Valia, ativos e aposentados. Em localidades como Itabira (Minas Gerais) e Parauapebas (Pará), cidades que se desenvolveram graças às operações da Vale, há contingentes expressivos de ativos, aposentados e pensionistas, cujos benefícios, pagos pela Fundação, têm peso importante na composição do Produto Interno Bruto da cidade. Além desse impacto econômico direto, a Valia também aborda em suas ações de educação todo esse universo de participantes (incluindo os familiares dos ativos), e cumpre papel importante no equilíbrio financeiro dessas famílias.

Nos quadros a seguir, estão discriminados os totais de pagamentos brutos de benefícios feitos pela Valia em cada estado em 2016:

Estado/Região	Valor
Minas Gerais	R\$ 463.452.634
Espírito Santo	R\$ 456.585.107
Rio de Janeiro	R\$ 164.527.487
Maranhão	R\$ 22.310.412
São Paulo	R\$ 23.104.610
Pará	R\$ 15.661.224
Outros estados*	R\$ 23.194.372
EXTERIOR	R\$ 3.330.017
TOTAL	R\$ 1.172.165.864

*Outros estados (aberto por região)

Centro-Oeste	R\$ 4.376.825
Nordeste	R\$ 14.364.124
Norte	R\$ 403.145
Sul	R\$ 4.050.279

5 Públicos interno e externo

5.1 - Gestão e desenvolvimento de pessoas

5.2 - Relacionamento com demais públicos

5.3 - Investimentos Responsáveis

5.3 - Investimentos responsáveis [GRI G4-DMA Carteira de produtos, Portfólio de produtos, Auditoria, Propriedade ativa, G4-FS1, FS5, FS9, FS10, FS11]

Como administradora de recursos que ultrapassam o valor de R\$ 21 bilhões, a Valia é um dos maiores investidores institucionais do Brasil. A Fundação está ciente de seu papel no fortalecimento de uma cultura de responsabilidade social entre seus pares, além de entender os potenciais impactos diretos e indiretos de seus investimentos sobre a sociedade e sobre o meio ambiente. Por isso, critérios sociais e ambientais são considerados no planejamento e nas decisões tomadas, e as questões socioambientais e riscos relacionados a cada investimento são ponderados e avaliados. Como uma das signatárias do PRI no Brasil, a Valia também está comprometida com a disseminação dessas boas práticas no ambiente corporativo brasileiro. A Fundação apoia, valoriza e prioriza empreendimentos que possuem programas de sustentabilidade como: prevenção de poluição, tratamento de resíduos, minimização de uso de recursos naturais, programas de reciclagem e iniciativas que gerem trabalho e renda para comunidades.

Políticas internas oficiais definem a conduta da Valia em relação à sustentabilidade e aos temas sociais e ambientais. Suas diretrizes estabelecem os princípios adotados na gestão (administrativa, atuarial, de risco, dos investimentos e participações), na criação de produtos e serviços oferecidos e nos relacionamentos com participantes, patrocinadores e demais públicos. Em sua gestão de investimentos, a Fundação aplica critérios para verificar o nível de responsabilidade socioambiental em cada segmento de aplicação. A Valia não realiza auditoria de implementação de políticas de avaliação de riscos socioambientais.

As normas que norteiam a ação da Fundação nessa área são a Política para Seleção de Investimentos Responsáveis, parte integrante da Política de Investimentos (aprovada pelo Conselho Deliberativo), a Política de Responsabilidade Socioambiental (aprovada pela diretora-superintendente) e padrões próprios de cada segmento (disponíveis no Sistema de Padronização Corporativo – Sispav). A Política para Seleção de Investimentos Responsáveis ressalta a importância do tema sustentabilidade e descreve de forma macro sua aplicação em cada tipo de investimentos (imóveis, estruturados e fundos de investimentos terceirizados). A Política de Responsabilidade Socioambiental reforça a análise de investimentos e lista ações que devem ser apoiadas nas empresas investidas, além de possuir critérios para *screening* negativo. Os padrões detalham as análises realizadas em cada segmento.

Em relação às participações em empresas e aos fundos de investimento administrados por gestores externos, a Valia segue o ESG – environment, social and governance, termo internacionalmente aplicado na gestão de sustentabilidade no setor de previdência complementar, que significa que a Fundação faz o monitoramento da observância de

boas práticas ambientais, sociais e de governança. Esse processo também é aplicado aos investimentos feitos no exterior. Na seleção dos gestores dos fundos, há uma avaliação estruturada para determinar a maturidade de cada instituição em relação às práticas de ESG. As áreas que mantêm relacionamentos diretos com esses fundos e empresas acompanham as informações sobre governança tornadas públicas. Em caso de identificação de desvios das boas práticas, há um questionamento e o estímulo à melhoria contínua na gestão da sustentabilidade.

De forma geral, as questões e critérios ESG são parte do processo de avaliação e seleção de gestores, com uma pontuação própria que influi no ranking final (que prioriza os mais indicados para investimento). A utilização de mão de obra infantil e de trabalho compulsório são critérios ESG específicos de exclusão.

Um total de 14,99% dos ativos da Valia está sujeito a triagens ambientais e sociais. Os próprios analistas de investimento são os responsáveis pela triagem, quando aplicável. Nos investimentos terceirizados, os gestores são os responsáveis pelas análises das empresas investidas. Esses gestores passam pela avaliação ESG durante sua seleção e são engajados de forma esporádica durante o monitoramento. Existem na carteira de investimentos mobiliários seis gestores de renda variável e 12 gestores de *private equity*. Em 2016, eles passaram por algum tipo de engajamento durante sua seleção ou monitoramento. Nas triagens, quando aplicáveis, podem ser utilizadas classificações positivas (maior pontuação em rankings) ou negativas (exclusão da carteira/análise). As análises sociais e ambientais não se aplicam a carteira de renda fixa, que é concentrada em títulos públicos do governo brasileiro. Esse segmento corresponde a 80,79% da carteira total da Valia.

O segmento de ativos imobiliários tem 100% dos ativos sujeitos a triagem ambiental e/ou social combinada entre positiva e negativa. A Gerência de Investimentos Imobiliários interage com os gerentes prediais dos edifícios no portfólio da Fundação. Todos os oito empreendimentos são objeto de interações em relação às questões socioambientais. Cinco deles possuem algum tipo de certificação ambiental, o que corresponde a 63% da carteira.

Por questões regulatórias, os investimentos no exterior devem ser feitos por meio de veículo local (*feeder fund*) que investe no ativo final no exterior (fundos mútuos de renda variável). Para tal, foi criado processo de seleção de fundos no exterior, que considera critérios quantitativos e qualitativos para avaliar as opções de investimentos disponíveis. Na análise qualitativa do processo de seleção de fundos, a gerência monitora se os gestores possuem política ESG na empresa, bem como se os fundos empregam estes critérios no seu processo de investimento (análise e seleção de ativos). Além disso, contribui para pontuação positiva do fundo a gestora ser signatária do PRI.

5 Públicos interno e externo

5.1 - Gestão e desenvolvimento de pessoas

5.2 - Relacionamento com demais públicos

5.3 - Investimentos Responsáveis

Impactos econômicos indiretos dos investimentos [GRI G4-DMA Impactos econômicos indiretos, G4-EC8]

A alocação em *private equity* realizada pela área de investimentos da Valia possui grande impacto nas companhias investidas, com fortes mudanças em sua gestão, melhoria na produtividade e criação de valor para os sócios e para o mercado de forma geral. Além disso, tem a expectativa de impacto positivo na rentabilidade dos ativos dos participantes, ao reforçar sua solidez e sustentabilidade a longo prazo.

Já os fundos de investimentos no exterior investem prioritariamente em mercados desenvolvidos, como Estados Unidos, Europa e Japão. Não são feitos investimentos em fundos com impacto no desenvolvimento econômico em áreas de pobreza.

As áreas de investimento não monitoram os desdobramentos de desenvolvimento econômico em áreas com alto índice de pobreza, o impacto econômico da melhoria ou a deterioração das condições sociais ou ambientais, o fortalecimento das habilidades e conhecimentos de uma comunidade profissional ou em uma região geográfica ou geração de empregos indiretos na cadeia de valor.

Sustentabilidade em empreendimentos imobiliários [GRI G4-FS2]

A Valia adota como política o investimento preferencial em ativos imobiliários que possuam certificado ambiental e nos quais o tema do risco ambiental pode ser item de deliberação nas assembleias dos condomínios. Os riscos e oportunidades ligados às mudanças climáticas são contempladas nas diretrizes de investimentos em imóveis, com a busca ativa por empreendimentos com certificações ambientais e/ou caracterizados como *green buildings*. [GRI G4-EC2]

Como parte do processo de melhoria contínua das edificações da carteira imobiliária, foi aprovado em 2016 o *retrofit* do Edifício Barão de Mauá (Rio de Janeiro). Entre outros objetivos, o processo fará a substituição dos sistemas de ar-condicionado, energia elétrica e parte hidráulica, combate a incêndio, automação, controle de acesso e modernização dos elevadores. Tais intervenções permitirão a redução do consumo energético e dos custos de manutenção predial e a mitigação de riscos operacionais, ambiental e de saúde e segurança.

O Edifício Rio Office Tower, localizado no Rio de Janeiro, possui o certificado LEED (*Leadership in Energy and Environmental Design*) – concedido pela organização United States Green Building Council (USGBC) a edifícios que atendem a requisitos de racionalização de recursos ambientais. O objetivo é incentivar a transformação dos projetos, obras ou operações das edificações com foco na sustentabilidade de suas atuações.

O imóvel Continental Tower, integrante do complexo imobiliário Cidade Jardim Corporate Center, em São Paulo, possui certificação Aqua (Alta Qualidade Ambiental), concedida pela Fundação Vanzolini com base em auditorias presenciais. A certificação Aqua é um processo de gestão total do projeto em prol da qualidade ambiental do empreendimento.

O Centro Empresarial Mourisco (Rio de Janeiro), por sua vez, possui certificação ISO 14001 relativa aos serviços de administração, manutenção e conservação predial. A certificação é concedida a empreendimentos que possuem um Sistema de Gestão Ambiental em linha com as boas práticas. Já o Edifício Candelária Corporate recebeu, em 2016, a certificação Procel A, concedida pela Eletrobras/Inmetro em reconhecimento a sua eficiência energética e à redução de impactos ambientais.



6

Demonstrações *financeiras*

6 - Demonstrações financeiras

6.1 - Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)

Ativo	2016	2015
Disponível	653	3.314
Realizável	21.389.980	19.661.631
Gestão Previdencial (Nota 4)	293.708	287.660
Gestão Administrativa (Nota 5)	26.023	20.076
Investimentos (Nota 6)	21.070.249	19.353.895
Títulos Públicos	8.160.108	7.171.856
Créditos Privados e Depósitos	357.836	351.796
Fundos de Investimento	10.456.284	9.566.665
Investimentos Imobiliários (Nota 7)	1.206.965	1.246.453
Empréstimos e Financiamentos	889.056	1.017.125
Permanente (Nota 9)	23.934	22.579
Imobilizado	2.463	2.070
Intangível	21.471	20.509
Total do ativo	21.414.567	19.687.524

Fernanda Alves Gouvêa
Contadora-Geral - CRC-RJ 105.083/O-0
CPF: 088.660.857-07

Maria Eudoxia Monteiro de Barros Gurgel
Diretora-Superintendente
CPF: 003.438.267-47

Passivo	2016	2015
Exigível operacional	32.828	31.446
Gestão Previdencial (Nota 11)	18.214	15.928
Gestão Administrativa (Nota 12)	12.465	13.524
Investimentos (Nota 13)	2.149	1.994
Exigível contingencial (Nota 14)	1.290.764	1.416.684
Gestão Previdencial	1.269.745	1.398.791
Gestão Administrativa	19.860	17.353
Investimentos	1.159	540
Patrimônio social	20.090.975	18.239.394
Patrimônio para cobertura do plano	18.345.751	17.231.048
Provisões matemáticas (Nota 15)	15.986.725	14.688.820
Benefícios Concedidos	11.742.465	10.981.998
Benefícios a Conceder	4.244.819	3.707.560
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(559)	(738)
Equilíbrio técnico	2.359.026	2.542.228
Resultados realizados	2.359.026	2.542.228
Superávit Técnico Acumulado	2.359.026	2.542.228
Fundos (Nota 16)	1.745.224	1.008.346
Fundos Previdenciais	1.366.298	660.775
Fundos Administrativos	378.926	325.963
Fundos de Investimento	-	21.608
Total do passivo	21.414.567	19.687.524

6 Demonstrações financeiras

6.1 - Balanço patrimonial

6.2 - Parecer dos auditores independentes

6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social

6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa

6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada

6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos

6.7 - Demonstração de despesas administrativas

6.8 - Notas explicativas

6.9 - Parecer atuarial

6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo

6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

6.2 - Parecer dos auditores independentes

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadoras da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia ("Entidade" ou "Valia"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Valia, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, além das demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Valia e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade e/ou os planos de benefícios continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade e/ou os planos de benefícios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional, e com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e os planos de benefícios a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

6 Demonstrações financeiras

6.1 - Balanço patrimonial

6.2 - Parecer dos auditores independentes

6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social

6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa

6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada

6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos

6.7 - Demonstração de despesas administrativas

6.8 - Notas explicativas

6.9 - Parecer atuarial

6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo

6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)

Descrição	2016	2015	Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	18.239.394	16.816.144	8,46
1. Adições	3.235.744	2.692.885	20,16
(+) Contribuições Previdenciais	516.807	589.818	(12,38)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.465.948	1.954.687	26,16
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	129.046	-	100,00
(+) Receitas Administrativas	80.160	90.983	(11,90)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	43.783	36.289	20,65
(+) Constituição de fundo de Investimentos	-	21.108	(100,00)
2. Destinações	(1.384.163)	(1.269.635)	9,02
(-) Benefícios	(1.291.575)	(1.137.192)	13,58
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(51.969)	(100,00)
(-) Despesas Administrativas	(68.473)	(76.737)	(10,77)
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(2.507)	(3.705)	(32,33)
(-) Reversão de Fundos de Investimentos	(21.608)	-	100,00
(-) Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	(32)	(100,00)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	1.851.581	1.423.250	30,10
(+/-) Provisões Matemáticas	1.297.905	1.289.844	0,62
(+/-) Superávit Técnico do Exercício	631.535	138.427	356,22
(+/-) Fundos Previdenciais	(109.214)	(72.928)	49,76
(+/-) Fundos Administrativos	52.963	46.798	13,17
(+/-) Fundos de Investimentos	(21.608)	21.108	(202,37)
4. Operações transitórias	-	-	-
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	20.090.975	18.239.394	10,15

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa**
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)

Descrição	2016	2015	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	325.963	279.165	16,76
1. Custeio da Gestão Administrativa	123.943	127.271	(2,61)
1.1 - Receitas	123.943	127.271	(2,61)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	50.376	57.939	(13,05)
Custeio Administrativo dos Investimentos	21.600	23.951	(9,82)
Taxa de Administração dos Empréstimos e Financiamentos	6.467	7.189	(10,04)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	43.783	36.289	(20,65)
Outras Receitas	1.717	1.903	(9,77)
2. Despesas Administrativas	68.473	76.736	(10,77)
2.1 - Administração Previdencial	46.855	48.071	(2,53)
Pessoal e Encargos (Nota 10.1)	28.288	24.154	17,12
Treinamentos / Congressos e Seminários	155	326	(52,45)
Viagens e Estadias	572	532	7,52
Serviços de Terceiros (Nota 10.2)	10.432	13.769	(24,24)
Despesas Gerais	3.303	2.261	46,09
Depreciações e Amortizações	2.500	2.414	3,56
Tributos	1.604	2.714	(40,90)
Outras Despesas	1	1.901	(99,96)
2.2 - Administração dos Investimentos	21.617	28.351	(23,75)
Pessoal e Encargos (Nota 10.1)	15.345	19.490	(21,27)
Treinamentos / Congressos e Seminários	77	75	2,67
Viagens e Estadias	106	199	(46,73)
Serviços de Terceiros (Nota 10.2)	1.532	1.567	(2,23)
Despesas Gerais	4.557	5.465	(16,61)
Tributos	-	1.555	(100,00)
2.4 - Outras Despesas	1	314	(99,68)
3. Constituição/Reversão de Contingências	2.507	3.705	(32,33)
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	32	(100,00)
6. Sobra/(Insuficiência) da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	52.963	46.798	13,17
7. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (6)	52.963	46.798	13,17
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 7 + 8)	378.926	325.963	16,25

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada

Exercícios 2016 em R\$

INVESTIMENTOS	DEZEMBRO DE 2016		
	VALOR APLICADO	% SVOBRE OS RGRT	% SOBRE O TOTAL TERCEIRIZADO
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS - RGRT	21.067.593.660		
FUNDOS DE RENDA FIXA / GESTOR	735.581.301	3,49	37,96
FIM Mining / Bradesco Asset Management	277.292.613	1,32	14,31
FIM Onix / J. SAFRA Asset Management	175.373.893	0,83	9,05
BB Milenio VIII / BB Gestão de Recursos	163.539.616	0,78	8,44
E FIM / Santander Brasil Gestão de Recursos	119.375.179	0,57	6,16
FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL / GESTOR	599.132.555	2,84	30,92
ATMOS TERRA FIA / Atmos Gestão de Recursos	189.919.582	0,90	9,80
M SQUARE ALISIO FIA / M Square Investimentos	172.244.595	0,82	8,89
SQUADRA HORIZONT FIA / Squadra Investimentos	115.921.052	0,55	5,98
SI MISTRAL FIA / Studio Investimentos	53.482.737	0,25	2,76
INDIE CAPITAL PLATINUM FIA / Indie Capital	35.716.678	0,17	1,84
COBALT FIA / Ibiuna Investimentos	31.847.912	0,15	1,64
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÃO / GESTOR	543.774.779	2,58	28,06
FIP KINEA Private II EQUITY / Kinea Investimentos	76.598.033	0,36	3,95
Fundo Brasil de Internacionalização de Empresa FIP II / CARLYLE TGC	73.711.487	0,35	3,80
Fundo Brasil de Internacionalização de Empresa FIP / CARLYLE TGC	57.029.490	0,27	2,94
FIP FS / CARLYLE TGC	48.900.794	0,23	2,52
Infra Brasil FIP / Mantiq	45.586.775	0,22	2,35
NEO Capital Mezanino FIP / NEO Gestão de Recursos LTDA.	44.854.374	0,21	2,31
FIP BRPETROLEO / Mantiq	34.930.760	0,17	1,80
2B CAPITAL FIP / 2bCapital S.A.	26.211.705	0,12	1,35
FIP PORTOS / BRZ Investimentos	22.428.119	0,11	1,16

INVESTIMENTOS	DEZEMBRO DE 2016		
	VALOR APLICADO	% SVOBRE OS RGRT	% SOBRE O TOTAL TERCEIRIZADO
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS - RGRT	21.067.593.660		
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÃO / GESTOR	543.774.779	2,58	28,06
Brasil Sustentabilidade FIP / BRZ Investimentos	20.508.866	0,10	1,06
Brasil Mezanino Infraestrutura FIP / Darby Stratus Adm. de Investimentos LTDA.	17.217.032	0,08	0,89
FIP Brasil de Governança Corporativa / Bozano Investimentos	15.153.552	0,07	0,78
CRP VII FIP / CRP Cia. Participações	14.068.840	0,07	0,73
CTS II FIP / CARLYLE TGC	12.046.237	0,06	0,62
DGF FIPAC2 / DGF Investimentos Gestão de Fundos LTDA.	10.956.116	0,05	0,57
FIP Investidores Institucionais III / Angra Partners	10.665.838	0,05	0,55
PATRIA III FICFIP / Patria Investimentos	9.637.430	0,05	0,50
Investidores Institucionais FIP / Angra Partners Consultoria Empresarial e Participações LTDA.	2.494.375	0,01	0,13
BNY MELLON GTD FIP / ArguciaCapital Gestão de Recursos LTDA. (Resgate a Liquidar)	774.954	0,00	0,04
FIP Sondas / Caixa Econômica Federal *	-	0,00	0,00
* Baixa contábil do investimento			
FUNDOS DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR (MULTIMERCADO) / GESTOR	37.742.471	0,18	1,95
BB MULTIMERCADO NORDEA / BB Gestão de Recursos	10.815.830	0,05	0,56
FOF MULTI GLOBAL EQUITIES / Itau Investimentos	8.945.501	0,04	0,46
JPM GLOBAL RESEARCH / J.P. Morgan Asset Management	7.485.505	0,04	0,39
BB MULTIMERCADO BLACKROCK / BB Gestão de Recursos	6.733.775	0,03	0,35
MONGERAL AEGON / Mongeral Aegon Investimentos	3.761.860	0,02	0,19
FUNDO IMOBILIÁRIO / GESTOR	21.448.274	0,10	1,11
Fundo de Investimento Imobiliário Panamby / Brookfield Incorporações S.A.	21.448.274	0,10	1,11
TOTAL TERCEIRIZADO	1.937.679.381	9,2	100

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos

R\$

	DEZEMBRO DE 2016		DEZEMBRO DE 2015	
	VALOR APLICADO	% APLICADO	VALOR APLICADO	% APLICADO
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	21.067.593.660	100,00	19.354.675.438	100,00
A - DISPONÍVEL EM CONTA CORRENTE	652.542	0,00	3.314.115	0,02
B - INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	17.023.227.993	80,80	15.658.131.922	80,90
CDB/LFS	238.448.691	1,13	208.148.587	1,08
DEBÊNTURES	119.387.341	0,57	143.647.725	0,74
FUNDOS RF	8.505.283.455	40,37	8.134.479.605	42,03
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS*	8.160.108.507	38,73	7.171.856.005	37,05
C - INVESTIMENTOS EM RENDA VARIÁVEL	1.348.034.642	6,40	784.434.673	4,05
FUNDOS RV	1.348.034.642	6,40	784.434.673	4,05
D - INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	565.223.037	2,68	535.625.318	2,77
FUNDOS DE PARTICIPAÇÃO	543.774.763	2,58	515.060.624	2,66
FUNDO IMOBILIÁRIO	21.448.274	0,10	20.564.694	0,11
E - INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	37.742.471	0,18	112.125.165	0,58
FUNDOS	37.742.471	0,18	112.125.165	0,58
F - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	1.206.965.310	5,73	1.246.453.036	6,44
IMÓVEIS	1.206.965.310	5,73	1.246.453.036	6,44
G - OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	889.055.506	4,22	1.017.125.124	5,26
EMPRÉSTIMOS	888.437.419	4,22	1.014.491.791	5,24
FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS	618.087	0,00	2.633.333	0,01
H - INVESTIMENTOS A PAGAR	(3.307.841)	-0,02	(2.533.915)	(0,01)

* O saldo de Títulos Públicos Federais é deduzido do valor do depósito em garantia de NTN-C do Plano BD.

6.7 - Demonstração de despesas administrativas

Exercícios 2016 (em milhares de reais)

PGA - CONSOLIDADO			
DESCRIÇÃO	PREVIDENCIAL	INVESTIMENTOS	TOTAL
Despesas Administrativas	46.855	21.617	68.472
Pessoal e Encargos	28.288	15.345	43.633
Treinamentos	155	77	232
Viagens e Estádias	572	106	678
Serviços de Terceiros	10.432	1.532	11.964
Despesas Gerais	3.303	4.557	7.860
Depreciações e Amortizações	2.500	-	2.500
Tributos	1.604	-	1.604
Outras Despesas	1	-	1

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

6.8 - Notas explicativas

(Em milhares de reais)

1 - Contexto operacional

A Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA ("Valia", "Fundação" ou "Entidade"), pessoa jurídica de direito privado, instituída pela Vale S.A. ("Vale") em 2 de abril de 1973, é uma entidade fechada de previdência complementar privada, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, multipatrocinada, com múltiplos planos, constituída para funcionar por prazo indeterminado, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, obedecendo às normas expedidas através do Conselho Nacional da Previdência Complementar - CNPC e às Resoluções específicas do Banco Central do Brasil.

Em consonância com as disposições estatutárias e regulamentares, a Entidade tem como finalidade principal conceder benefícios suplementares, ou assemelhados aos da Previdência Oficial, a que têm direito os participantes e respectivos beneficiários.

Os recursos de que a Fundação dispõe para fazer face aos seus compromissos regulamentares são oriundos das contribuições dos patrocinadores e dos participantes, inclusive assistidos, e dos rendimentos resultantes do investimento desses recursos. Os planos de benefícios de natureza previdenciária, administrados pela Fundação, conforme definido nos seus regulamentos e seus respectivos patrocinadores, de acordo com o cadastro no site da PREVIC, são:

Plano de Benefício Definido - CNPB Nº 1973.0001-56 - Modalidade Benefício Definido

Vale S.A.
Celulose Nipo-Brasileira S.A. - Cenibra
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - Hispanobras
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabasco
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - Nibrasco
Florestas Rio Doce S.A.
Fundação Vale
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia
LOG-IN Logística Intermodal S.A.
Minas da Serra Geral S.A.

Plano de Benefícios - Cenibra - CNPB Nº 1995.0023-56 - Modalidade Contribuição Variável

Celulose Nipo-Brasileira S.A. - Cenibra

Plano de Benefícios - Vale Mais - CNPB Nº 1999.0052-11 - Modalidade Contribuição Variável

Aliança Geração de Energia S.A.
Aliança Norte Energia Participações S.A.
Associação Instituto Tecnológico Vale - ITV
CADAM S.A.
Celulose Nipo-Brasileira S.A. - Cenibra
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - Hispanobras
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabasco
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - Nibrasco

Ferrovia Norte-Sul S.A.
Florestas Rio Doce S.A.
Fundação Vale
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia
LOG-IN Logística Intermodal S.A.
Minas da Serra Geral S.A.
Mineração Paragominas S.A.
Minerações Brasileiras Reunidas S.A. - MBR
Norsk Hydro Brasil Ltda.
Norsk Hydro Energia Ltda.
Salobo Metais S.A.
Ultrafertil S.A.
Vale S.A.
Valesul Alumínio S.A.
Vale Fertilizantes S.A.
Vale Óleo e Gás S.A.
Vale Soluções em Energia S.A. - VSE
VLI Multimodal S.A.
VLI Operação Ferrovia Independente S.A.
VLI Operações Portuárias S.A.
VLI S.A.

Plano de Benefícios - Valiaprev - CNPB Nº 2000.0082-83 - Modalidade Contribuição Variável

Albrás Alumínio Brasileiro S.A.
Alunorte Alumina do Norte do Brasil S.A.
Aposvale - Associação dos Aposentados, Pensionistas e Empregados das Empresas Patrocinadoras da Valia
Bozel Brasil S.A.
Cia. Paulista de Ferro-Ligas
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - Kobrasco
Companhia Portuária Baía de Sepetiba
Ferrovia Centro-Atlântica S.A.
Florestal Bioflor S.A.
Instituto Ambiental Vale
Kaserge - Serviços Gerais Ltda.
Mineração Corumbaense Reunida S.A.
MSE - Serviços de Operação, Manutenção e Montagem Ltda.
Nova Era Silicon S.A.
PASA Plano de Assistência a Saúde do Aposentado da Vale
Samarco Mineração S.A.
TVV - Terminal de Vila Velha S.A.
Vale S.A.
Vale Fertilizantes S.A.
Vale Manganês S.A.
Valesul Alumínio S.A.

Plano de Benefícios - Vale Fertilizantes - CNPB Nº 2012.0002-74 - Modalidade Contribuição Variável

Vale Fertilizantes S.A.

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

Abono Complementação - CNPB Nº 4020.8301-11

Em 2001, conforme convênio celebrado entre a Vale e a Valia, foram transferidas para esta Fundação a operacionalização e administração do abono complementação de aposentadoria e de pensão. Estas rendas são pagas aos ex-empregados das empresas VALE, DOCEGEO, DOCENAVE, VALIA e ITABRASCO e seus beneficiários definidos nas Resoluções CVRD 05/87, 06/87 e 07/89; Resoluções DOCEGEO RE-003/87, 004/87 e 0007/89; Instrução Especial - DOCENAVE - nº 202/89 (DP); Ata - VALIA - Dir. 261ª, de 07/07/87; e Carta - ITABRASCO - IB - 055/88, de 05/02/88, nº 05/87 e 07/89, respectivamente. O Abono Complementação não se caracteriza juridicamente como um Plano de Benefícios e não tem vinculação solidária com quaisquer dos outros planos administrados pela Valia, não cabendo modalidade de plano de benefícios.

Adesões e retiradas das Patrocinadoras ocorridas no exercício

PROCESSO AUTORIZATIVO	PATROCINADOR	STATUS	PLANO	PRAZO DE APROVAÇÃO / AUTORIZAÇÃO
Retirada de Patrocínio	LOG-STAR Navegação S.A.	Aprovado (processo em fase de finalização)	Vale Mais	16/11/2016
Convênio de Adesão	Araucária Nitrogenados	Aprovado	Vale Mais	26/09/2016
Retirada de Patrocínio	Araucária Nitrogenados	Aprovado (processo em fase de finalização)	Vale Mais	26/09/2016

A Valia possuía, em 31 de dezembro de 2016, a seguinte quantidade de participantes:

PLANOS	ATIVOS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TOTAL
Benefício Definido	12	10.491	5.963	16.465
Vale Mais	78.493	4.537	608	83.638
Valiaprev	19.960	471	89	20.520
Vale Fertilizantes	759	47	-	806
Cenibra	-	33	5	38
Total Geral	99.223	15.579	6.665	121.467

A Valia possuía, em 31 de dezembro de 2015, a seguinte quantidade de participantes:

PLANOS	ATIVOS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TOTAL
Benefício Definido	12	10.779	5.872	16.663
Vale Mais	78.056	4.206	537	82.799
Valiaprev	20.540	337	78	20.955
Vale Fertilizantes	870	31	-	901
Cenibra	-	33	5	38
Total Geral	99.478	15.386	6.492	121.356

Com as seguintes características populacionais (em 31 de dezembro de 2016):

PLANOS	IDADE MÉDIA (EM ANOS)	
	ATIVOS	APOSENTADOS E PENSIONISTAS
Benefício Definido	56	70
Vale Mais	36	57
Valiaprev	38	55
Vale Fertilizantes	46	62
Cenibra	-	66

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da VALIA e foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, que incluem as disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução da Secretaria de Previdência Complementar - SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, e alterações posteriores e Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008.

Apresentamos a seguir os demonstrativos contábeis exigidos a partir da Resolução CNPC nº 08/2011 e alterações posteriores:

- (i) Balanço Patrimonial (Consolidado).
- (ii) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada).
- (iii) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (Individual por plano).
- (iv) Demonstração do Ativo Líquido (Individual por plano).
- (v) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada).
- (vi) Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (Individual por plano).

3 - Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Valia são apresentadas a seguir.

A. Registros contábeis

Os registros contábeis são realizados separadamente, por plano de benefícios, gerando balancetes contábeis individualizados, bem como o plano de gestão administrativa, em consonância com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e suas alterações posteriores e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010.

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

B. Investimentos

Os rendimentos gerados pelos investimentos são contabilizados diretamente no resultado do período, independentemente da categoria em que estão classificados.

Conforme determinação da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, quando a administração julga necessário, é constituída provisão para cobrir possíveis perdas nesses investimentos. Esses ativos são demonstrados líquidos das respectivas provisões para perdas, quando aplicável.

B.1 Títulos públicos, créditos privados e depósitos

As operações com créditos privados e depósitos, assim como os fundos de investimentos, de acordo com a Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, inclusive os constantes nas carteiras dos fundos de investimento exclusivos da Fundação, são registrados inicialmente pelo valor de aquisição e classificados nas seguintes categorias:

- (i) Títulos para negociação.
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer até a data de vencimento, são classificados na categoria "Títulos para negociação" e estão ajustados pelo valor de mercado. Os títulos, exceto as ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento" e estão avaliados pelo respectivo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Os investimentos efetuados no mercado de renda fixa (títulos do governo federal, em instituições financeiras e em títulos de empresas) incluem juros e variação monetária, apropriados em função do tempo decorrido até a data do balanço. O ágio e o deságio na compra de títulos são amortizados pro rata die, durante o período da aquisição até a data de vencimento do título.

Ajuste a valor de mercado

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos, são adotados os seguintes critérios:

- Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA,
- Certificados de depósitos bancários, pelo valor nominal atualizado até a data do vencimento, descontado a valor presente às taxas de juros de mercado.

B.2 Fundos de investimentos

Os fundos de renda fixa, renda variável, participação e investimentos no exterior estão avaliados pelo valor da quota, calculados pelos respectivos gestores, tomando por base as variações de mercado.

B.3 Ações

As ações estão registradas pelo valor de aquisição, acrescidas das despesas de corretagens e outras taxas incidentes, avaliadas pelo valor de mercado, considerando a cotação de fechamento do último dia do mês em que tenha sido negociada em bolsa. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado ou patrimonial é apropriada ao resultado do exercício.

B.4 Investimentos imobiliários

Os investimentos imobiliários são registrados ao custo de aquisição, atualizado pelos valores indicados nos laudos de reavaliação. Conforme Instrução PREVIC nº 15 de 12 de novembro de 2014, a Entidade fica dispensada do registro da depreciação quando a reavaliação da sua carteira imobiliária em caso de reavaliação anual. A receita de aluguéis é registrada no resultado do exercício, na rubrica de receitas de investimentos imobiliários, na gestão de investimentos.

B.5 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos concedidos aos participantes estão apresentados pelo valor do principal acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos das amortizações mensais. As taxas aplicadas foram determinadas por normas internas, atendendo ao mínimo previsto no artigo 38 da Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional, alterada pela Resolução CMN nº 3.846, de 25 de março de 2010.

B.6 Ativos contingentes

A Valia tem a possibilidade de receber o valor decorrente de ação judicial transitada em julgado patrocinada pela Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP) em nome de suas associadas. A ABRAPP pleiteou a diferença de correção monetária paga a menor, no período de abril de 1990 a fevereiro de 1991, sobre as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFNDs emitidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, em decorrência da substituição do índice de preços ao consumidor - IPC, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pela variação do Bônus do Tesouro Nacional - BTN. A decisão foi favorável à ABRAPP, mas o processo de execução judicial ainda está em curso. A probabilidade de ganho é possível e nenhum ganho foi reconhecido contabilmente.

C. Permanente

Os ativos imobilizados e intangíveis estão demonstrados ao custo de aquisição e são depreciados/amortizados de acordo com a vida útil econômica estimada na sua aquisição, considerando as suas características.

D. Exigível operacional

Representa as obrigações decorrentes de direitos a benefícios dos participantes, salários dos empregados da Entidade, prestação de serviços por terceiros, obrigações fiscais, investimentos, operações com participantes.

E. Exigível contingencial

Registra as ações judiciais contra a Entidade classificadas entre gestão previdencial, administrativa e de investimento, de acordo com sua natureza, que serão objeto de decisão futura e poderão ter ou não impacto na situação econômico-financeira da Entidade.

A Entidade avalia e classifica a probabilidade de perda com base na avaliação entre provável, possível e remota, de acordo com o CPC 25:

- Perda provável - há obrigação presente, resultante de eventos passados, que provavelmente irá requerer saída de recursos;
- Perda possível - há obrigação possível ou obrigação presente, resultante de eventos passados, que pode requerer, mas provavelmente não irá requerer, uma saída de recursos;
- Perda remota - há obrigação possível ou obrigação presente, resultante de eventos passados, cuja probabilidade de uma saída de recursos no futuro é remota.

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

F. Patrimônio social

Patrimônio de cobertura do plano

O patrimônio de cobertura do plano é constituído pelas Provisões Matemáticas e pelo Equilíbrio Técnico.

As Provisões Matemáticas dos planos de benefícios são constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e seus beneficiários.

No Equilíbrio Técnico, estão registrados os resultados acumulados obtidos pelos planos de benefícios previdenciais.

Fundos

Os fundos são constituídos tomando por base a sua natureza e finalidade. A Valia consignou em seu balanço fundos no segmento Previdencial, Administrativo e Investimento.

G. Demais ativos e passivos

Os demais ativos e passivos são registrados pelo regime de competência.

H. Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. As provisões para perdas em investimentos, o exigível contingencial, as provisões matemáticas e os fundos são alguns dos itens que estão sujeitos a essas estimativas e premissas, e sua liquidação poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa essas estimativas e suas premissas periodicamente.

I. Apuração do resultado

O resultado de cada plano de benefícios, administrativo e consolidado é apurado mensalmente de acordo com o princípio da competência, salvo as exceções previstas em lei e demais princípios contábeis aplicados, além das demais disposições previstas nas resoluções MPS/CNPC e instruções PREVIC.

J. Ajuste de precificação

Conforme nova redação dada à Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, por meio da Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, bem como a Instrução PREVIC nº 19, de 4 de fevereiro de 2015, a partir do exercício de 2015 é necessário divulgar o Equilíbrio Técnico Ajustado, ajuste este resultante da diferença positiva ou negativa entre os títulos públicos federais atrelados a índice de preços, classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento", calculados considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil destes mesmos títulos. Na apuração do ajuste de precificação de 2015 e 2016, foram calculadas diferenças positivas, ou seja, o valor dos títulos na categoria "títulos mantidos até o vencimento", calculados à taxa do passivo dos planos, é superior aos valores contabilizados. Desta forma, em 2016 a Valia apresenta, na Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefícios, os valores de ajuste de precificação apurados em ambos os exercícios. Importante ressaltar que o ajuste negativo é considerado para apuração do valor a destinar de superávit e o ajuste positivo é considerado somente quando ocorre o equacionamento de déficit. Para os planos administrados pela Valia os ajustes de precificação não são passíveis de utilização. O detalhamento do ajuste de precificação dos títulos é observado na nota 6.4.

K. Continuidade

A Entidade declara sua intenção de continuidade operacional, administrando planos de benefícios previdenciais. Tal intenção é confirmada pela sua busca de adesão de novos participantes bem como

a contínua manutenção e melhoria dos benefícios pagos. Este processo, visando à continuidade, pode ser observado em reuniões periódicas da Diretoria Executiva, as quais acompanham a aderência orçamentária e da política de investimento e demais assuntos que envolvam a Entidade.

A Valia conta, ainda, com o Plano de Continuidade de Negócios, que reúne um conjunto de estratégias e planos de ação necessários para assegurar que os serviços essenciais da Fundação sejam identificados e preservados caso ocorra alguma situação danosa que a coloque em risco.

Na gestão de ativos e passivos, vale destacar a realização periódica de estudos de ALM (*Asset Liability Management*), que avaliam a adequação dos ativos e passivos de cada plano com horizonte de dez anos. Além disso, estudos técnicos, tais como o que verifica a aderência da taxa real de juros dos planos de benefícios e os resultados superavitários destes planos - como o realizado de acordo com o preceituado pela Instrução Normativa Nº 23/2015 -, projetam o resultado e o retorno real anualizado esperado da carteira de ativos até a exaustão do passivo atuarial de cada plano de benefícios. Todos estes estudos são aprovados pelo Conselho Deliberativo. Os últimos estudos foram aprovados na reunião realizada em 14/12/2016.

4 - Realizável da gestão previdencial

A composição do Realizável da Gestão Previdencial pode ser assim demonstrada:

Os Recursos a Receber referem-se às contribuições normais do mês de dezembro de 2016, que são recebidas no mês subsequente.

(em milhares de reais)

GESTÃO PREVIDENCIAL	2016	2015	VAR. (%)
Recursos a receber	30.257	35.901	(15,72)
Adiantamentos	245	490	(50,00)
Depósitos Judiciais/Recursais	263.206	251.269	4,75
Total	293.708	287.660	2,10

Os valores referentes aos Depósitos Judiciais/Recursais e Bloqueios Judiciais referem-se às contingências passivas da gestão previdencial, segregados entre os objetos Artigo 58, Ganho Real e Outros. Este último é composto preponderantemente de depósitos judiciais/recursais relativos a processos que pleiteiam mais de um destes objetos. Tais valores são atualizados mensalmente pela variação da TR + 0,5% a.m.

Não existem dívidas contratadas junto às patrocinadoras.

5 - Realizável da gestão administrativa

No quadro abaixo segue a composição do Realizável da Gestão Administrativa:

(em milhares de reais)

GESTÃO ADMINISTRATIVA	2016	2015	VAR. (%)
Contas a receber	4.008	4.858	(17,50)
Despesas antecipadas	63	320	(80,31)
Depósitos Judiciais/Recursais	21.952	14.898	47,35
Total	26.023	20.076	29,62

No grupo Contas a Receber registram-se as contribuições para custeio do mês de dezembro de 2016, que são recebidas no mês subsequente, e adiantamentos a empregados.

Registram-se na Gestão Administrativa ainda os valores referentes aos Depósitos Judiciais/Recursais referentes às contingências passivas da Gestão Administrativa.

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

6 - Demonstrativo da Carteira de Investimentos

A Valia possui segregação real dos seus investimentos e sua carteira consolidada em 31 de dezembro está assim representada:

(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	2016	2015	VAR. (%)
RENDA FIXA			
Títulos do Governo Federal	8.160.108	7.171.856	13,78
Aplicações em instituições financeiras	238.449	208.148	14,56
CDB Itaú Unibanco	127.030	111.140	14,30
LF Subordinada Bradesco	111.419	97.008	14,86
Títulos de empresas	119.387	143.648	(16,89)
Debêntures Rota das Bandeiras	47.198	46.207	2,14
Debêntures Julio Simões Logística	35.632	33.446	6,54
Debêntures Andrade Gutierrez (Nota 20)	17.612	19.953	(11,73)
Debêntures Centrovias	6.620	12.418	(46,69)
Outras Debêntures	12.325	31.624	(61,03)
Fundos de investimentos em renda fixa	8.505.284	8.134.480	4,56
Total	17.023.228	15.658.132	8,72
RENDA VARIÁVEL			
Fic Valor	599.128	413.012	45,06
Fia Index	748.907	371.423	101,63
Total	1.348.035	784.435	71,85
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS			
Fundos de participação	543.775	577.111	5,58
Fip Sondas (Nota 8)	19	86.734	(99,98)
Fip Kinea II	76.598	71.640	6,92
Fundo Brasil de Internacionalização de Empresa FIP II	73.711	28.674	157,07
Fundo Brasil de Internacionalização Fip	57.029	54.942	3,80
FS - Fip	48.901	48.705	0,40
Infra Brasil Fip	45.587	67.008	(31,97)
Neo Capital Mezanino Fip	44.854	44.336	1,17
Brasil Petróleo Fip	34.931	33.377	4,66
2B Capital - Brasil Capital de Crescimento I	26.212	14.582	79,76
Brasil Portos FIP	22.428	16.690	34,38
Brasil Sustentabilidade FIP	20.509	22.079	(7,11)
Brasil Mezanino Infraestrutura FIP	17.217	22.012	(21,78)
Fip Brasil de Governança Corporativa	15.154	36.735	(58,75)
Outros Fundos de Participação	60.644	54.280	11,72
Provisão para perda Fip Sondas (Nota 8)	(19)	(86.734)	(99,98)
Fundo Imobiliário Panamby	21.448	20.565	4,29
Total	565.223	535.625	5,53

DESCRIÇÃO	2016	2015	VAR. (%)
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR			
Fundo Claritas Glob	-	30.473	(100,00)
JPM Glob	7.486	26.671	(71,93)
FOF Multi Global Equities	8.946	15.289	(41,49)
BB MM Nordea	10.816	13.023	(16,95)
Outros Fundos de Investimento no Exterior	10.494	26.669	(60,65)
Total	37.742	112.125	(66,34)
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS			
Aluguéis e Renda	1.186.035	1.223.853	(3,09)
Uso Próprio	21.053	22.600	(6,85)
Provisão p/ Crédito de Liquidação Duvidosa (Nota 8)	(123)	-	(100,00)
Total	1.206.965	1.246.453	(3,17)
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES			
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	943.141	1.073.278	(12,13)
Provisão p/ Crédito de Liquidação Duvidosa (Nota 8)	(54.085)	(56.153)	(3,68)
Total	889.056	1.017.125	(12,59)
TOTAL GERAL	21.070.249	19.353.895	8,87

Com o objetivo de redução do risco dos planos e aproveitando as altas taxas pagas pelas NTNBS, a Valia manteve a maior parte de seus investimentos alocados em Renda Fixa. Considerando, porém, a melhora do cenário macroeconômico, aumentou-se o percentual aplicado no segmento de Renda Variável que, aliado ao bom desempenho do segmento, trouxe um retorno atrativo para a carteira consolidada.

A Valia monitora oportunidades de investimentos nos demais segmentos, que foram afetados de forma cíclica pelas condições econômicas brasileiras adversas e, no caso do segmento de Investimentos no Exterior, pela valorização do real perante outras moedas.

A redução da posição investida em Debêntures Centrovias e Outras Debêntures é resultado, preponderantemente, das amortizações ocorridas ao longo do exercício conforme fluxo destes papéis.

6.1 - Títulos e valores mobiliários classificados para negociação e mantidos até o vencimento

Em consonância com o artigo 8º da Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, são demonstrados abaixo os títulos classificados nas categorias "mantidos até o vencimento" e os "marcados a mercado", da carteira própria e fundos investidos pela Valia, de forma consolidada e por plano de benefícios, detalhados por tipo e prazo, posicionados em 31 de dezembro de cada exercício.

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

Consolidado Valia
(em milhares de reais)

Papel	2016			2015		
	Mantidos até o vencimento (ii)		Negociação	Mantidos até o vencimento (ii)		Negociação
	VALOR DE MERCADO	CURVA	MERCADO	VALOR DE MERCADO	CURVA	MERCADO
<i>Títulos Federais</i>						
NTN - Série B	12.837.528	12.264.804	6.598	9.367.897	10.482.749	24.161
NTN - Série C	571.607	511.134	386.707	517.187	474.211	347.266
NTN - Série F	-	-	3.152	-	-	2.423
LTN	-	-	47.518	-	-	55.139
LFT	-	-	402.792	-	-	235.714
Total Títulos Públicos	13.409.135	12.775.938	846.767	9.885.084	10.956.960	664.702
<i>Títulos Privados</i>						
CDB	127.299	127.030	384.645	111.389	111.140	382.968
Debêntures	179.767	178.678	125.721	203.915	201.702	144.944
Compromissadas (i)	40.129	40.129	2.358.257	-	-	3.052.444
LF Subordinada	111.471	111.419	86.189	98.466	97.008	70.420
Total Títulos Privados	458.666	457.256	2.954.812	413.770	409.850	3.650.776
	13.867.801	13.233.194	3.801.579	10.298.854	11.366.810	4.315.478
<i>Por prazo de vencimento</i>						
A vencer em 360 dias	431.030	428.938	2.754.618	8.685	8.682	3.486.162
A vencer entre 361 e 1.080 dias	347.901	344.739	245.192	602.418	596.059	212.648
A vencer a partir de 1.081 dias	13.088.870	12.459.517	801.769	9.687.751	10.762.069	616.668
	13.867.801	13.233.194	3.801.579	10.298.854	11.366.810	4.315.478
Total Contábil			17.034.773			15.682.288
NTNC em garantia			(922)			(808)
Caixa/provisões fundos			(150)			(108)
NTNB ATMOS (RV)			(6.599)			(14.873)
LFT PELLETS (RV)			-			(370)
LFT SI MISTRAL (RV)			(3.875)			(7.997)
Total Renda Fixa			17.023.227			15.658.132

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

Plano de Benefício Definido (em milhares de reais)

Papel	2016			2015		
	Mantidos até o vencimento (iii)		Negociação	Mantidos até o vencimento (iii)		Negociação
	VALOR DE MERCADO	CURVA	MERCADO	VALOR DE MERCADO	CURVA	MERCADO
<i>Títulos Federais</i>						
NTN - Série B	7.995.522	7.629.725	2.195	6.136.654	6.820.175	10.788
NTN - Série C	237.674	210.298	220.426	209.553	191.108	196.134
NTN - Série F	-	-	2.180	-	-	2.062
LTN	-	-	32.861	-	-	46.915
LFT	-	-	277.056	-	-	186.884
Total Títulos Públicos	8.233.196	7.840.023	534.718	6.346.207	7.011.283	442.783
<i>Títulos privados</i>						
CDB	50.920	50.812	113.924	44.556	44.456	47.702
Debêntures	125.572	125.528	311	147.131	146.598	363
Compromissadas (i)	8.579	8.579	295.893	-	-	1.152.032
Total Títulos Privados	185.071	184.919	410.128	191.687	191.054	1.200.057
	8.418.267	8.024.942	944.846	6.537.893	7.202.337	1.642.880
<i>Por prazo de vencimento</i>						
A vencer em 360 dias	187.428	186.748	417.920	7.817	7.814	1.242.724
A vencer entre 361 e 1.080 dias	150.150	146.660	157.040	234.679	232.456	137.197
A vencer a partir de 1.081 dias	8.080.688	7.691.534	369.886	6.295.397	6.962.068	262.959
	8.418.266	8.024.942	944.846	6.537.893	7.202.337	1.642.880
Total Contábil			8.969.788			8.845.217
NTNC em garantia			(922)			(808)
Caixa/provisões fundos			(62)			(40)
NTNB ATMOS (RV)			(2.195)			(3.237)
LFT PELLETS (RV)			-			(81)
LFT SI MISTRAL (RV)			(1.289)			(1740)
Total Renda Fixa			8.965.321			8.839.312

6 Demonstrações financeiras

6.1 - Balanço patrimonial

6.2 - Parecer dos auditores independentes

6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social

6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa

6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada

6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos

6.7 - Demonstração de despesas administrativas

6.8 - Notas explicativas

6.9 - Parecer atuarial

6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo

6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

Plano Cenibra (em milhares de reais)

	2016			2015		
	Mantidos até o vencimento (ii)	Negociação		Mantidos até o vencimento (ii)	Negociação	
<i>Papel</i>	VALOR DE MERCADO	CURVA	MERCADO	VALOR DE MERCADO	CURVA	MERCADO
<i>Títulos Federais</i>						
NTN - Série B	21.419	20.477	-	15.905	18.095	-
NTN - Série C	3.956	3.478	1.926	3.603	3.291	1.738
Total Títulos Públicos	25.375	23.955	1.926	19.508	21.386	1.738
<i>Títulos Privados</i>						
Debêntures	510	497	-	507	493	-
Compromissadas (i)	-	-	892	-	-	1.236
LF Subordinada	2.229	2.228	-	1.969	1.940	-
Total Títulos Privados	2.740	2.726	892	2.476	2.433	1.236
	28.115	26.681	2.818	21.984	23.819	2.974
<i>Por prazo de vencimento</i>						
A vencer em 360 dias	714	708	892	-	-	1.236
A vencer entre 361 e 1.080 dias	2.229	2.228	-	2.647	2.590	-
A vencer a partir de 1.081 dias	25.171	23.745	1.926	19.337	21.229	1.738
	28.115	26.681	2.818	21.984	23.819	2.974
Total Contábil			29.499			26.793
Total Renda Fixa			29.499			26.793

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

Plano Vale Fertilizantes (em milhares de reais)

Papel	2016			2015		
	Mantidos até o vencimento (ii)		Negociação	Mantidos até o vencimento (ii)		Negociação
	VALOR DE MERCADO	CURVA	MERCADO	VALOR DE MERCADO	CURVA	MERCADO
<i>Títulos Federais</i>						
NTN - Série B	14.032	13.406	30	9.148	9.994	92
NTN - Série C	612	538	298	494	451	238
LFT	-	-	17	-	-	52
Total Títulos Públicos	14.644	13.944	345	9.642	10.445	382
<i>Títulos Privados</i>						
CDB	-	-	1.766	-	-	4.917
Debêntures	79	77	1.912	69	68	2.531
Compromissadas (i)	313	313	29.889	-	-	22.589
LF Subordinada	-	-	1.310	-	-	1.246
Total Títulos Privados	392	390	34.876	69	68	31.284
	15.036	14.334	35.221	9.711	10.512	31.666
<i>Por prazo de vencimento</i>						
A vencer em 360 dias	424	423	31.655	-	-	27.507
A vencer entre 361 e 1.080 dias	-	-	260	93	93	712
A vencer a partir de 1.081 dias	14.612	13.911	3.306	9.619	10.423	3.447
	15.036	14.334	35.221	9.711	10.512	31.666
Total Contábil			49.556			42.178
Caixa/provisões fundos			(1)			(1)
NTNB ATMOS (RV)			(30)			(92)
LFT PELLETS (RV)			-			(2)
LFT SI MISTRAL (RV)			(17)			(49)
Total Renda Fixa			49.508			42.034

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

Plano Vale Mais
(em milhares de reais)

Papel	2016			2015		
	Mantidos até o vencimento (ii)		Negociação	Mantidos até o vencimento (ii)		Negociação
	VALOR DE MERCADO	CURVA	MERCADO	VALOR DE MERCADO	CURVA	MERCADO
<i>Títulos Federais</i>						
NTN - Série B	3.393.387	3.248.120	3.942	2.175.700	2.464.823	10.240
NTN - Série C	95.739	89.825	57.497	85.943	80.156	50.839
NTN - Série F	-	-	307	-	-	120
LTN	-	-	4.621	-	-	2.734
LFT	-	-	41.143	-	-	15.982
Total Títulos Públicos	3.489.125	3.337.945	107.510	2.261.644	2.544.979	79.916
<i>Títulos Privados</i>						
CDB	76.380	76.218	203.127	66.833	66.684	268.269
Debêntures	25.375	25.057	108.008	27.531	26.648	124.495
Compromissadas (i)	24.372	24.372	1.585.877	-	-	1.413.940
LF Subordinada	44.588	44.567	74.586	39.386	38.803	60.997
Total Títulos Privados	170.715	170.214	1.971.598	133.750	132.135	1.867.701
	3.659.840	3.508.159	2.079.108	2.395.394	2.677.114	1.947.616
<i>Por prazo de vencimento</i>						
A vencer em 360 dias	180.064	179.207	1.790.144	869	868	1.684.479
A vencer entre 361 e 1.080 dias	123.127	123.458	38.079	248.425	247.292	45.421
A vencer a partir de 1.081 dias	3.356.649	3.205.494	250.886	2.146.101	2.428.954	217.716
	3.659.840	3.508.159	2.079.108	2.395.394	2.677.114	1.947.616
Total Contábil			5.587.267			4.624.730
Caixa/provisões fundos			(53)			(47)
NTNB ATMOS (RV)			(3.942)			(10.232)
LFT PELLETS (RV)			-			(255)
LFT SI MISTRAL (RV)			(2.315)			(5.501)
Total Renda Fixa			5.580.958			4.608.696

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

Plano Valiaprev
(em milhares de reais)

Papel	2016			2015		
	Mantidos até o vencimento (ii)		Negociação	Mantidos até o vencimento (ii)		Negociação
	VALOR DE MERCADO	CURVA	MERCADO	VALOR DE MERCADO	CURVA	MERCADO
<i>Títulos Federais</i>						
NTN - Série B	232.744	224.514	432	131.282	147.988	1.313
NTN - Série C	3.636	3.197	1.770	3.040	2.776	1.466
LFT	-	-	254	-	-	738
Total Títulos Públicos	236.380	227.710	2.455	134.321	150.764	3.518
<i>Títulos Privados</i>						
CDB	-	-	12.796	-	-	36.365
Debêntures	469	457	14.931	428	416	16.749
Compromissadas (i)	2.271	2.271	216.407	-	-	170.418
LF Subordinada	-	-	10.293	-	-	8.176
Total Títulos Privados	2.740	2.728	254.426	428	416	231.709
	239.120	230.439	256.881	134.749	151.180	235.227
<i>Por prazo de vencimento</i>						
A vencer em 360 dias	4.219	4.218	229.203	-	-	206.783
A vencer entre 361 e 1.080 dias	7.743	7.769	2.161	7.915	8.116	5.056
A vencer a partir de 1.081 dias	227.158	218.452	25.518	126.834	143.064	23.387
	239.120	230.439	256.881	134.749	151.180	235.227
Total Contábil			487.320			386.407
Caixa/provisões fundos			(5)			(5)
NTNB ATMOS (RV)			(432)			(1.313)
LFT PELLETS (RV)			-			(33)
LFT SI MISTRAL (RV)			(254)			(706)
Total Renda Fixa			486.630			384.350

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

Abono Complementação (em milhares de reais)

	2016			2015		
	Mantidos até o vencimento (ii)	Negociação		Mantidos até o vencimento (ii)	Negociação	
Papel	VALOR DE MERCADO	CURVA	MERCADO	VALOR DE MERCADO	CURVA	MERCADO
<i>Títulos Federais</i>						
NTN - Série B	1.161.287	1.110.266	-	885.543	1.006.128	-
NTN - Série C	226.455	200.690	103.070	211.459	193.602	95.357
Total Títulos Públicos	1.387.742	1.310.956	103.070	1.097.002	1.199.730	95.357
<i>Títulos Privados</i>						
Debêntures	27.307	26.618	-	27.814	27.056	-
Compromissadas (i)	-	-	47.754	-	-	67.818
LF Subordinada	64.653	64.623	-	57.110	56.265	-
Total Títulos Privados	91.960	91.241	47.754	84.924	83.321	67.818
	1.479.702	1.402.197	150.824	1.181.926	1.283.051	163.175
<i>Por prazo de vencimento</i>						
A vencer em 360 dias	52.948	52.409	47.754	-	-	67.818
A vencer entre 361 e 1.080 dias	64.653	64.623	-	108.077	104.958	-
A vencer a partir de 1.081 dias	1.362.101	1.285.165	103.070	1.073.849	1.178.093	95.357
	1.479.702	1.402.197	150.824	1.181.926	1.283.051	163.175
Total Contábil			1.553.021			1.446.226
Caixa/provisões fundos			(13)			(9)
Total Renda Fixa			1.553.008			1.446.217

(i) As operações compromissadas são aplicações via instituição financeira, cujo lastro são debêntures ou títulos públicos em fundos de renda fixa; os saldos dessas operações compromissadas operados por meio dos fundos de investimento em ações não foram apresentados nessa tabela.

(ii) Estes títulos compõem a carteira do fundo Atmos, Pellets e SI Mistral, ambos fundos de Renda Variável, que estão apresentados na conciliação da tabela com o saldo total de renda fixa.

A Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA tem capacidade financeira e a intenção de manter até

o vencimento os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento", estando, assim, em conformidade com o artigo 9º da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 8, de 19 de junho de 2002. Em dezembro de 2016 a Entidade realizou operações de alienação de títulos públicos federais, classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" nos termos do art. 1º da Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, realizadas simultaneamente à aquisição de novos títulos da mesma natureza, com prazo de vencimento superior e em montante igual ou superior ao dos títulos alienados, não descaracterizando a intenção da Entidade quando da classificação dos mesmos na referida categoria, conforme previsto no art. 1º da Resolução CGPC nº 15, de 23 de agosto de 2005.

6 Demonstrações financeiras

6.1 - Balanço patrimonial

6.2 - Parecer dos auditores independentes

6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social

6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa

6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada

6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos

6.7 - Demonstração de despesas administrativas

6.8 - Notas explicativas

6.9 - Parecer atuarial

6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo

6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

6.2 - Demonstrativo de investimento por plano

Os investimentos por plano em 31 de dezembro de 2016 estão assim alocados por segmento, conforme estrutura da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009:

(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	BENEFÍCIO DEFINIDO	CENIBRA	VALE MAIS	VALIAPREV	VALE FERTILIZANTES	ABONO	PGA	CONSOLIDADO
Renda fixa								
Títulos Públicos	6.709.393	-	1.382.906	38.920	-	28.890	-	8.160.108
Aplicações em instituições financeiras	50.812	2.228	120.786	-	-	64.623	-	238.449
Títulos de empresas	99.759	-	19.628	-	-	-	-	119.387
Fundos de investimentos	2.105.357	27.270	4.057.638	447.710	49.508	1.459.495	358.305	8.505.284
	8.965.321	29.498	5.580.958	486.630	49.508	1.553.008	358.305	17.023.228
Renda variável								
Fundos de investimentos	558.436	-	708.007	76.179	5.413	-	-	1.348.035
	558.436	-	708.007	76.179	5.413	-	-	1.348.035
Investimentos estruturados								
Fundos de participação	486.771	-	57.004	-	-	-	-	543.775
Fundo Imobiliário	20.096	-	1.353	-	-	-	-	21.448
	506.867	-	58.357	-	-	-	-	565.223
Investimentos no exterior								
Fundos de investimentos	-	-	37.742	-	-	-	-	37.742
Investimentos imobiliários								
Aluguéis e Renda	976.301	-	230.664	-	-	-	-	1.206.965
	976.301	-	230.664	-	-	-	-	1.206.965
Operações com participantes								
Empréstimos e Financiamentos	411.377	-	439.739	37.940	-	-	-	889.056
	411.377	-	439.739	37.940	-	-	-	889.056
Total	11.418.302	29.498	7.055.467	600.749	54.921	1.553.008	358.305	21.070.249

6 Demonstrações financeiras

6.1 - Balanço patrimonial

6.2 - Parecer dos auditores independentes

6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social

6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa

6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada

6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos

6.7 - Demonstração de despesas administrativas

6.8 - Notas explicativas

6.9 - Parecer atuarial

6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo

6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

Em 31 de dezembro de 2015 estavam assim alocados:

(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	BENEFÍCIO DEFINIDO	CENIBRA	VALE MAIS	VALIAPREV	VALE FERTILIZANTES	ABONO	PGA	CONSOLIDADO
Renda fixa								
Títulos Públicos	6.046.703	-	1.082.610	16.073	-	26.470	-	7.171.856
Aplicações em instituições financeiras	44.456	1.940	105.487	-	-	56.265	-	208.148
Títulos de empresas	122.026	-	21.622	-	-	-	-	143.648
Fundos de investimentos	2.626.127	24.853	3.398.977	368.277	42.034	1.363.482	310.730	8.134.480
	8.839.312	26.793	4.608.696	384.350	42.034	1.446.217	310.730	15.658.132
Renda variável								
Mercado de ações à vista	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos de investimentos	169.883	-	539.823	69.798	4.931	-	-	784.435
	169.883	-	539.823	69.798	4.931	-	-	784.435
Investimentos estruturados								
Fundos de participação	453.015	-	62.045	-	-	-	-	515.060
Fundo Imobiliário	19.268	-	1.297	-	-	-	-	20.565
	472.283	-	63.342	-	-	-	-	535.625
Investimentos no exterior								
Fundos de investimentos	-	-	112.125	-	-	-	-	112.125
Investimentos imobiliários								
Aluguéis e Renda	1.008.970	-	214.883	-	-	-	-	1.223.853
Uso próprio	-	-	22.600	-	-	-	-	22.600
	1.008.970	-	237.483	-	-	-	-	1.246.453
Operações com participantes								
Empréstimos e Financiamentos	451.320	-	515.499	50.306	-	-	-	1.017.125
Total	10.941.768	26.793	6.076.968	504.454	46.965	1.446.217	310.730	19.353.895

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

6.3 - Rentabilidade dos planos e perfis de investimento (em milhares de reais)

PLANO	INVESTIMENTOS 2016	INVESTIMENTOS 2015	RENTABILIDADE 2016 - %	RENTABILIDADE 2015 - %
Benefício Definido	11.418.302	10.941.768	12,30	10,53
Cenibra	29.498	26.793	14,17	17,02
Vale Mais	7.055.467	6.076.968	14,53	11,53
Valiaprev	600.749	504.454	16,32	11,21
Vale Fertilizantes	54.921	46.965	16,06	11,56
Abono Complementação	1.553.008	1.446.217	14,18	17,01
PGA	358.304	310.730	14,03	13,46
Consolidado	21.070.249	19.353.895	13,32	11,37

A Valia oferece perfis de investimento aos participantes dos planos Vale Mais e Valiaprev, conforme apresentado abaixo:

Perfis de Investimento - Plano Vale Mais - CNPB 1999.0052-11 (em milhares de reais)

TIPO DE PERFIL	QTDE. DE PARTICIPANTES (ATIVOS)	VOLUME DE RECURSOS	RENTABILIDADE 2016 - %	RENTABILIDADE 2015 - %
Vale Mais Fix	6.475	620.500	14,72	13,95
Vale Mais Mix 20	69.064	1.989.711	18,04	9,40
Vale Mais Mix 35	2.409	169.566	20,30	6,09
Vale Mais Ativo Mix 40	545	90.467	20,10	6,39

Perfis de Investimento - Plano Valiaprev - CNPB 2000.0082-83 (em milhares de reais)

TIPO DE PERFIL	QTDE. DE PARTICIPANTES (ATIVOS)	VOLUME DE RECURSOS	RENTABILIDADE 2016 - %	RENTABILIDADE 2015 - %
Valiaprev Fix	943	64.918	14,55	13,87
Valiaprev Mix 20	18.571	297.353	17,96	9,46
Valiaprev Mix 35	386	17.719	20,16	6,20
Valiaprev Ativo Mix 40	60	7.528	20,02	6,40

6.4 - Acompanhamento contábil e financeiro dos títulos objetos dos ajustes de precificação

A Previc emitiu, em 4 de fevereiro de 2015, a Instrução nº 19, tratando das questões da Resolução CNPC nº 16/2014, principalmente quanto aos critérios e procedimentos para cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais para fins de equacionamento de déficit e para utilização ou destinação de superávit técnico.

Abaixo são demonstrados os títulos objetos dos ajustes de precificação, apresentados na Demonstração do Ativo Líquido dos planos de benefícios e do Abono Complementação. Estes títulos estão agrupados por faixas de vencimento, respeitando a participação, por planos de benefícios, nos fundos de investimentos que possuem estes ativos nas suas carteiras.

Plano de Benefício Definido (em milhares de reais)

	TÍTULO FEDERAL	QUANTIDADE	VALOR CONTÁBIL	VALOR COM TAXA ATUARIAL 5,0%	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO
Por prazo de vencimento					
A vencer em 360 dias (2017)	NTB-BeNTN-C	33.993,31	110.476	111.842	1.366
A vencer entre 361 e 1.080 dias (2018/2019)	NTN-B	50.000,00	146.660	152.593	5.933
A vencer a partir de 1.081 dias (2020 em diante)	NTB-B e NTNC	1.517.645,77	4.449.987	5.065.953	615.966
			4.707.123	5.330.387	623.265

Plano Cenibra (em milhares de reais)

	TÍTULO FEDERAL	QUANTIDADE	VALOR CONTÁBIL	VALOR COM TAXA ATUARIAL 5,5%	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO
Por prazo de vencimento					
A vencer em 360 dias (2017)	NTB-BeNTN-C	193,96	708	720	13
A vencer a partir de 1.081 dias (2020 em diante)	NTB-B e NTNC	2.054,53	9.125	10.081	956
			9.833	10.801	968

Plano Vale Fertilizantes (em milhares de reais)

	TÍTULO FEDERAL	QUANTIDADE	VALOR CONTÁBIL	VALOR COM TAXA ATUARIAL 5,0%	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO
Por prazo de vencimento					
A vencer em 360 dias (2017)	NTN-C	30,02	110	112	2
A vencer a partir de 1.081 dias (2020 em diante)	NTB-B	813,36	2.416	2.591	176
			2.525	2.703	178

Plano Vale Mais (em milhares de reais)

	TÍTULO FEDERAL	QUANTIDADE	VALOR CONTÁBIL	VALOR COM TAXA ATUARIAL 5,5%	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO
Por prazo de vencimento					
A vencer em 360 dias (2017)	NTB-BeNTN-C	22.137,38	76.741	77.997	1.256
A vencer entre 361 e 1.080 dias (2018/2019)	NTN-B	25.986,62	78.891	79.012	121
A vencer a partir de 1.081 dias (2020 em diante)	NTB-B e NTNC	899.882,28	2.632.482	2.861.804	229.322
			2.788.114	3.018.813	230.699

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

Plano Valiaprev (em milhares de reais)

	TÍTULO FEDERAL	QUANTIDADE	VALOR CONTÁBIL	VALOR COM TAXA ATUARIAL 5,5%	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO
Por prazo de vencimento					
A vencer em 360 dias (2017)	NTB-BeNTN-C	612,40	1.948	1.957	10
A vencer entre 361 e 1.080 dias (2018/2019)	NTN-B	2.563,38	7.769	7.790	21
A vencer a partir de 1.081 dias (2020 em diante)	NTB-B e NTNC	35.631,93	108.582	116.609	8.026
			118.299	126.355	8.057

Abono Complementação (em milhares de reais)

	TÍTULO FEDERAL	QUANTIDADE	VALOR CONTÁBIL	VALOR COM TAXA ATUARIAL 5,5%	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO
Por prazo de vencimento					
A vencer em 360 dias (2017)	NTN-C	14.380,63	52.409	53.406	998
A vencer a partir de 1.081 dias (2020 em diante)	NTB-B e NTNC	159.568,26	528.051	584.166	56.114
			580.460	637.572	57.112

Em 31 de dezembro os ajustes de precificação totalizam os seguintes valores:
(em milhares de reais)

	2016	2015
Benefício Definido	623.265	584.414
Cenibra	968	920
Vale Fertilizantes	178	150
Vale Mais	230.699	150.281
Valiaprev	8.057	5.533
Abono Complementação	57.112	57.163

A partir de 2015 a Fundação passou a apurar o equilíbrio técnico ajustado e, a partir de 2016, passou a apresentá-lo na Demonstração do Ativo Líquido dos planos de benefícios. Para os dois exercícios foram apurados valores positivos de ajuste.

7 - Reavaliação dos imóveis

Anualmente, a Fundação realiza a reavaliação da sua carteira imobiliária de acordo com as normas estabelecidas pela PREVIC. A reavaliação de 2016 foi realizada pela Fide Serviços de Engenharia e Consultoria Ltda., cujo parecer foi emitido pelo engenheiro Jackson Carvalho Guedes - CREA 45428 - D. A reavaliação de 2015 foi realizada pela Câmara de Consultores Associados Ltda. - CCA, cujo parecer foi emitido pela engenheira Eliane H. C. Schiavo - CREA RJ - 1979102468. A partir deste exercício a Valia passou a registrar o resultado da reavaliação no mês de dezembro.

Os quadros a seguir apresentam os valores das reavaliações dos investimentos imobiliários da Valia.

Efeito no resultado do exercício de 2016: (em milhares de reais)

IMÓVEL	DATA-BASE DO LAUDO	VALOR DO IMÓVEL	VIDA ÚTIL REMANESCENTE	EFEITO NO RESULTADO
America Business Park	15/07/2016	75.100	34	(7.300)
Centro Empresarial Cidade Nova	15/07/2016	291.884	30	(13.762)
Centro Empresarial Mourisco	15/07/2016	44.040	30	(1.161)
Cidade Jardim Corporate Center	15/07/2016	332.840	47	(13.260)
Ed. Sede de Empresas	15/07/2016	20.960	28	(1.640)
Edifício Barão de Mauá (*)	31/07/2015	143.209	20	n/a
Edifício Candelária Corporate	15/07/2016	53.500	30	(874)
Rio Office Tower	15/07/2016	236.513	47	(1.889)
Aluguéis a receber		8.919		-
		1.206.965		(39.886)

Efeito no resultado do exercício de 2015: (em milhares de reais)

TIPO DE PERFIL	DATA-BASE DO LAUDO	VALOR DO IMÓVEL	VIDA ÚTIL REMANESCENTE	EFEITO NO RESULTADO
America Business Park	31/07/2015	82.400	48	(4.993)
Centro Empresarial Cidade Nova	31/07/2015	305.646	30	(5.052)
Centro Empresarial Mourisco	31/07/2015	45.201	30	(3.494)
Cidade Jardim Corporate Center	31/07/2015	346.100	48	(18.171)
Ed. Sede de Empresas	31/07/2015	22.600	20	(938)
Edifício Barão de Mauá (*)	31/07/2015	140.000	20	(12.663)
Edifício Candelária Corporate	31/07/2015	54.374	30	(3.533)
Rio Office Tower	31/07/2015	238.402	48	(15.873)
Aluguéis a receber		11.730		-
		1.246.453		(64.717)

(*) A reavaliação da carteira em 2016 não contemplou o imóvel Edifício Barão de Mauá, que se encontra em reforma de grande magnitude. Conforme interpretação das Normas Brasileiras de Contabilidade – com as devidas adequações ao segmento de Previdência Complementar –, entende-se que não deve ser reconhecido o desgaste físico de um bem (neste caso a edificação) que está sendo amplamente reformado e que na conclusão da obra será reavaliado e terá uma atualização do seu Habite-se.

O resultado da reavaliação foi negativo em R\$ 39.886 em 2016 (negativo em R\$ 64.717 em 2015), conforme detalhado a seguir:
(em milhares de reais)

IMÓVEL	REDUÇÃO NO RESULTADO DO EXERCÍCIO	
	2016	2015
Imóveis de Uso Próprio	(1.645)	(938)
Imóveis locados às Patrocinadoras	-	(12.633)
Imóveis locados a Terceiros	(38.241)	(51.116)
Total	(39.886)	(64.717)

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

8 - Provisão de direitos creditórios de liquidação duvidosa e perdas de investimento

Provisão de direitos creditórios de liquidação duvidosa

Em conformidade com o Item 11, Anexo "A", da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, a Fundação constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa para fazer face à eventual inadimplência da carteira de empréstimos e da carteira de investimentos imobiliários, conforme descrito a seguir:

- (a) 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- (b) 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- (c) 75% (cinquenta por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias;
- (d) 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

No que tange à carteira de empréstimos, o valor da provisão é de R\$ 54.085 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 56.153 em 31 de dezembro de 2015) nos planos Benefício Definido, Vale Mais e Valiaprev. Com relação à inadimplência referente aos aluguéis e outros direitos a receber da carteira imobiliária, em 31 de dezembro 2016 o valor da provisão é de R\$ 123 nos planos Benefício Definido e Vale Mais. Em 31 de dezembro de 2015 não existiam valores provisionados referentes à carteira imobiliária.

Provisão para perdas de investimento

A Valia é cotista do FIP Sondas, Fundo de Investimento em Participações, acionista da Sete Brasil - sociedade anônima de capital fechado criada para a construção de sondas de perfuração para exploração do pré-sal brasileiro. Considerando a remota possibilidade de continuidade do plano de negócios da empresa Sete Brasil, investida do FIP Sondas, por medida de conservadorismo e conforme preceituam as melhores práticas contábeis, efetuamos provisão negativa no valor do saldo existente no referido fundo em 31 de dezembro de 2015 de (R\$ 86.734) nos planos Benefício Definido e Vale Mais, que representava 100% do valor investido nesta data-base. Em 31 de dezembro de 2016 mantivemos a provisão para perda de 100% deste investimento.

Ademais, a Administradora do FIP Sondas, alegando cumprir o dever de ajustar a avaliação dos ativos componentes da carteira do Fundo sempre que houver indicação de perdas prováveis na realização do seu valor, informou que registrou, na carteira do Fundo, referente à posição de 03/06/2016, provisão para perdas de 100% do valor do investimento realizado na Sete Brasil Participações S.A. O valor de R\$ 19 referente ao caixa para cobertura de despesas operacionais também está integralmente provisionado pela Valia.

A Valia, conforme determinação do seu Conselho Deliberativo, está tomando todas as medidas cabíveis na defesa dos interesses da Fundação em relação ao investimento feito no FIP Sondas, sem renunciar a qualquer direito que tenha em relação ao tema, inclusive buscando reparação indenizatória no âmbito de um Procedimento Arbitral em curso no Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá.

9 - Ativo permanente

A Valia realiza anualmente o inventário físico dos bens do ativo permanente compatibilizando os controles individuais com os registros contábeis, em consonância com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011. O ativo permanente está registrado no Plano de Gestão administrativa, classificado em imobilizado e intangível, conforme quadro a seguir:

(em milhares de reais)

PERMANENTE	2016	2015	VAR. (%)
Imobilizado	2.463	2.070	18,99
Intangível	21.471	20.509	4,69
Total	23.934	22.579	6,00

No subgrupo Imobilizado os registros estão subdivididos em itens como: Móveis e Utensílios, Equipamentos de Informática, Instalações. Já no subgrupo Intangível estão alocados os sistemas de informática em uso pela Fundação, assim como os sistemas de informática em fase de implantação.

10 - Custeio administrativo

Para apuração do saldo do Fundo Administrativo de cada plano são utilizados os seguintes critérios:

- Receitas: alocadas diretamente no plano de origem, utilizando-se as fontes de custeio previdencial e de investimentos.
- Despesas Específicas: alocadas diretamente no plano de origem.
- Despesas Comuns: o critério de rateio das despesas comuns entre os planos de benefícios é feito tomando por base a massa de participantes de cada plano de benefício, considerando a ponderação entre quantidade e situação destes participantes e também levando em consideração o patrimônio dos planos.

No que tange ao rateio por gestão (Previdencial e Investimentos), este é realizado em função dos centros de custos específicos. Conforme organograma da Valia, as gerências ligadas à Diretoria de Benefícios e Superintendência são classificadas na Gestão Previdencial e as gerências ligadas à Diretoria de Investimentos são classificadas na Gestão de Investimento.

Abaixo o detalhamento dos principais grupos de despesas administrativas:

(em milhares de reais)

DESPESAS COM PESSOAL	2016	2015	VAR. (%)
Dirigentes	3.448	1.734	98,85
Pessoal próprio	39.985	41.676	(4,06)
Estagiários	200	234	(14,53)
Total	43.633	43.644	(0,03)

10.1 - Despesas com pessoal

Neste grupo registram-se as despesas com pessoal e encargos da Fundação. No exercício de 2016, houve acréscimo na rubrica "Dirigentes", uma vez que os diretores da Valia, até então empregados do patrocinador Vale, foram transferidos para a folha da Fundação. Desta forma, além da remuneração-base, todos os encargos e benefícios dos diretores passaram a ser contabilizadas e pagos pela Valia. O valor das despesas com pessoal próprio diminuiu em 2016, comparativamente ao ano anterior, em função dos seguintes fatores: a) Acordo Coletivo de Trabalho não contemplou nenhum reajuste salarial ao staff e gerentes; b) O headcount médio de 2016 foi ligeiramente inferior ao de 2015; e c) O valor de rescisões trabalhistas pagas em 2015 foi superior ao de 2016. A redução na rubrica "Estagiários" ocorreu por conta do término de alguns contratos de estágio.

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

10.2 - Despesas com serviços de terceiros (em milhares de reais)

DESPESAS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS	2016	2015	VAR. (%)
Consultoria Jurídica	3.702	6.106	(39,37)
Recursos Humanos	26	70	(63,11)
Informática	4.106	4.995	(17,80)
Consultoria Atuarial	743	521	42,59
Consultoria de Investimentos	577	630	(8,45)
Consultoria Contábil	224	152	47,42
Gestão / Planejamento Estratégico	-	29	(100,00)
Outras	2.586	2.834	(8,77)
Gestão de Documentos	1.024	884	15,84
Comunicação e Educação Previdenciária	440	176	150,00
Outras despesas	1.122	1.774	(36,75)
Total	11.964	15.336	(21,99)

Neste grupo registram-se as despesas com serviços de terceiros tomados pela Fundação. Ressalta-se que no subgrupo "Outras" estão alocadas as despesas com serviços de terceiros, pulverizados em diversas áreas e com distintas naturezas. Importante destacar que, diante do cenário econômico atual, a Fundação fez esforços para reduzir seu orçamento administrativo ao longo de 2016, redução esta oriunda da revisão dos contratos de prestação de serviços, os quais tiveram seus custos e, sempre que possível, escopos renegociados.

10.3 - Custeio administrativo - investimento

Refere-se ao recurso mensal transferido de cada plano para o custeio das atividades administrativas.

(em milhares de reais)

PLANO	2016	2015	VAR. (%)
Benefício Definido	24.691	27.017	(8,61)
Cenibra	-	11	(100,00)
Vale Fertilizantes	-	166	(100,00)
Vale Mais	3.092	3.484	(11,25)
Valiaprev	284	330	(13,94)
Abono Complementação	-	132	(100,00)
Total	28.067	31.140	(9,87)

11 - Exigível operacional da gestão previdencial

Neste grupo registram-se benefícios a pagar e as respectivas retenções da folha de benefícios. No grupo "Outras exigibilidades", são registrados os demais valores a pagar referentes à gestão previdencial, tais como os reembolsos e repasses a patrocinadores.

(em milhares de reais)

GESTÃO PREVIDENCIAL	2016	2015	VAR. (%)
Benefícios a pagar	4.531	1.123	303,38
Retenções a recolher	7.253	8.201	(11,56)
Outras exigibilidades	6.430	6.604	(2,63)
Total	18.214	15.928	14,35

12 - Exigível operacional da gestão administrativa

Apresenta os valores a pagar relacionados a pessoal e encargos, retenções a recolher e fornecedores, no valor de R\$ 12.465 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 13.524 em 2015).

13 - Exigível operacional dos investimentos

Apresenta os valores a pagar relacionados aos investimentos da Valia, tais como cotas condominiais de unidades imobiliárias vagas que serão pagas no mês subsequente e valores provisionados para pagamento de custas judiciais numa eventual ação de cobrança referente à carteira de empréstimos, conforme quadro abaixo:

(em milhares de reais)

INVESTIMENTOS	2016	2015	VAR. (%)
Títulos e Valores Mobiliários	13	-	100,00
Imobiliários	1.321	1.117	18,26
Empréstimos e financiamentos	815	877	(7,07)
Total	2.149	1.994	7,77

14 - Exigível contingencial

As contingências são incertezas que, dependendo de eventos futuros, poderão ter impacto na situação econômico-financeira da Entidade. A Valia provisiona contabilmente todas as ações cujos prognósticos de perda são considerados, pela área jurídica, como perda provável, em decorrência das decisões judiciais proferidas em cada processo e a jurisprudência relativa às teses em discussão. Os valores atribuídos aos processos são determinados conforme cálculo das áreas técnicas da Valia e/ou pelos peritos judiciais contábeis, levando em consideração os objetos das contendas judiciais, e, mensalmente, são atualizados pelos índices de correção aplicáveis e acrescidos dos juros legais.

Esta rubrica contempla os processos judiciais de natureza previdenciária, administrativa e de investimentos, conforme detalhamento a seguir. Em 2016, houve uma redução de R\$ 125.920 na provisão e em 2015 um acréscimo de R\$ 54.009.

(em milhares de reais)

EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	2016	2015	VAR. (%)
Gestão previdencial	1.269.745	1.398.791	(9,23)
Gestão administrativa	19.860	17.353	14,45
Investimentos	1.159	540	114,63
Total	1.290.764	1.416.684	(8,89)

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

14.1 - Exigível contingencial da gestão previdencial

Os processos de natureza previdencial são basicamente ações de assistidos, cujos principais objetos são as diferenças decorrentes de atualização monetária de suas reservas de poupança e equivalência dos benefícios ao salário mínimo (artigo 58 do Ato Declaratório das Disposições Constitucionais Transitórias), bem como aplicação de ganhos reais aos benefícios. Existem ainda os processos com o objeto Expurgos Inflacionários, que se referem a ações em que assistidos e ex-participantes (que já efetuaram o resgate da reserva de poupança) requerem a aplicação dos expurgos inflacionários ao benefício ou a reserva de poupança resgatada.

(em milhares de reais)

GESTÃO PREVIDENCIAL	2016	2015	VAR. (%)
Artigo 58	396.267	312.218	26,92
Ganho real	96.227	190.388	(49,46)
Expurgos inflacionários	126.804	135.519	(6,43)
Outros	650.447	760.666	(14,49)
Total	1.269.745	1.398.791	(9,23)

Com vistas a explicar o contido na linha "Outros" do quadro acima, cabe ressaltar que a Valia possui outras ações relacionadas a questionamentos previdenciais, cuja classificação dada pelos advogados é de perda provável. Estas estão classificadas no subgrupo "Outros", na gestão Previdencial, em que se pleiteia mais de um objeto, conforme demonstra o quadro a seguir:

(em milhares de reais)

OUTROS - GESTÃO PREVIDENCIAL	2016	2015	VAR. (%)
Artigo 58 + outros índices	539.246	635.613	(15,16)
Ganho real + outros índices	73.870	96.685	(23,60)
Outros	37.331	28.368	31,60
Total	650.447	760.666	(14,49)

A redução do saldo das provisões do Exigível Contingencial da Gestão Previdencial se destaca, principalmente, devido à mudança da jurisprudência dominante no Tribunal Superior do Trabalho acerca da matéria "Ganho Real", em que se consolidou o entendimento de que "As disposições do artigo 21, § 3º, do Regulamento da Valia, ao prestigiarem a paridade entre os índices de reajustamento dos benefícios complementares privados e aqueles fixados pelo INSS, não abarcam os índices concedidos a título de 'aumento real' no âmbito da previdência oficial" (TST - SbdI-1 - Min. JOÃO ORESTE DALAZEN - Publicado em 07/03/2016), resultando, portanto, na redução no exigível contingencial. Ademais, também contribui para esse movimento de redução a própria dinâmica do Contencioso, incluindo, mas não se limitando à entrada e ao encerramento de processos, bem como alterações de prognósticos a cada decisão de mérito, feitas pelos advogados.

Estas provisões referem-se ao Plano de Benefício Definido.

14.2 - Exigível contingencial da gestão administrativa

Neste grupo são alocados os processos de natureza administrativa que se referem às ações de natureza tributária. O valor total constante neste grupo, referente exclusivamente a causas tributárias, totaliza, em 31 de dezembro de 2016, R\$ 19.860 (R\$ 17.353 em 2015).

Em se tratando de processos de natureza tributária, a variação decorre, preponderantemente, de atualização monetária e dos juros legais incidentes.

Estas provisões referem-se ao Plano de Gestão Administrativa.

14.3 - Exigível contingencial investimentos

Quanto aos processos do programa de investimentos, estes são decorrentes de ações relativas preponderantemente a imóveis da carteira imobiliária da Valia, no valor de R\$ 1.159 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 540 em 2015). A variação entre os exercícios é fruto de adequação do valor provisionado referente ao único processo da carteira imobiliária da Valia. Estas provisões referem-se ao Plano de Benefício Definido.

14.4 - Perdas possíveis

O status destes processos, na avaliação dos advogados, não indica uma perda provável, pois a matéria ainda não foi pacificada e há divergência na interpretação nos tribunais. Por este motivo, esses valores não foram reconhecidos nas demonstrações contábeis do exercício social de 2016. (em milhares de reais)

PERDAS POSSÍVEIS	2016	2015	VAR. (%)
Gestão Previdencial	1.343.660	1.168.319	15,01
Gestão Administrativa	124.241	113.056	9,89
Investimentos	-	1.384	(100,00)
Total	1.467.901	1.282.759	14,43

A Valia e seus assessores jurídicos externos revisam tais status e classificações periodicamente. Abaixo, segue quadro com os valores classificados como perdas possíveis, posicionados em 31 de dezembro:

O aumento dos valores classificados como probabilidade de perda possível, posicionados em 31 de dezembro de 2016, comparativamente ao exercício anterior, decorre, preponderantemente, da atualização monetária e da incidência de juros, além da reclassificação de processos anteriormente classificados com a probabilidade de perda provável para os quais, durante o exercício, foram proferidas decisões judiciais favoráveis à Valia, conforme alteração de entendimento jurisprudencial acima mencionada.

A variação no montante de Perdas Possíveis na rubrica investimentos refere-se à reclassificação de processos entre as gestões.

15 - Provisões matemáticas

As provisões matemáticas consignadas nos balanços de 2016 e 2015 referem-se à avaliação atuarial realizada pelos atuários externos independentes.

Em 2016 a avaliação atuarial foi realizada pela Towers Watson Consultoria Ltda. para todos os planos de benefícios e Abono Complementação. Já em 2015 a avaliação atuarial foi realizada pela Mercer Human Resource Consulting.

Conforme parecer atuarial, as hipóteses e os métodos utilizados na avaliação são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18 de 28 de março de 2006, ou seja, respeitam a legislação vigente, as características da massa de participantes e os regulamentos dos planos.

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do património social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

Benefício concedido

Em relação ao Plano de Benefício Definido, essa provisão consiste na diferença entre o valor atual dos encargos assumidos pela Valia em relação aos assistidos em gozo de rendas de complementações de aposentadorias e pensões e o valor atual das contribuições que por eles venham a ser recolhidas à Valia para a sustentação dos referidos encargos, de acordo com o plano de custeio em vigor.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos dos demais planos estão representadas por: (i) o valor atual dos compromissos com o pagamento dos benefícios de aposentadoria, incapacidade, benefício por morte e benefício proporcional diferido aos participantes já assistidos em gozo de renda mensal vitalícia e de seus beneficiários; e (ii) pelo saldo de conta remanescente para os demais participantes assistidos.

Benefício a conceder

As provisões matemáticas de benefícios a conceder do Plano de Benefício Definido representam a diferença entre compromissos futuros com o pagamento de benefícios aos participantes ainda não assistidos e seus beneficiários e o valor atual das contribuições futuras a serem recolhidas por patrocinadores e por estes participantes.

No caso dos demais planos, representam o saldo de contas previdenciárias (participante e patrocinador) dos participantes que ainda não estão em gozo de benefício programado. Para os benefícios de risco e o benefício proporcional, as provisões matemáticas de benefícios a conceder representam a diferença entre compromissos futuros com o pagamento destes benefícios aos participantes ainda não assistidos e seus beneficiários e o valor atual das contribuições futuras a serem recolhidas por patrocinadores.

A seguir, descrevemos as hipóteses utilizadas na avaliação atuarial:

	2016	2015
Plano de Benefício Definido	Tábua de Mortalidade Geral e de Inválidos - AT-2000 Basic Masculina Suavizada em 10% Tábua de Entrada em Invalidez - RGPS 1992-2002 Empregados Unisex Suavizada em 55% Taxa real anual de juros - 5,00% a.a.	Tábua de Mortalidade - AT-2000 Basic Masculina Suavizada em 10% Tábua de Entrada em Invalidez - RGPS 1992-2002 Empregados Unisex Suavizada em 55% Taxa de juros anual - 5,00% a.a.
	Fator de determinação do valor real ao longo do tempo: Salários/Benefícios do Plano - 99%	Capacidade Salarial/Capacidade Benefícios Concedidos - 0,99
	Projeção de Crescimento real de salário/ Tábua de Rotatividade - N.A	Crescimento salarial/Rotatividade - 0% a.a.
Plano Vale Mais Subplano Benefício Proporcional	Tábua de Mortalidade Geral - AT-2000 Basic Masculina	Tábua de Mortalidade - AT-2000 Basic Masculina
	Tábua de Entrada em Invalidez - RGPS 1992-2002 Empregados Unisex Suavizada em 55% Taxa real anual de juros - 5,50% a.a.	Tábua de Entrada em Invalidez - RGPS 1992-2002 Empregados Unisex Suavizada em 55% Taxa de juros anual - 5,50% a.a.
	Fator de determinação do valor real ao longo do tempo: Salários - N.A	Capacidade Salarial - N.A
	Fator de determinação do valor real ao longo do tempo: Benefícios do Plano (Concedidos) - 99% Projeção de Crescimento real de salário/ Tábua de Rotatividade - N.A	Capacidade dos Benefícios Concedidos - 0,99 Crescimento salarial/Rotatividade - 0% a.a.

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do património social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

	2016	2015
Subplano Risco	Tábua de Mortalidade Geral e de Inválidos - AT-2000 Basic Masculina Tábua de Entrada em Invalidez - RGPS 1992-2002 Empregados Unisex Suavizada em 55% Taxa real anual de juros - 5,50% a.a.	Tábua de Mortalidade - AT-2000 Basic Masculina Tábua de Entrada em Invalidez - RGPS 1992-2002 Empregados Unisex Suavizada em 55% Taxa de Juros Anual - 5,50% a.a.
	Fator de determinação do valor real ao longo do tempo: Salários/Benefícios do Plano - 99% Tábua de Rotatividade - 3% a.a. até 55 anos	Capacidade Salarial/Capacidade Benefícios Concedidos - 0,99 Rotatividade - 3% a.a. até 55 anos
	Projeção de Crescimento real de salário - 2% a.a. até 55 anos	Crescimento Salarial - 2% a.a. até 55 anos
Subplano Renda	Tábua de Mortalidade Geral e de Inválidos - AT-2000 Basic Masculina Taxa real anual de juros - 5,50% a.a.	Tábua de Mortalidade - AT-2000 Basic Masculina Taxa de Juros Anual - 5,50% a.a.
	Fator de determinação do valor real ao longo do tempo: Salários - N.A Fator de determinação do valor real ao longo do tempo: Benefícios do Plano (Rendas Vitalícias) - 99%	Capacidade Salarial - N.A
	Projeção de Crescimento real de salário/ Tábua de Rotatividade - N.A	Capacidade dos Benefícios Vitalícios já Concedidos - 0,99 Crescimento salarial/Rotatividade - N.A
Plano Valiaprev Subplano Risco	Tábua de Mortalidade Geral e de Inválidos - AT-2000 Basic Masculina	Tábua de Mortalidade - AT-2000 Basic Masculina
	Tábua de Entrada em Invalidez - RGPS 1992-2002 Empregados Unisex Suavizada em 55% Taxa real anual de juros - 5,50% a.a.	Tábua de Entrada em Invalidez - RGPS 1992-2002 Empregados Unisex Suavizada em 55% Taxa de juros anual - 5,50% a.a.
	Fator de determinação do valor real ao longo do tempo: Salários/Benefícios do Plano - 99% Projeção de Crescimento real de salário - 2% a.a. até 55 anos	Capacidade Salarial/Capacidade Benefícios Concedidos - 0,99 Crescimento Salarial - 2% a.a. até 55 anos
	Tábua de Rotatividade - 3% a.a. até 55 anos	Rotatividade - 3% a.a. até 55 anos

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do património social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

	2016	2015
Subplano Renda	Tábua de Mortalidade Geral e de Inválidos - AT-2000 Basic Masculina	Tábua de Mortalidade - AT-2000 Basic Masculina Taxa de Juros Anual - 5,50% a.a.
	Taxa real anual de juros - 5,50% a.a. Fator de determinação do valor real ao longo do tempo: Salários - N.A	Capacidade Salarial - N.A
	Fator de determinação do valor real ao longo do tempo: Benefícios do Plano (Rendas Vitalícias) - 99% Projeção de Crescimento real de salário/Tábua de Rotatividade - N.A	Capacidade dos Benefícios Vitalícios já Concedidos - 0,99 Crescimento salarial/Rotatividade - N.A
Plano Cenibra	Tábua de Mortalidade Geral - AT-2000 Basic Masculina	Tábua de Mortalidade - AT-2000 Basic Masculina
	Taxa real anual de juros - 5,50% a.a. Fator de determinação do valor real ao longo do tempo: salários - N.A	Taxa de Juros Anual - 5,50% a.a. Capacidade Salarial - N.A
	Fator de determinação do valor real ao longo do tempo: Benefícios do Plano (Concedidos) - 99% Projeção de Crescimento real de salário/Tábua de Rotatividade - N.A	Capacidade dos Benefícios Concedidos - 0,99 Crescimento salarial/Rotatividade - N.A
Plano Vale Fertilizantes	Tábua de Mortalidade Geral - AT-2000 Basic Masculina	Tábua de Mortalidade - AT-2000 Basic Masculina
	Tábua de Entrada em Invalidez - RGPS 1992-2002 Empregados Unisex Suavizada em 55% Taxa real anual de juros - 5,00% a.a. Fator de determinação do valor real ao longo do tempo: Salários - 99% Benefícios do Plano - N.A.	Tábua de Entrada em Invalidez - RGPS 1992-2002 Empregados Unisex Suavizada em 55% Taxa de Juros Anual - 5,00% a.a. Capacidade Salarial - 0,99 Capacidade dos Benefícios Concedidos - N.A
	Projeção de Crescimento real de salário - 2% a.a. até 55 anos Tábua de Rotatividade - 3% a.a. até 55 anos	Crescimento salarial - 2% a.a. até 55 anos Rotatividade - 3% a.a. até 55 anos

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

O impacto no resultado da gestão previdencial – constituições/reversões de provisões atuariais consolidadas – está demonstrado abaixo:

(em milhares de reais)

	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	BENEFÍCIOS A CONCEDER	PROVISÕES A CONSTITUIR	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2014	10.020.166	3.379.668	(858)	13.398.976
Apropriação ao resultado	961.832	327.892	120	1.289.844
Saldos em 31 de dezembro de 2015	10.981.998	3.707.560	(738)	14.688.820
Apropriação ao resultado	760.467	537.259	179	1.297.905
Saldos em 31 de dezembro de 2016	11.742.465	4.244.819	(559)	15.986.725

15.1 - Taxa de juros

Plano de Benefício Definido

No estudo para atendimento da Instrução Normativa Previc 23 (IN23), elaborado pela consultoria Willis Towers Watson, não foram observados cenários estocásticos em que a taxa de juros do Plano BD ficasse abaixo de 5,00% no horizonte do estudo. Note-se que a carteira de investimentos do Plano de Benefício Definido conta com ativos indexados à inflação nos segmentos de Renda Fixa, Imóveis e Operações com Participantes, com taxas de retorno reais de longo prazo superiores a 5% a.a., em montante que supera o valor presente dos benefícios futuros. A taxa de retorno de 5,00% a.a. representa manutenção da taxa, já utilizada no exercício anterior.

15.2 - Cálculo de juros atuarial para o exercício de 2016

A Willis Towers Watson foi contratada pela VALIA para desenvolver estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios. Foram utilizados os fluxos de benefícios e contribuições do plano, elaborados com as hipóteses recomendadas pelos estudos de aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras de 2015, segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 50% (intervalo de confiança mínimo exigido pela Instrução nº 23/2015), suporte para a adoção da taxa real de juros para os planos de benefícios. Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria PREVIC nº 186/2016.

O resultado do estudo mostrou que a taxa real de juros a ser utilizada na avaliação atuarial de 2016 está aderente à rentabilidade esperada da alocação estratégica dos ativos garantidores da parcela de benefício definido dos planos.

O quadro a seguir resume a taxa de juros real anual de cada plano de benefícios e do Abono Complementação, fundamentada pelo referido estudo e utilizada na avaliação atuarial de 31 de dezembro de 2016, bem como a duração do passivo e os limites estabelecidos pela legislação:

(em milhares de reais)

PLANO	DURATION 2016 ¹	DURATION 2015 ² PORTARIA 708 / 2015	LIMITES PORTARIA 186 / 2016	TAXA MÁXIMA DO ESTUDO IN23 / 2016	TAXA DE JUROS UTILIZADA 31/12/2016
Benefício Definido	9,99	10,09	Limite Inferior: 4,33% Limite Superior: 6,59%	5,95%	5,00%
Cenibra	8,65	8,85	Limite Inferior: 4,33% Limite Superior: 6,58%	6,39%	5,50%
Vale Mais	13,27	13,15	Limite Inferior: 4,35% Limite Superior: 6,62%	6,04%	5,50%
Vale Fertilizantes	9,73	8,28	Limite Inferior: 4,32% Limite Superior: 6,57%	6,39%	5,00%
Valiaprev	16,35	19,94	Limite Inferior: 4,38% Limite Superior: 6,65%	5,86%	5,50%
Abono Complementação	7,97	8,14	Limite Inferior: 4,31% Limite Superior: 6,56%	6,45%	5,50%

¹ Utilizada na apuração da reserva de contingência de 31/12/2016.

² Utilizada no estudo de fundamentação da taxa de juros de 2016 (IN 23).

16 - Fundos

Os fundos são constituídos tomando por base a sua natureza e finalidade. A Valia consignou em seu balanço os seguintes fundos:

- Fundo previdencial - Conforme o art. 5º da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, na constituição de fundos previdenciais e na manutenção dos já existentes, observada a estrutura técnica do plano de benefícios, cabe ao atuário responsável a indicação de sua fonte de custeio e de sua finalidade, que deverá guardar relação com um evento determinado ou com um risco identificado, avaliado, controlado e monitorado. Os saldos apresentados no balanço de 2016 referem-se aos Fundos para Desvios de Sinistralidade e Alterações de Hipóteses; Superávit - 2012 e Superávit - 3 (Plano de Benefício Definido), Superávit - 2016 (Plano Cenibra), além dos Fundos Valesul, Albrás e FCA (Plano Valiaprev), todos previstos nas notas técnicas atuariais dos planos de benefícios.

O Fundo Previdencial do Abono Complementação não sofreu alteração, pois ele vem sendo mantido em seu valor nominal de R\$ 97.495 desde o exercício de 2010 para cobrir eventuais perdas atuariais e financeiras. Uma vez que não houve resultado negativo de 2015 para 2016, tal fundo não teve variação.

(em milhares de reais)

	2016	2015	VAR. (%)
Abono Complementação			
Outros - previsto em nota técnica atuarial	97.495	97.495	-
FDSA (*)	97.495	97.495	-
Benefício Definido			
Revisão do plano	865.396	208.543	314,97
Distribuição de superávit - 2012	59.779	208.543	(71,33)
Distribuição de superávit - 3 (nota 17.1)	805.617	-	100,00
Cenibra			
Outros - previsto em nota técnica atuarial	15.424	6.178	149,66
FDSA (*)	6.304	6.178	2,04
Distribuição de superávit - 2016 (nota 17.2)	9.120	-	100,00

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

	2016	2015	VAR. [%]
Vale Mais			
Outros - previsto em nota técnica atuarial	347.213	314.087	10,55
FDSA (*)	347.213	314.087	10,55
Vale Fertilizantes			
Outros - previsto em nota técnica atuarial	273	233	17,17
FDSA (*)	273	233	17,17
Valiaprev			
Outros - previsto em nota técnica atuarial	40.497	34.237	17,97
FDSA (*)	26.290	19.746	33,14
Fundo Valesul	4.063	3.562	14,07
Fundo Albras	10.045	10.842	(7,35)
Fundo FCA Risco	99	87	13,79
Total	1.366.298	660.775	106,77

(*) Fundos para desvios de sinistralidade e alterações de hipóteses.

- **Fundo administrativo** - É constituído por resultado líquido do custeio administrativo adicionado ao rendimento dos investimentos da gestão administrativa, que objetiva cobrir as despesas administrativas a serem realizadas pela Valia na administração dos planos de benefícios previdenciais, na forma de seus regulamentos, considerando o limite mínimo relativo ao saldo do ativo permanente. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo deste fundo era de R\$ 378.926 (R\$ 325.963 em 2015).
- **Fundo de investimento** - Fundo de Auto Seguro de Empréstimos (ASE), constituído para fazer face a eventos incertos ou que independam de atos sob a gestão da Valia, com impacto negativo sobre a rentabilidade da carteira de Empréstimos e Financiamentos. O saldo deste fundo é constituído pelos valores mensalmente apurados conforme percentual destinado a seguro da taxa de empréstimos.

Em 2016, mediante a avaliação da rentabilidade anual da carteira, da não consolidação do cenário desafiador esperado e da melhora na eficiência da cobrança de inadimplência, foi revertido integralmente o saldo deste fundo.

As variações comentadas anteriormente estão demonstradas como segue:

(em milhares de reais)

	FUNDOS PREVIDENCIAIS	FUNDO ADMINISTRATIVO	FUNDO INVESTIMENTO	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2014	733.702	279.165	500	1.013.367
Formação/Reversão de fundos	(72.927)	46.798	21.108	(5.021)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	660.775	325.963	21.608	1.008.346
Formação/Reversão de fundos	705.523	52.963	(21.608)	736.878
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.366.298	378.926	-	1.745.224

17 - Distribuição de superávit

O superávit técnico acumulado é composto pela Reserva de Contingência e pela Reserva Especial para Revisão do Plano, conforme detalhado abaixo. Sua distribuição é realizada conforme as regras da Resolução CGPC nº 26/2008.

(em milhares de reais)

	2016	2015
Reserva de Contingência		
Plano de Benefício Definido	1.578.311	1.545.879
Plano Cenibra	2.124	2.300
Plano Vale Mais	492.768	340.973
Plano Valiaprev	1.398	1.915
Plano Vale Fertilizantes	292	27
Abono Complementação	220.106	169.798
	2.294.999	2.060.892
Reserva Especial para Revisão do Plano		
Plano de Benefício Definido	53.496	473.947
Plano Cenibra	547	7.389
Abono Complementação	9.984	-
	64.027	481.336
Superávit Técnico Acumulado	2.359.026	2.542.228

A revisão do plano de benefícios é obrigatória após o decurso de três exercícios consecutivos, que consiste em a Entidade determinar as condições, as formas e os prazos para a utilização da reserva especial, desta forma, houve revisão do Plano de Benefício Definido em exercícios anteriores. No encerramento do exercício de 2016, a Valia transferiu, de forma segregada, para os Fundos Previdenciais os valores atribuíveis à distribuição dos planos Benefício Definido e Cenibra, visto ser o terceiro ano consecutivo de acumulação da Reserva Especial, conforme requerido pela norma aplicável.

As alterações recentes da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, estabeleceram novas condições e procedimentos a serem observados na destinação do superávit técnico. Abaixo está apresentada a memória de cálculo desta destinação, baseada nos critérios aplicáveis.

(em milhares de reais)

		PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	PLANO CENIBRA
Superávit acumulado até 31/12/2016 - antes das destinações	(a)	2.437.424	11.791
(-) Constituição da Reserva de Contingências	(b)	(1.578.310)	(2.124)
(=) Saldo remanescente após constituição da reserva de contingências	(c)	859.114	9.667
(-) Dedução da parcela da reserva que não é passível de distribuição e permanece na reserva especial	(d)	(53.496)	(547)
(=) Reserva especial suscetível de distribuição, valor transferido para constituição dos Fundos Previdenciais (*)	(e)=(c)-(d)	805.618	9.120

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

(a) Apresenta o total do superávit acumulado em 31/12/2016 antes das destinações;

(b) A reserva de contingência deve corresponder ao valor de 25% das provisões matemáticas do plano ou ao valor da seguinte fórmula: “[10% + (1% x duração do passivo do plano)] x Provisão Matemática”, dos dois, o que for menor. Para ambos os planos o menor valor foi o calculado com base na fórmula, considerando as durações de 9,99 anos para o Plano de Benefício Definido e 8,65 anos para o Plano Cenibra;

(c) Após a constituição da reserva de contingência, os recursos excedentes serão empregados na constituição da reserva especial para a revisão do plano de benefícios, conforme o artigo 8º da Resolução CFGPC 26/2008. Porém, conforme o § 2º do artigo 9º desta mesma Resolução, anteriormente à destinação deverão ser deduzidos da reserva especial, para fins de cálculo do montante a ser destinado, os valores correspondentes à diferença entre as provisões matemáticas calculadas com as hipóteses efetivamente adotadas pelo plano (apresentadas na nota 1.5) e aquelas calculadas com as seguintes hipóteses da norma, abaixo transcritas:

I - tábua biométrica que gere expectativas de vida completa iguais ou superiores às resultantes da aplicação da Tábua AT-2000 Suavizada em 10% (dez por cento), observado o disposto nos subitens 2.1 e 4.8 do Regulamento Anexo à Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006;

II - Taxa máxima de juros real anual correspondente ao teto estabelecido no item 4 do Regulamento Anexo à Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, para o respectivo plano de benefícios, reduzida em um ponto percentual.

Por consequência da aplicação de tais hipóteses, a apuração da reserva especial para revisão do plano também é impactada, considerando as novas durações de 10,2 anos para o Plano de Benefício Definido e 8,71 anos para o Plano Cenibra.

(d) Após a apuração da Provisão Matemática de acordo com a letra c, é apurado o valor passível de destinação que é transferido para os fundos previdenciais. O saldo remanescente que não é passível de destinação permanece na Reserva Especial para revisão do plano.

(*) O detalhamento de todos os fundos previdenciais dos planos de benefícios estão apresentados na nota explicativa 16, incluindo aqueles constituídos com intuito de distribuição do superávit.

17.1 - Plano de Benefício Definido

A. Fundo de Distribuição de Superávit (“Fundo Superávit 1”)

Em março de 2010, a PREVIC aprovou as alterações do Regulamento do Plano BD, considerando as adaptações ao disposto na Resolução CGPC nº 26/2008 e Instrução SPC nº 28/2008, que estabeleceram a permanência do percentual de 25% aplicado sobre a suplementação líquida mensal de janeiro de cada ano. Este critério perdura condicionado à existência de recursos no Fundo de Distribuição do Superávit.

Em novembro de 2010, a PREVIC aprovou as alterações do Regulamento do Plano BD, pela portaria nº 897, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 17/11/2010, considerando que adicionalmente ao pagamento do percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o benefício líquido de contribuição à Valia para a obtenção do valor da rubrica “distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)”, no mês de junho de cada exercício, em caráter extraordinário e transitório, condicionado à existência de recursos no Fundo de Distribuição do Superávit, o pagamento de um abono correspondente a três vezes o valor do benefício líquido de contribuição para a Valia, denominado “abono de distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)”.

Em 2011, na forma do regulamento do Plano de Benefício Definido, foi realizado o pagamento do percentual de 25% aplicado sobre a suplementação líquida mensal de janeiro de 2011. Adicionalmente a este pagamento, no mês de junho, em caráter extraordinário e transitório, foi pago um abono correspondente a três vezes o valor do benefício líquido de contribuição para a Valia, denominado “abono de distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)”. Estes critérios são condicionados à existência de recursos no Fundo de Distribuição do Superávit.

A PREVIC aprovou as alterações do Regulamento do Plano BD, pela portaria nº 77, publicada no DOU de 15/02/2012, considerando que adicionalmente ao pagamento do percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o benefício líquido de contribuição para a Valia para a obtenção do valor da rubrica “distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)”, para o ano de 2012 um abono, pago extraordinariamente em março (30 dias a partir de sua aprovação), e outro abono pago em junho de 2012, ambos correspondentes a três vezes o valor do benefício líquido de contribuição para a Valia, denominado “abono de distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)”. Para o ano de 2013 em diante, no mês de junho de cada ano, enquanto perdurar o Fundo de Distribuição do Superávit, seria efetuado o pagamento de um abono correspondente a seis vezes o valor do benefício líquido de contribuição para a Valia, denominado “abono de distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)”.

B. Fundo de Distribuição de Superávit 2012 (“Fundo Superávit 2”)

Em 2012, considerando que o superávit do Plano de Benefício Definido ultrapassava 25% das provisões matemáticas, foi constituída a reserva especial para revisão do plano pelo terceiro ano consecutivo, já considerando as hipóteses mínimas (tábua de mortalidade AT-2000 com juros de 5% a.a.) previstas na Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008. Ainda de acordo com a Resolução, a revisão do plano de benefícios é obrigatória. O Conselho Deliberativo decidiu transferir os recursos da reserva especial para um novo fundo previdencial de distribuição de superávit - 2012 e encomendou a realização de estudo específico para determinação da distribuição e destinação desse novo superávit no exercício de 2013.

Em dezembro de 2013, com base na Resolução CNPC nº 10, de 19 de dezembro de 2012, que alterou a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, foram alteradas as hipóteses mínimas (tábua de mortalidade AT-2000 suavizada em 10% com juros de 4,75% a.a.) e apurado novo superávit do Plano de Benefício Definido, que ultrapassa 25% das provisões matemáticas e foi revisto o valor da reserva especial para revisão do plano (fundo previdencial de distribuição de superávit - 2012).

Na reunião de 18 de setembro de 2013, o Conselho Deliberativo aprovou a alteração do Regulamento para contemplar a nova distribuição de superávit:

- “Superávit 1”: antecipar o seu pagamento de modo a extinguir o Fundo de Distribuição de Superávit, que vinha sendo distribuído sob a forma de parcela mensal (“distribuição de superávit (art. 20 da LC 109/2001)”) e de abono anual.
- “Superávit 2”: iniciar a distribuição dos valores registrados no Fundo de Distribuição de Superávit 2012, através do pagamento mensal do percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o benefício líquido de contribuição para a Valia.

Em 2014, o abono de distribuição de superávit, correspondente a seis vezes o valor do benefício líquido de contribuição para a Valia, foi pago no mês de janeiro. Os pagamentos mensais de 25% foram mantidos, da mesma forma como definidos desde 2007, ambos até a exaustão do Fundo de Distribuição do Superávit, bem como enquanto persistirem as condições legais e regulamentares para a sua concessão.

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

A alteração regulamentar foi aprovada pela Portaria nº 95, de 25/02/2014, publicada no DOU de 26/02/2014, sendo extinto o Fundo de “Superávit 1” no pagamento da FOPAG de março/2014.

Em 2015 e 2016, foi mantido o pagamento mensal do percentual de 25% sobre o benefício líquido de contribuição para a Valia, considerando que ele continuará até a exaustão do Fundo de Distribuição do Superávit, bem como enquanto persistirem as condições legais e regulamentares para a sua concessão.

C. Fundo de Distribuição de Superávit - 3

Mediante a previsibilidade de que o plano BD constituiria reserva especial no exercício a findar em 31/12/2016 pelo terceiro exercício seguido, na reunião de 23 de novembro de 2016 o Conselho Deliberativo aprovou, por unanimidade, a alteração do Regulamento do Plano de Benefício Definido para contemplar nova distribuição de superávit. Esta alteração foi encaminhada em 27/12/2016 à PREVIC para aprovação.

A reserva especial suscetível à distribuição foi integralmente transferida para a constituição de fundo previdencial para distribuição de superávit, denominado de “Fundo de Distribuição de Superávit 3”, na forma da Seção III do Regulamento. Tal constituição está estruturada em linha com os princípios estabelecidos pela Resolução CGPC nº 26/2008 e suas alterações.

Conforme alteração regulamentar proposta, será instituída também a eventual distribuição de superávit, adicionalmente ao pagamento de 25% previsto na alínea “c” do artigo 144, através de pagamento de “Abono de Distribuição de Superávit - Fundo 3”, expresso em função do valor do benefício líquido de contribuição para a VALIA condicionado:

- (i) à avaliação, pelo Conselho Deliberativo, de estudos técnicos apresentados pela Diretoria Executiva que indiquem a existência de saldo suficiente para suportar o pagamento previsto na alínea “c” do art. 144 pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) meses, enquanto perdurar o “Fundo de Distribuição do Superávit 3”;
- (ii) à observância da recomposição da Reserva de Contingência prevista na legislação vigente.

A proposta de alteração contemplou também a quitação do “Fundo de Distribuição de Superávit 2012”, mencionado na alínea “b” desta nota, quando oportunamente avaliada e aprovada pelo Conselho Deliberativo. Tal quitação se dará, para os participantes assistidos, por meio de pagamento do benefício a que tem direito e, para os participantes ativos e patrocinadores, através da transferência dos recursos remanescentes para o “Fundo de Distribuição de Superávit 3”.

Os valores pagos a título de distribuição de superávit são registrados no grupo “Outras deduções” na Gestão Previdencial.

17.2 - Plano Cenibra

No encerramento do exercício de 2016, verificou-se o registro de Reserva Especial pelo terceiro ano consecutivo no Plano Cenibra. Em linha com os princípios estabelecidos pela Resolução CGPC nº 26/2008, a reserva especial suscetível de distribuição foi integralmente transferida para a constituição de fundo previdencial para distribuição de superávit, denominada de “Fundo de Distribuição de Superávit 2016”, conforme demonstrado no quadro apresentado no início desta nota explicativa.

Relativamente à forma de distribuição do Fundo de Distribuição de Superávit 2016, em 17/11/2016 a Valia protocolou na PREVIC consulta sobre o Plano Cenibra (expediente DIRS-CEX-100040/2016) - “Estudo de Destinação de Superávit - Avaliação Atuarial de 31.12.2015 - Instrução PREVIC nº 04”, e até a emissão destas demonstrações contábeis o assunto ainda está em discussão com o referido órgão.

18 - Partes relacionadas

Conforme CPC 05 - Partes Relacionadas, as transações com partes relacionadas e saldos existentes com outras entidades de grupo econômico devem ser divulgadas nas demonstrações contábeis da Entidade.

As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições compatíveis com as praticadas com terceiros.

A. Investimentos no patrocinador Vale S.A.

A Valia possuía ativos da Vale em suas carteiras de investimentos (gestão própria e terceirizada) com as seguintes posições de encerramento de exercício: (em milhares de reais)

	2016	2015	VAR. (%)
Benefício Definido			
Debênture Vale (CVRD6)	177	165	7,27
VALE3	12.825	1.532	737,14
VALE5	15.695	1.596	883,40
Total	28.697	3.293	771,45
Vale Mais			
Debênture Vale (CVRD6)	12	11	9,09
VALE3	12.500	4.897	155,26
VALE5	15.511	5.101	204,08
Total	28.023	10.009	179,98
Valiaprev			
VALE3	1.320	639	106,57
VALE5	1.640	665	146,62
Total	2.960	1.304	126,99
Vale Fertilizantes			
VALE3	97	46	110,87
VALE5	120	47	155,32
Total	217	92	135,87
Total Geral	59.897	14.698	307,52

As variações entre os exercícios contemplam a valorização dos papéis bem como aquisições e vendas ocorridas ao longo do ano de 2016.

B. Imóveis Locados a Patrocinador Vale S.A.

Em 21/03/2016 ocorreu o destrato da locação do imóvel Edifício Barão de Mauá, locado pela Vale, onde era sua sede. Este imóvel, conforme nota 7, encontra-se em obras de reforma de grande porte.

(em milhares de reais)

	2016	2015	VAR. (%)
Receita de Aluguel			
Edifício Barão de Mauá	2.973	16.117	(81,55)

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

19 - Consolidação das demonstrações contábeis

Os valores das rubricas "Custeio Administrativo de Investimento" (1.2.2.1.99.01) e "Custeio Administrativo" (2.1.1.9.03), que apresentam os recursos a transferir dos planos de benefícios para custeio dos gastos administrativos, oriundos da taxa administrativa de empréstimo ou ainda da necessidade de cobertura de gastos administrativos, sofrem o referido ajuste na demonstração consolidada.

Os valores das rubricas "Reserva de Contingência" e "Reserva para Revisão do Plano", apurados individualmente por plano, também são ajustados na demonstração consolidada da Fundação, garantindo, assim, uma posição consolidada do Equilíbrio Técnico da Fundação.

Objetivando a evidenciação da participação dos planos de benefícios no Plano de Gestão Administrativa, as rubricas desta referida participação (1.2.2.3 e 2.3.2.2) também são ajustadas na demonstração consolidada. Segue quadro resumo dos referidos ajustes de consolidação:

(em milhares de reais)

RUBRICA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	2016	2015	VAR. (%)
Ativo				
1.2.2.1.99	Outros Recursos a Receber	2.977	3.378	(11,87)
1.2.2.3	Participação no PGA	378.926	325.963	16,25
Total		381.902	329.341	15,96
Passivo				
2.1.1.9	Outras Exigibilidades	(2.977)	(3.378)	(11,87)
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	64.027	481.336	(86,70)
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão do Plano	(64.027)	(481.336)	(86,70)
2.3.2.2	Fundos Administrativos	378.926	325.963	16,25
Total		381.902	329.341	15,96

20 - Eventos subsequentes

(a) A Valia recebeu em 9 de janeiro de 2017 a notificação da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário das debêntures da Andrade Gutierrez, sobre a liquidação antecipada destes títulos. O montante de R\$ 44.320 foi resgatado nesta mesma data, relativo ao valor dos títulos calculados na curva.

(b) A PREVIC encaminhou resposta à consulta DIRS-CEX-100040/2016, através do Ofício nº 65/2017/PREVIC, de 12/01/2017, referente à distribuição do Superávit do Plano Cenibra. A Valia reuniu-se com a PREVIC em 09/02/2017 para esclarecimentos adicionais ao teor do referido Ofício e encaminhará pedido de reconsideração à PREVIC com relação à consulta formulada.

(c) Em 10/02/2017 foi publicada no Diário Oficial da União, através da portaria nº 100, a aprovação das alterações propostas ao Regulamento do Plano de Benefício Definido, citadas na letra c da nota 17.1.

Maria Eudoxia Monteiro de Barros Gurgel
Diretora-Superintendente
CPF: 003.438.267-47

Maurício da Rocha Wanderley
Diretor de Investimentos e Finanças
CPF: 001.911.777-92

Maria Elisabete Silveira Teixeira
Diretora de Seguridade
CPF: 860.851.237-87

Fernanda Alves Gouvêa
Contadora-Geral - CRC-RJ 105.083/O-0
CPF: 088.660.857-07

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial**
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

6.9 - Parecer atuarial / Plano de Benefício Definido

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2016 do Plano de Benefício Definido (Plano BD) da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia, utilizamos o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade posicionado em 30/06/2016.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2016.

Após a análise detalhada dos dados e correções feitas pela Entidade e por suas patrocinadoras, verificamos que eles estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria PREVIC nº 95, publicada no DOU de 26/02/2014.

O Plano BD era oferecido a todos os empregados das patrocinadoras, estando atualmente na condição de plano fechado a novas adesões e em extinção.

1 - Estatísticas

BENEFÍCIOS A CONCEDER	30/06/2016
Participantes ativos (neste plano não há autopatrocinados)	
- Número	12
- Idade média (em anos)	56,3
- Tempo de serviço médio (em anos)	32,1
- Salário médio mensal ¹ (em reais)	4.297
- Folha salarial anual ¹ (em reais)	670.280
Participantes em aguardo de benefício proporcional²	
- Número	2
- Idade média (em anos)	52,3

¹ Considera os salários no conceito de Pico e Capacidade.

² Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido.

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	30/06/2016
Aposentados por Idade, Tempo de Serviço	
- Número	7.173
- Idade média (em anos)	69,3
- Valor médio do benefício ¹ (em reais)	4.418
Aposentados Especial	
- Número	2.616
- Idade média (em anos)	76,4
- Valor médio do benefício ¹ (em reais)	2.799
BPD Recebendo	
- Número	4
- Idade média (em anos)	55,3
- Valor médio do benefício ¹ (em reais)	959
Aposentados por Invalidez	
- Número	827
- Idade média (em anos)	64,0
- Valor médio do benefício ¹ (em reais)	1.892
Pensionistas (grupos familiares)	
- Número	5.446
- Idade média (em anos)	69,9
- Valor médio do benefício ¹ (em reais)	1.579

¹ Considera os benefícios no conceito de Pico e Capacidade.

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

2 - Hipóteses e métodos atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a Valia e conta com o aval das patrocinadoras do Plano BD, conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23 de 26/06/2015.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

HIPÓTESES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS	2016	2015
Taxa real anual de juros	5,00%	5,00%
Pico dos Salários (IPC-BR)	6,20% ¹	7,04%
Pico dos Benefícios (INPC)	4,60% ²	5,99%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
– Salários / Benefícios do Plano	99%	99%

¹ IPC-BR acumulado de novembro de 2015 a maio de 2016.

² INPC acumulado de janeiro a maio de 2016.

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E DEMOGRÁFICAS	2016	2015
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic Masculina suavizada em 10%	AT-2000 Basic Masculina suavizada em 10%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-2000 Basic Masculina suavizada em 10%	AT-2000 Basic Masculina suavizada em 10%
Entrada em Invalidez	RGPS 1992-2002 Empregados Unissex suavizada em 55%	RGPS 1992-2002 Empregados Unissex suavizada em 55%

OUTRAS HIPÓTESES	2016	2015
Composição familiar (H _x e C _x)		
– Ativos e Aposentados	Experiência Valia	Experiência Valia
Idade na data de aposentadoria	Considera as carências de tempo de empresa, tempo de Valia, aposentadoria por tempo de serviço aos 30/35 anos de tempo de vinculação à Previdência Social ou por idade aos 60/65 anos, sem conversão de tempo exercido em atividade sujeita à aposentadoria especial.	Considera as carências de tempo de empresa, tempo de Valia, aposentadoria por tempo de serviço aos 30/35 anos de tempo de vinculação à Previdência Social ou por idade aos 60/65 anos, sem conversão de tempo exercido em atividade sujeita à aposentadoria especial.
Tempo de Vinculação à Previdência Social	Sem conversão de tempo exercido em atividade sujeita à aposentadoria especial.	Sem conversão de tempo exercido em atividade sujeita à aposentadoria especial.

Foi realizado em 2015 estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender aos dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012 e a Instrução nº 23, de 26/06/2015. Nessa ocasião foram analisadas as seguintes hipóteses:

- Mortalidade de Válidos;
- Entrada em Invalidez;
- Fator de Determinação do Valor Real de Salários e Benefícios (capacidade).

Além disso, em 2016 foi realizado estudo de aderência para a taxa real de juros.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

2.1 - Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23 de 26/06/2015, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a convergência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson foi contratada pela Valia para desenvolver tal estudo utilizando os fluxos de benefícios e contribuições do plano, elaborados com as hipóteses recomendadas pelos estudos de aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras de 2015, segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 50% (intervalo de confiança mínimo exigido pela instrução nº 23/2015), suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,95% a.a. para o plano de benefícios. Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 186/2016 para esse plano (limite inferior: 4,33% a.a.; e limite superior: 6,59% a.a.). Não foram observados cenários estocásticos em que a TIR ficasse abaixo de 5% a.a. (taxa adotada na avaliação de 2015).

O resultado do estudo mostrou que a taxa real de juros de 5,00% a.a. a ser utilizada na avaliação atuarial de 2016 está aderente à rentabilidade esperada da alocação estratégica dos ativos garantidores da parcela de benefício definido do plano.

Tendo em vista a constituição da Reserva Especial por três exercícios consecutivos, para a destinação obrigatória em 31/12/2016 foi considerada a taxa de juros de 4,95% a.a. para apuração do montante a ser alocado no Fundo de Distribuição de Superávit, seguindo o entendimento da Valia. Essa taxa é um ponto percentual abaixo da taxa apurada no estudo de aderência da taxa de juros considerando o intervalo de confiança de 50%, conforme disposto no Art. 9º da Resolução CGPC nº 26/2008.

2.2 - Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerão durante o período de 12 meses.

Foi mantido o fator de 99% para os salários e benefícios.

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

2.3 - Hipóteses biométricas e demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas entre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis da massa de participantes do Plano de Benefício Definido, foram realizados no exercício de 2015 estudos de aderência de hipóteses que contemplaram a massa de participantes de todos os planos da Valia. As hipóteses biométricas e demográficas utilizadas na avaliação de 2016 são as indicadas por esse estudo.

2.4 - Regime financeiro e métodos atuariais

- Regime Financeiro Capitalização: todos os benefícios;
- Método de Capitalização Agregado: todos os benefícios.

O Método Agregado tem a característica de estabelecer a necessidade atuarial quando se compara o Valor Presente dos Benefícios, dos participantes ativos e assistidos, diante do patrimônio acumulado. É considerado um método de capitalização aplicável a populações maduras e estacionárias. A diferença obtida entre a obrigação atuarial e o patrimônio previdencial corresponde ao custo normal agregado, o qual é considerado estável para a massa de Participantes deste Plano.

2.5 - Comentários sobre métodos atuariais

O método de financiamento é adequado à natureza do plano e atende ao limite mínimo estabelecido no item 6 do Regulamento anexo à Resolução CGPC nº 18/2006.

As taxas de custeio apuradas pelo método agregado serão sempre baseadas no cenário real de participação, não cabendo variações além daquelas em virtude das alterações na massa populacional do Plano.

3 - Patrimônio social

Com base nas informações financeiras do Plano BD de 31 de dezembro de 2016, o Patrimônio Social¹ é de R\$ 10.392.703.218,58.

De acordo com as informações prestadas pela Valia para a manutenção de títulos mantidos até o vencimento (marcados na curva), o Plano de Benefício Definido possui instrumentos de controle que permitem gerenciar o monitoramento da capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes e assistidos, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do Plano de Benefícios, conforme determina a Resolução CGPC nº 04/2002.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado, tendo se baseado na informação fornecida pela Valia.

4 - Patrimônio de cobertura, provisões e fundos do plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura, das Provisões Matemáticas e dos Fundos em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

	VALORES EM R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	9.527.306.891,41
Provisões Matemáticas	7.895.500.121,07
<i>Benefícios Concedidos</i>	7.890.950.147,91
Contribuição Definida	0,00
Saldo de Conta de Assistidos	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	7.890.950.147,91
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	7.338.024.545,08
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	552.925.602,83
Valor Atual das Contribuições Futuras do(s) Patrocinador(es)	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
<i>Benefícios a Conceder</i>	4.549.973,16
Contribuição Definida	0,00
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	0,00
Saldo de Contas – Parcela Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	4.495.264,35
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	4.720.116,52
Valor Atual das Contribuições Futuras do(s) Patrocinador(es)	(189.555,44)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(35.296,73)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	54.708,81
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	57.445,33
Valor Atual das Contribuições Futuras do(s) Patrocinador(es)	(2.306,95)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(429,57)
<i>Provisão Matemática a Constituir</i>	0,00
Serviço Passado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00

6 Demonstrações financeiras

6.1 - Balanço patrimonial

6.2 - Parecer dos auditores independentes

6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social

6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa

6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada

6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos

6.7 - Demonstração de despesas administrativas

6.8 - Notas explicativas

6.9 - Parecer atuarial

6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo

6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

	VALORES EM R\$
Déficit Equacionado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
Equilíbrio Técnico	1.631.806.770,34
Resultados Realizados	1.631.806.770,34
Superávit Técnico Acumulado	1.631.806.770,34
Reserva de Contingência	1.578.310.474,20
Reserva Especial para Revisão de Plano	53.496.296,14
Déficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a Realizar	0,00
Fundos	865.396.327,17
Fundos Previdenciais	865.396.327,17
Revisão de Plano	865.396.327,17
Fundo de Distribuição do Superávit 2012	59.778.698,91
Fundo de Distribuição de Superávit 3	805.617.628,26

¹ Líquido do Fundo Administrativo.

Observamos que:

- A reserva de reversão do benefício de aposentadoria programada já concedido em pensão por morte foi contabilizada na conta “Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos”, assim como a reserva da pensão por morte concedida em função do falecimento de aposentado válido;
- A reserva de reversão do benefício de aposentadoria por invalidez já concedido em pensão por morte foi contabilizada na conta “Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos”, assim como a reserva de pensão por morte concedida em função do falecimento de aposentado inválido;
- A reserva de pensão por morte concedida em função do falecimento de participante ativo foi registrada na conta “Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos”;

• A reserva de reversão do benefício de aposentadoria programada a conceder em pensão por morte foi contabilizada na conta “Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado”;

• A reserva de reversão do benefício de aposentadoria por invalidez a conceder em pensão por morte foi contabilizada na conta “Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado”, assim como a reserva de pensão por morte a conceder de participante ativo.

O Fundo de Distribuição do Superávit 2012 foi constituído em 31/12/2012 com o Superávit apresentado acima de 25% das Reservas Matemáticas desde 2010.

Para fins da distribuição do Fundo mencionado acima foram identificados os montantes atribuíveis aos participantes e assistidos, de um lado, e aos patrocinadores, de outro, na proporção das contribuições normais no período da constituição do superávit.

Conforme previsto no Regulamento aprovado pelo Ofício nº 771/CGAT/DITEC/PREVIC, de 25.02.2014, Portaria nº 95, publicada no DOU de 26/02/2014, o fundo está sendo utilizado, desde o exercício de 2014, para redução de contribuição normal mensal dos participantes não assistidos e patrocinadores em valor equivalente a 3% do salário de participação e para os assistidos e beneficiários um pagamento mensal correspondente a 25% sobre o valor do benefício líquido de contribuição para a Valia.

Tendo em vista a constituição da Reserva Especial por três exercícios consecutivos em 31/12/2016, foi constituído o Fundo de Distribuição de Superávit 3 com a transferência integral da Reserva Especial acima da Reserva de Contingência apurada com a taxa de juros de 4,95% e a duration de 10,02 anos. O valor remanescente contabilizado na Reserva Especial em 31/12/2016 refere-se à diferença entre o valor da Reserva Especial apurada com as hipóteses efetivamente adotadas pelo plano e a Reserva destinada.

Tal constituição está estruturada em linha com os princípios estabelecidos pela Resolução CGPC nº 26/2008 e suas alterações.

O Conselho Deliberativo aprovou a alteração do Regulamento do Plano de Benefício Definido para contemplar nova distribuição de superávit. Esta alteração foi encaminhada à PREVIC para aprovação.

A alteração proposta teve como principal foco disciplinar a regra de destinação da reserva especial, constituída no fechamento do exercício de 2016, e a ser constituída nos exercícios subsequentes ao ano de 2016. A metodologia utilizada para a referida destinação segue princípios semelhantes ao aplicado para a destinação dos excedentes apurados nos resultados da avaliação atuarial de 2012 (“Fundo de Distribuição de Superávit 2012” – metodologia aprovada pelo órgão governamental através do Ofício nº 771/CGAT/DITEC/PREVIC, de 25/02/2014, e da Portaria nº 95, publicada no DOU de 26/02/2014).

A alteração contemplou também a quitação do “Fundo de Distribuição de Superávit 2012”, quando oportunamente avaliada e aprovada pelo Conselho Deliberativo. Tal quitação se dará, para os participantes assistidos, por meio de pagamento do benefício a que tem direito e, para os participantes ativos e patrocinadores, através da transferência dos recursos remanescentes para o “Fundo de Distribuição de Superávit 3”.

Para fins da distribuição do Fundo mencionado serão identificados os montantes atribuíveis aos participantes e assistidos, de um lado, e aos patrocinadores, de outro, na proporção das contribuições normais no período da constituição do superávit após a aprovação das alterações Regulamentares encaminhadas à Previc.

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

4.1 - Reserva de contingência

De acordo com o art. 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 22/2015, o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas, ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$.

Para o Plano BD, temos:

LIMITE MÁXIMO	LIMITE PELA FÓRMULA	MENOR LIMITE
25%	$10\% + (1\% \times 9,99) = 19,99\%$	19,99%

Uma vez que o limite de 19,99% calculado pela fórmula é menor que 25% das Provisões Matemáticas, foi alocado na reserva de contingência o equivalente a R\$ 1.578.310.474,20, sendo o restante do superávit alocado em reserva especial.

Ressaltamos que se entende por Provisões Matemáticas as provisões cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

4.2 - Ajuste de precificação

Para a Avaliação Atuarial de encerramento do exercício são obrigatórios o cálculo e a aplicação do Ajuste de Precificação, conforme disposto na Resolução CNPC nº 16/2014, nas situações de equacionamento de déficit e destinação de superávit.

O valor de Ajuste de Precificação é calculado para títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento", correspondente à diferença entre o valor de tais títulos calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na Avaliação Atuarial e o valor contábil desses títulos.

A reserva especial do Plano BD foi destinada em 31/12/2016 de forma obrigatória, o Ajuste de Precificação definido na Resolução CGPC nº 26/2008 não é aplicável por se tratar de ajuste positivo.

5 - Variação do passivo atuarial

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2016 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2015 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2016.

	Valores em R\$		
	EXERCÍCIO ENCERRADO	EXERCÍCIO ANTERIOR ATUALIZADO	VARIÇÃO
Passivo Atuarial	7.895.500.121,07	7.930.179.449,90	-0,44%
<i>Benefícios Concedidos</i>	7.890.950.147,91	7.924.319.914,39	-0,42%
Contribuição Definida	0,00	0,00	0,00%
Benefício Definido	7.890.950.147,91	7.924.319.914,39	-0,42%
<i>Benefícios a Conceder</i>	4.549.973,16	5.859.535,51	-22,35%
Contribuição Definida	0,00	0,00	0,00%
Benefício Definido	4.549.973,16	5.859.535,51	-22,35%

Convém ressaltar que todo o Passivo Atuarial de R\$ 7.895.500.121,07 é atuarialmente determinado com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados. As variações apresentadas encontram-se dentro do esperado, inclusive a redução dos Benefícios a Conceder por se tratar um grupo pequeno de participantes com idades próximas à idade da aposentadoria.

Tendo em vista a natureza desse plano, as hipóteses adotadas, a movimentação da massa de participantes, consideramos aceitáveis as variações ocorridas para os benefícios definidos.

6 - Plano de custeio

6.1 - Patrocinadoras

As patrocinadoras deverão efetuar, durante o ano de 2017, as contribuições equivalentes a 20,0084% da folha de salários de participação sem limite. Esse percentual inclui o carregamento de 8% do total das contribuições para cobertura das despesas administrativas.

Das contribuições das patrocinadoras, o equivalente a 3% do salário de participação total será coberto pela reversão do Fundo de Distribuição de Superávit 2012 e pela reversão do Fundo de Superávit 3, caso o mesmo tenha sido constituído.

Adicionalmente, conforme informado pela Valia e previsto no "Contrato de Dação em Pagamento e Outros Pactos", datado de 9 de março de 2001, a Vale S.A. efetuará contribuição para o custeio administrativo equivalente à prestação mensal de R\$ 327.565,48 (moeda de 28 de fevereiro de 2001), corrigida pela variação do IGP-DI até dezembro de 2003 e posteriormente pelo INPC, e será paga até abril de 2020.

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

6.2 - Participantes

As contribuições mensais individuais dos participantes ativos e assistidos serão compostas por:

- 3% da parcela do salário ou benefício até meio teto da previdência social;
- 3,7% da parcela do salário ou benefício entre meio teto e o teto da previdência social;
- 10,7% da parcela do salário ou benefício no que exceder o teto da previdência social.

O carregamento para cobertura das despesas administrativas corresponde a 8% do total das contribuições.

Das contribuições dos participantes ativos, o equivalente a 3% do salário de participação individual será coberto pela reversão do Fundo de Distribuição de Superávit 2012 e pela reversão do Fundo de Superávit 3, caso ele tenha sido constituído.

O Plano de Custeio do Plano BD, para o exercício de 2017, deverá ser submetido e aprovado pelo conselho Deliberativo da Valia, conforme previsto no Estatuto da Fundação antes de sua entrada em vigor.

7 - Conclusão

O superávit apurado em 2016 decorreu de oscilações favoráveis ocorridas acima do esperado no exercício.

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano BD da Valia, informamos que o plano encontra-se superavitário, em conformidade com os padrões atuariais de prática.

Este parecer atuarial foi elaborado para a Valia com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2016. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo acordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a Valia em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Willis Towers Watson

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 2017.

Sátyro Florentino Teixeira Neto
MIBA nº 1.158

Adriana Gomes Rodrigues
MIBA nº 992

6.9 - Parecer atuarial / Plano Cenibra

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2016 do Plano Cenibra da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia, utilizamos o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade posicionado em 30/06/2016.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2016.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela Entidade e por sua patrocinadora, verificamos que eles estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente da patrocinadora, do administrador do plano e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pelo ofício nº 3.247/SPC/COJ de 07/11/2000.

O Plano Cenibra encontra-se fechado para novas adesões.

1 - Estatísticas

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	30/06/2016
Aposentados válidos	
- Número	33
- Idade média (em anos)	67,9
- Valor médio do benefício ¹ (em reais)	2.172
Pensionistas (grupos familiares)	
- Número	5
- Idade média (em anos)	61,0
- Valor médio do benefício ¹ (em reais)	2.206

¹ Considera os salários no conceito de Pico e Capacidade.

2 - Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a Valia e conta com o aval da patrocinadora do Plano Cenibra conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23 de 26/06/2015.

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

HIPÓTESES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS	2016	2015
Taxa real anual de juros	5,50%	5,50%
Pico dos Benefícios (IGP-M)	8,26% ⁽¹⁾	5,60%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo	99%	99%
– Benefícios do plano		

(1) IGP-M acumulado de outubro de 2015 a maio de 2016.

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E DEMOGRÁFICAS	2016	2015
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic Masculina	AT-2000 Basic Masculina

OUTRAS HIPÓTESES	2016	2015
Composição familiar		
– Benefícios concedidos	Cônjuge informado	Cônjuge informado
– Aposentados		

Foi realizado em 2015 um estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender aos dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012 e a Instrução nº 23 de 26/06/2015. Nessa ocasião foram analisadas as seguintes hipóteses:

- Mortalidade de Válidos;
- Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios (capacidade).

Além disso, em 2016 foi realizado estudo de aderência para a taxa real de juros.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

2.1 Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23 de 26/06/2015, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a convergência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson foi contratada pela Valia para desenvolver tal estudo utilizando os fluxos de benefícios e contribuições do plano, elaborados com as hipóteses recomendadas pelos estudos de aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras de 2015 e segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 50% (intervalo de confiança mínimo exigido pela instrução nº 23/2015), suporte para a adoção da taxa real de juros de 6,39% a.a. para o plano de benefícios. Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 186/2016 para esse plano (limite inferior: 4,33% a.a. e limite superior: 6,58% a.a.). Não foram observados cenários estocásticos em que a TIR ficasse abaixo de 5,50% a.a. (taxa adotada na avaliação de 2015).

O resultado do estudo mostrou que a taxa real de juros de 5,50% a.a. a ser utilizada na avaliação atuarial de 2016 está aderente à rentabilidade esperada da alocação estratégica dos ativos garantidores da parcela de benefício definido do plano.

Tendo em vista a constituição da Reserva Especial por 3 exercícios consecutivos, para a destinação obrigatória em 31/12/2016 foi considerada a taxa de juros de 5,39% a.a. para apuração do montante a ser alocado no Fundo de Distribuição de Superávit, seguindo o entendimento da Valia. Essa taxa é um ponto percentual abaixo da taxa apurada no estudo de aderência da taxa de juros considerando o intervalo de confiança de 50%, conforme disposto no Art.9º da Resolução CGPC nº 26/2008.

2.2 - Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

Foi mantido o fator de 99% para os salários e benefícios.

2.3 - Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis da massa de participantes do Plano Cenibra, foram realizados no exercício de 2015 estudos de aderência de hipóteses que contemplaram a massa de participantes de todos os planos da Valia. As hipóteses biométricas e demográficas utilizadas na avaliação de 2016 são as indicadas por esse estudo.

6 Demonstrações financeiras

6.1 - Balanço patrimonial

6.2 - Parecer dos auditores independentes

6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social

6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa

6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada

6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos

6.7 - Demonstração de despesas administrativas

6.8 - Notas explicativas

6.9 - Parecer atuarial

6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo

6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

2.4 - Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Os benefícios do plano foram avaliados pelos regimes e métodos a seguir indicados:

- Regime Financeiro Capitalização: todos os Benefícios.
- Método de Capitalização Agregado: todos os Benefícios.

O Método Agregado tem a característica de estabelecer a necessidade atuarial quando se compara o Valor Presente dos Benefícios, dos participantes assistidos, frente ao patrimônio acumulado. É considerado um método de capitalização aplicável a populações maduras e estacionárias. A diferença obtida entre a obrigação atuarial e o patrimônio previdencial corresponde ao custo normal agregado, o qual é considerado estável para a massa de Participantes deste Plano.

2.5 - Comentários sobre métodos atuariais

Os métodos de financiamento são adequados à natureza do plano e atendem ao limite mínimo estabelecido no item 6 do Regulamento anexo a Resolução CGPC nº 18/2006.

As taxas de custeio apuradas pelo método agregado serão sempre baseadas no cenário real de participação, não cabendo variações além daquelas em virtude das alterações na massa populacional do Plano.

3 - Patrimônio Social

Com base nas informações financeiras do Plano Cenibra de 31 de dezembro de 2016, o Patrimônio Social¹ é de R\$ 29.482.512,07.

De acordo com as informações prestadas pela Valia para a manutenção de títulos mantidos até o vencimento (marcados na curva), o Plano Cenibra possui instrumentos de controle que permitem gerenciar o monitoramento da capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes e assistidos, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do Plano de Benefícios, conforme determina a Resolução CGPC nº 04/2002.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Valia.

4 - Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura, das Provisões Matemáticas e dos Fundos em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

	VALORES EM R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	14.058.627,37
Provisões Matemáticas	11.388.040,60
<i>Benefícios Concedidos</i>	11.388.040,60
- Contribuição Definida	0,00

VALORES EM R\$

Saldo de Conta de Assistidos	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	11.388.040,60
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	9.544.853,50
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	1.843.187,10
<i>Benefícios a Conceder</i>	0,00
Contribuição Definida	0,00
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	0,00
Saldo de Contas – Parcela Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras do(s) Patrocinador(es)	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras do(s) Patrocinador(es)	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
<i>Provisão Matemática a Constituir</i>	0,00
Serviço Passado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Déficit Equacionado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
Equilíbrio Técnico	2.670.586,77
<i>Resultados Realizados</i>	2.670.586,77
<i>Superávit Técnico Acumulado</i>	2.670.586,77
Reserva de Contingência	2.123.869,57
Reserva Especial para Revisão de Plano	546.717,20

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

	VALORES EM R\$
Déficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a Realizar	0,00
Fundos	15.423.884,70
Fundos Previdenciais	15.423.884,70
Fundo para Desvios de Sinistralidade e Alterações de Hipóteses	6.303.886,96
Fundo de Distribuição de Superávit	9.119.997,74

¹ Líquido do Fundo Administrativo.

O Fundo para Desvio de Sinistralidade é calculado pela diferença entre a reserva atuarial calculada com as hipóteses biométricas e financeiras, e a reserva financeira considerando que o participante ou beneficiário principal permaneça vivo no plano até 110 anos.

No fechamento do exercício de 2016, verificou-se o registro de Reserva Especial pelo terceiro ano consecutivo no Plano Cenibra. Desta forma, a reserva especial destinável foi integralmente transferida para a constituição de fundo previdencial para distribuição de superávit, denominado de "Fundo de Distribuição de Superávit 2016". Tal constituição está estruturada em linha com os princípios estabelecidos pela Resolução CGPC nº 26/2008 e suas alterações.

O valor remanescente contabilizado na Reserva Especial em 31/12/2016, refere-se à diferença entre o valor da Reserva Especial apurada com as hipóteses efetivamente adotadas pelo plano e aquelas calculadas com as seguintes hipóteses:

- Tábua AT-2000 Suavizada em 10%.
- Taxa máxima de juros real anual correspondente ao teto estabelecido no item 4 do Regulamento Anexo à Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, para o respectivo plano de benefícios, reduzida em um ponto percentual.
- Duration utilizada: 8,71 anos.

Relativamente à forma de distribuição do Fundo de Distribuição de Superávit 2016, esclarecemos que em 17/11/2016 a Valia protocolou na Previc consulta sobre o Plano Cenibra (expediente DIRS-CEX-100040/2016) – "Estudo de Destinação de Superávit - Avaliação Atuarial de 31.12.2015 – Instrução Previc nº 04" e em 16/12/2016 a Valia recebeu o Ofício 50152/2016/PREVIC informando sobre a suspensão do prazo de resposta da consulta em função da complexidade da matéria e também por envolver diligências internas da Previc.

A Valia aguardará o retorno da Previc para confirmar a forma de reversão do Fundo de Distribuição de Superávit 2016 aos participantes e assistidos e ao patrocinador.

4.1 - Reserva de Contingência

De acordo com o art. 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 22/2015, o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

$$\text{Limite da Reserva de Contingência} = [10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática.}$$

Para o Plano Cenibra, temos:

LIMITE MÁXIMO	LIMITE PELA FÓRMULA	MENOR LIMITE
25%	10% + (1% x 8,65) = 18,65%	18,65%

Uma vez que o limite de 18,65% calculado pela fórmula é menor que 25% das Provisões Matemáticas, foi alocado na reserva de contingência o equivalente a R\$ 2.123.869,57, sendo o restante do superávit alocado em reserva especial.

Ressaltamos que se entende por Provisões Matemáticas as provisões cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

4.2 - Ajuste de Precificação

Para a Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2016, é obrigatório o cálculo e aplicação do Ajuste de Precificação, conforme disposto na Resolução CNPC nº 16/2014, nas situações de equacionamento de déficit e destinação de superávit.

O valor de Ajuste de Precificação é calculado para títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, correspondente à diferença entre o valor de tais títulos calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na Avaliação Atuarial e o valor contábil desses títulos.

Uma vez que a reserva especial do Plano Cenibra foi destinada em 31/12/2016 de forma obrigatória, o Ajuste de Precificação definido na Resolução CGPC nº 26/2008 não é aplicável por se tratar de ajuste positivo.

5 - Variação do Passivo Atuarial

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2016 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2015 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2016.

	Valores em R\$		
	EXERCÍCIO ENCERRADO	EXERCÍCIO ANTERIOR ATUALIZADO	VARIAÇÃO
Passivo Atuarial	11.388.040,60	11.241.121,79	1,31%
Benefícios Concedidos	11.388.040,60	11.241.121,79	1,31%
Contribuição Definida	0,00	0,00	0,00%
Benefício Definido	11.388.040,60	11.241.121,79	1,31%
Benefícios a Conceder	0,00	0,00	0,00%
Contribuição Definida	0,00	0,00	0,00%
Benefício Definido	0,00	0,00	0,00%

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

Convém ressaltar que todo o Passivo Atuarial de R\$ 11.388.040,60, é atuarialmente determinado com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados.

Tendo em vista a natureza desse plano, as hipóteses adotadas, a movimentação da massa de participantes consideramos aceitáveis as variações ocorridas para os benefícios definidos.

6 - Plano de Custeio

Tendo em vista o resultado superavitário do Plano, não haverá contribuição do patrocinador para o exercício de 2017.

7 - Conclusão

O superávit apurado em 2016 decorreu de oscilações favoráveis ocorridas acima do esperado no exercício.

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano Cenibra da Valia, informamos que o plano encontra-se superavitário em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

Este parecer foi atuarial elaborado para a Valia com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2016. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo acordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a Valia em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Willis Towers Watson

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 2017.

Sátyro Florentino Teixeira Neto
MIBA nº 1.158

Adriana Gomes Rodrigues
MIBA nº 992

6.9 - Parecer atuarial / Plano Vale Fertilizantes

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2016 do Plano de Benefícios Vale Fertilizantes da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia, utilizamos o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade posicionado em 30/06/2016.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2016.

Após a análise detalhada dos dados e correções feitas pela Entidade e por suas patrocinadoras, verificamos que eles estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente da patrocinadora, do administrador do plano e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria Previc nº 667 de 02/12/2013, divulgado no DOU de 03/12/2013.

O Plano de Benefícios Vale Fertilizantes encontra-se fechado para novas adesões.

1 - Estatísticas

BENEFÍCIOS A CONCEDER	30/06/2016
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)	
- Número	697
- Idade média (em anos)	46,3
- Tempo de serviço médio (em anos)	17,9
- Salário médio mensal ¹ (em reais)	5.818
- Folha salarial anual ¹ (em reais)	48.665.213
Participantes em aguardo de benefício proporcional²	
- Número	124
- Idade média (em anos)	46,0

¹ Considera os salários no conceito de Pico e Capacidade.

² Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido.

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	30/06/2016
Aposentados válidos	
- Número	39
- Idade média (em anos)	62,4
- Valor médio do benefício (em reais)	2.958

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

2 - Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a Valia e conta com o aval da patrocinadora do Plano de Benefícios Vale Fertilizantes conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23 de 26/06/2015.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

HIPÓTESES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS	2016	2015
Taxa real anual de juros	5,00%	5,00%
Projeção do crescimento real de salário	2% a.a. até 55 anos	2% a.a. até 55 anos
Pico dos Salários (IPC-BR)	6,20% ⁽¹⁾	7,04%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
- Salários / Benefícios do plano	99%	99%

⁽¹⁾ IPC-BR acumulado de novembro de 2015 a maio de 2016.

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E DEMOGRÁFICAS	2016	2015
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic Masculina	AT-2000 Basic Masculina
Tábua de Entrada de Invalidez	RGPS 1992-2002 Empregados Unissex suavizada em 55%	RGPS 1992-2002 Empregados Unissex suavizada em 55%
Tábua de Rotatividade	3% a.a. até 55 anos	3% a.a. até 55 anos

Foi realizado em 2015 um estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender aos dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012 e a Instrução nº 23 de 26/06/2015. Nessa ocasião foram analisadas as seguintes hipóteses:

- Mortalidade de Válidos;
- Entrada em Invalidez;
- Rotatividade;
- Crescimento Salarial;
- Fator de Determinação do Valor Real de Salários e Benefícios (capacidade).

Além disso, em 2016 foi realizado estudo de aderência para a taxa real de juros.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

2.1 - Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23 de 26/06/2015, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a convergência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson foi contratada pela Valia para desenvolver tal estudo utilizando os fluxos de benefícios e contribuições do plano, elaborados com as hipóteses recomendadas pelos estudos de aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras de 2015 segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 50% (intervalo de confiança mínimo exigido pela instrução nº 23/2015), suporte para a adoção da taxa real de juros de 6,39% a.a. para o plano de benefícios. Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 186/2016 para esse plano (limite inferior: 4,32% a.a. e limite superior: 6,57% a.a.). Não foram observados cenários estocásticos em que a TIR ficasse abaixo de 5% a.a.

O resultado do estudo mostrou que a taxa real de juros de 5,00% a.a. a ser utilizada na avaliação atuarial de 2016 está aderente à rentabilidade esperada da alocação estratégica dos ativos garantidores da parcela de benefício definido do plano.

2.2 - Projeção do crescimento real de salário

A taxa de crescimento salarial deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

O estudo de aderência realizado em 2015 indicou uma taxa de projeção do crescimento salarial de 2% a.a. para os participantes até 55 anos de idade e de 0% a.a. para os participantes com idade superior a 55 anos. Tal projeção é consistente com o planejamento da área de recursos humanos das empresas patrocinadoras. Sendo assim a hipótese de projeção do crescimento salarial foi mantida.

2.3 - Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

Foi mantido o fator de 99% para os salários e benefícios.

2.4 - Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas.

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis da massa de participantes do Plano de Benefícios Vale Fertilizantes, foram realizados no exercício de 2015 estudos de aderência de hipóteses que contemplaram a massa de participantes de todos os planos da Valia. As hipóteses biométricas e demográficas utilizadas na avaliação de 2016 são as indicadas por esse estudo.

2.5 - Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Os benefícios do plano foram avaliados pelos regimes e métodos a seguir indicados:

- Regime Financeiro Capitalização: benefício mínimo e integralização da contribuição especial.
- Método de Capitalização Agregado: benefício mínimo e integralização da contribuição especial

O Método Agregado tem a característica de estabelecer a necessidade atuarial quando se compara o Valor Presente dos Benefícios, dos participantes ativos, frente ao patrimônio acumulado. É considerado um método de capitalização aplicável a populações maduras e estacionárias. A diferença obtida entre a obrigação atuarial e o patrimônio previdencial corresponde ao custo normal agregado, o qual é considerado estável para a massa de Participantes deste Plano.

- Método de Capitalização Financeira: demais benefícios e institutos do plano.

2.6 - Comentários sobre métodos atuariais

Os métodos de financiamento são adequados à natureza do plano e atendem ao limite mínimo estabelecido no item 6 do Regulamento anexo a Resolução CGPC nº 18/2006.

As taxas de custeio apuradas pelo método agregado serão sempre baseadas no cenário real de participação, não cabendo variações além daquelas em virtude das alterações na massa populacional do Plano.

3 - Patrimônio Social

Com base nas informações financeiras do Plano de Benefícios Vale Fertilizantes de 31 de dezembro de 2016, o Patrimônio Social¹ é de R\$ 55.134.087,13.

De acordo com as informações prestadas pela Valia para a manutenção de títulos mantidos até o vencimento (marcados na curva), o Plano de Benefícios Vale Fertilizantes possui instrumentos de controle que permitem gerenciar o monitoramento da capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes e assistidos, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do Plano de Benefícios, conforme determina a Resolução CGPC nº 04/2002.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Valia.

¹ Líquido do Fundo Administrativo.

4 - Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura, das Provisões Matemáticas e dos Fundos em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

	VALORES EM R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	54.861.294,78
Provisões Matemáticas	54.569.429,01
<i>Benefícios Concedidos</i>	9.667.008,54
Contribuição Definida	9.667.008,54
Saldo de Conta de Assistidos	9.667.008,54
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	0,00
<i>Benefícios a Conceder</i>	45.460.964,03
Contribuição Definida	42.407.299,15
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	25.605.957,01
Saldo de Contas – Parcela Participantes	16.801.342,14
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	2.833.900,98
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	2.847.884,71
Valor Atual das Contribuições Futuras do(s) Patrocinador(es)	(13.983,73)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	219.763,90
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	220.866,44
Valor Atual das Contribuições Futuras do(s) Patrocinador(es)	(1.102,54)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
<i>Provisão Matemática a Constituir</i>	(558.543,56)
Serviço Passado	(558.543,56)
Patrocinador(es)	(558.543,56)
Participantes	0,00

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

	VALORES EM R\$
Déficit Equacionado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
Equilíbrio Técnico	291.865,77
<i>Resultados Realizados</i>	291.865,77
<i>Superávit Técnico Acumulado</i>	291.865,77
Reserva de Contingência	291.865,77
Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
<i>Déficit Técnico Acumulado</i>	0,00
<i>Resultados a Realizar</i>	0,00
Fundos	272.792,35
Fundos Previdenciais – Desvios de Sinistralidade e Alteração de Hipóteses	272.792,35
Fundos Administrativos	0,00
Fundo de Investimentos	0,00

O Fundo para Desvios de Sinistralidade e Alterações de Hipóteses é incrementado pelos recursos oriundos da Conta de Patrocinador que não foram utilizados para pagamento de benefícios ou institutos, cuja destinação será determinada pelo Conselho Deliberativo conforme item 7.5 do Regulamento deste plano.

4.1 - Reserva de Contingência

De acordo com o art. 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 22/2015, o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

Limite da Reserva de Contingência = [10% + (1% x duração do passivo do plano)] x Provisão Matemática.

Para o Plano de Benefícios Vale Fertilizantes, temos:

LIMITE MÁXIMO	LIMITE PELA FÓRMULA	MENOR LIMITE
25%	10% + (1% x 9,3) = 19,73%	19,73%

Portanto, o limite da Reserva de Contingência é de 19,73% das Provisões Matemáticas, e dessa forma foi alocado na reserva de contingência o total do superávit técnico acumulado, equivalente a R\$ 291.865,77.

Ressaltamos que se entende por Provisões Matemáticas as provisões cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

4.2 - Ajuste de Precificação

Para a Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2016 é obrigatório o cálculo e aplicação do Ajuste de Precificação, conforme disposto na Resolução CNPC nº 16/2014, nas situações de equacionamento de déficit e destinação de superávit.

O valor de Ajuste de Precificação é calculado para títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, correspondente à diferença entre o valor de tais títulos calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na Avaliação Atuarial e o valor contábil desses títulos.

Uma vez que o Plano de Benefícios Vale Fertilizantes não terá destinação de Superávit, o ajuste de Precificação conforme definido na Resolução CGPC nº 26/2008 não é aplicável.

5 - Variação do Passivo Atuarial

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2016 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2015 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2016.

Convém ressaltar que 5,54% (R\$ 3.053.664,88) do Passivo Atuarial de R\$ 55.127.972,57 é determinado atuarialmente com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados, pois corresponde à parcela de benefício definido das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e à parcela das provisões matemáticas de benefícios a conceder relativa aos benefícios de risco e/ou benefício mínimo. Os 94,46% restantes (R\$ 52.074.307,69) são provenientes dos saldos de conta formados pelas contribuições dos participantes e das patrocinadoras acrescidas do retorno dos investimentos, cujas informações são de inteira responsabilidade da Vale Fertilizantes.

Tendo em vista a natureza desse plano, as hipóteses adotadas, a movimentação da massa de participantes e os saldos de conta informados pela Vale Fertilizantes, consideramos aceitáveis as variações ocorridas para as parcelas de benefício definido.

	Valores em R\$		
	EXERCÍCIO ENCERRADO	EXERCÍCIO ANTERIOR ATUALIZADO	VARIAÇÃO EM %
Passivo Atuarial	55.127.972,57	55.480.873,54	-0,64%
Benefícios Concedidos	9.667.008,54	9.667.008,54	0,00%
Contribuição Definida	9.667.008,54	9.667.008,54	0,00%
Benefício Definido	0,00	0,00	0,00%
Benefícios a Conceder	45.460.964,03	45.813.865,00	-0,77%
Contribuição Definida	42.407.299,15	42.407.299,15	0,00%
Benefício Definido	3.053.664,88	3.406.565,85	-10,36%

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

6 - Plano de Custeio

6.1 - Patrocinadora

A patrocinadora deverá efetuar as contribuições equivalentes a 0,00008% da folha de salários de participação para custear o benefício mínimo, 0,00002% da folha de salários de participação para custear a integralização da contribuição especial e 0,6299% da folha de salários de participação para custear a Provisão Matemática a Constituir referente ao serviço passado.

O prazo para a amortização da Provisão Matemática a Constituir referente ao serviço passado é de 21 meses, a partir de janeiro de 2017.

Adicionalmente, a patrocinadora deverá efetuar as contribuições definidas no regulamento estimadas em 3,03% da folha de salários de participação para a contribuição normal e 0,18% da folha de salários de participação para contribuição variável.

6.2 - Participantes

As contribuições mensais dos participantes deverão ser praticadas conforme previsto no Regulamento do plano, que foram estimadas em 31/12/2016 em 2,02% da folha de salários de participação para contribuição básica e 0,55% da folha de salários de participação para contribuição adicional.

6.3 - Autopatrocinaados

Os participantes que optaram pelo instituto do autopatrocínio deverão efetuar, além de suas próprias contribuições, as contribuições que seriam efetuadas pela patrocinadora, caso não tivesse ocorrido o término do vínculo empregatício, destinadas ao custeio de seus benefícios, incluindo os benefícios com risco atuarial, que totalizam a taxa de 0,63%.

6.4 - Custeio Administrativo

A patrocinadora e os participantes autopatrocinaados contribuirão com o equivalente a 8% do total das contribuições para o plano para cobertura das despesas administrativas do plano.

O Plano de Custeio do Plano Vale Fertilizantes, para o exercício de 2017, deverá ser submetido e aprovado pelo Conselho Deliberativo da Valia, conforme previsto no Estatuto da Fundação, antes de sua entrada em vigor.

7 - Conclusão

O superávit apurado em 2016 decorreu das oscilações favoráveis ocorridas acima do esperado no exercício.

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios Vale Fertilizantes da Valia, informamos que o plano encontra-se superavitário em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

Este parecer atuarial foi elaborado para a Valia com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2016. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo acordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a Valia em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Willis Towers Watson

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 2017.


Sátyro Florentino Teixeira Neto
MIBA nº 1.158


Adriana Gomes Rodrigues
MIBA nº 992

6.9 - Parecer atuarial / Plano Vale Mais

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2016 do Plano de Benefícios Vale Mais da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia, utilizamos o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade posicionado em 30/06/2016.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2016.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela Entidade e por suas patrocinadoras, verificamos que eles estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria nº 247, de 02/06/2016, publicada no D.O.U. de 03/06/2016.

1 - Estatísticas

BENEFÍCIOS A CONCEDER - 30/06/2016	RISCO E RENDA	BENEFÍCIO PROPORCIONAL
Participantes ativos (considerando 864 autopatrocinaados)		
- Número	65.025	3.794
- Idade média (em anos)	36,9	49,6
- Tempo de serviço médio (em anos)	8,5	25,7
- Salário médio mensal ¹ (em reais)	4.396	N/A
- Folha salarial anual ¹ (em reais)	3.429.993.018	N/A
- Benefício Proporcional médio mensal	N/A	952
Participantes Vinculados²		
- Número	13.311	458
- Idade média (em anos)	37,7	48,7
- Valor médio do benefício (em reais)	N/A	933

¹ Considera os salários no conceito de Pico e Capacidade.

² Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido.

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS - 30/06/2016	RISCO E RENDA	BENEFÍCIO PROPORCIONAL
Aposentados válidos recebendo Renda Vitalícia¹		
- Número	919	3.142
- Idade média (em anos)	59,5	60,1
- Valor médio do benefício (em reais)	1.453	3.109
Aposentados válidos recebendo Renda por Prazo Certo ou percentual do Saldo de Conta¹		
- Número	699	-
- Idade média (em anos)	58,9	-
- Valor médio do benefício (em reais)	2.487	-
Aposentados inválidos²		
- Número	715	-
- Idade média (em anos)	54,2	-
- Valor médio do benefício (em reais)	831	-
Pensionistas (grupos familiares) recebendo Renda Vitalícia		
- Número	428	88
- Idade média (em anos)	44,8	57,7
- Valor médio do benefício (em reais)	1.029	1.878
Pensionistas (grupos familiares) recebendo Renda por Prazo Certo ou percentual do Saldo de Conta		
- Número	8	-
- Idade média (em anos)	61,9	-
- Valor médio do benefício (em reais)	777	-
Participantes em Processo de Concessão de Benefício		
- Número	6	1
- Idade média (em anos)	52,8	50,0
- Valor médio do benefício (em reais)	-	-

¹ Inclui os participantes recebendo benefício proporcional diferido.

² Inclui os auxílios-doença há mais de 2 anos.

2 - Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a Valia e conta com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios Vale Mais conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23 de 26/06/2015.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Benefício Proporcional:

HIPÓTESES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS	2016	2015
Taxa real anual de juros	5,50%	5,50%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
- Benefícios do Plano (concedidos)	99%	99%

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E DEMOGRÁFICAS	2016	2015
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic Masculina	AT-2000 Basic Masculina
Tábua de Entrada de Invalidez	RGPS 1992-2002 Empregados Unissex suavizada em 55%	RGPS 1992-2002 Empregados Unissex suavizada em 55%
Tábua de Rotatividade	N/A	N/A

OUTRAS HIPÓTESES	2016	2015
Composição familiar (H _x e C _x)		
- Ativos e Aposentados	Experiência Valia	Experiência Valia
Idade na data de Aposentadoria	Informada pela Valia	Informada pela Valia

Risco e Renda:

HIPÓTESES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS	2016	2015
Taxa real anual de juros	5,50%	5,50%
Projeção do crescimento real de salário	2% a.a. até 55 anos	2% a.a. até 55 anos
Pico dos Salários (IPC-BR)	Patrocinador Valia, Login – Docenave/DCNB (mês do acordo coletivo é janeiro) = 4,23%; Patrocinador Cenibra (mês do acordo coletivo é outubro) = 7,01%; Patrocinador Vale Óleo e Gás e ITV (mês do acordo coletivo é dezembro) = 5,15%; demais Patrocinadores (mês do acordo coletivo é novembro) = 6,20%	Patrocinador Valia, Login – Docenave/DCNB, Log Star e PSC (mês do acordo coletivo é janeiro) = 5,55%; Patrocinador Cenibra (mês do acordo coletivo é outubro) = 7,50%; Patrocinador Vale Óleo e Gás e ITV (mês do acordo coletivo é dezembro) = 6,35%; demais Patrocinadores (mês do acordo coletivo é novembro) = 7,04%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
- Salários / Benefícios do Plano	99%	99%

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E DEMOGRÁFICAS	2016	2015
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic Masculina	AT-2000 Basic Masculina
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-2000 Basic Masculina	AT-2000 Basic Masculina
Tábua de Entrada de Invalidez	RGPS 1992-2002 Empregados Unissex suavizada em 55%	RGPS 1992-2002 Empregados Unissex suavizada em 55%
Tábua de Rotatividade	3% a.a. até 55 anos	3% a.a. até 55 anos

OUTRAS HIPÓTESES	2016	2015
Composição familiar (H_x e C_x)		
- Ativos e Aposentados	Experiência Valia	Experiência Valia
Idade na data de Aposentadoria	Informada pela Valia, considerando as carências do benefício proporcional, para os que migraram do Plano de Benefício Definido; 55 anos de idade e 5 anos de plano para os novos inscritos neste plano e 55 anos de idade para os participantes que migraram do Plano Cenibra	Informada pela Valia, considerando as carências do benefício proporcional, para os que migraram do Plano de Benefício Definido; 55 anos de idade e 5 anos de plano para os novos inscritos neste plano e 55 anos de idade para os participantes que migraram do Plano Cenibra

Foi realizado em 2015 estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender aos dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012 e a Instrução nº 23 de 26/06/2015. Nessa ocasião foram analisadas as seguintes hipóteses:

- Mortalidade de Válidos;
- Entrada em Invalidez;
- Rotatividade;
- Crescimento Salarial;
- Fator de Determinação do Valor Real de Salários e Benefícios (capacidade).

Além disso, em 2016 foi realizado estudo de aderência para a taxa real de juros.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

2.1 - Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23 de 26/06/2015, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a convergência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson foi contratada pela Valia para desenvolver tal estudo utilizando os fluxos de benefícios e contribuições do plano, elaborados com as hipóteses recomendadas pelos estudos de aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras de 2015 e segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 50% (intervalo de confiança mínimo exigido pela instrução nº 23/2015), suporte para a adoção da taxa real de juros de 6,04% a.a. para o plano de benefícios. Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 186/2016 para esse plano (limite inferior: 4,35% a.a. e limite superior: 6,62% a.a.). Não foram observados cenários estocásticos em que a TIR ficasse abaixo de 5,50% a.a. (taxa adotada na avaliação de 2015).

O resultado do estudo técnico mostrou que a taxa real de juros de 5,50% a.a. a ser utilizada na avaliação atuarial de 2016 está aderente à rentabilidade esperada da alocação estratégica dos ativos garantidores do plano.

2.2 - Projeção do crescimento real de salário

A taxa de crescimento salarial deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

O estudo de aderência realizado em 2015 indicou uma taxa de projeção do crescimento salarial de 2% a.a. para os participantes até 55 anos de idade e de 0% a.a. para os participantes com idade superior a 55 anos. Tal projeção é consistente com o planejamento da área de recursos humanos das empresas patrocinadoras. Sendo assim a hipótese de projeção do crescimento salarial foi mantida.

2.3 - Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

Foi mantido o fator de 99% para os salários e benefícios.

2.4 - Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

6 Demonstrações financeiras

6.1 - Balanço patrimonial

6.2 - Parecer dos auditores independentes

6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social

6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa

6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada

6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos

6.7 - Demonstração de despesas administrativas

6.8 - Notas explicativas

6.9 - Parecer atuarial

6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo

6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis da massa de participantes do Plano de Benefícios Vale Mais, foram realizados no exercício de 2015 estudos de aderência de hipóteses que contemplaram a massa de participantes de todos os planos da Valia. As hipóteses biométricas e demográficas utilizadas na avaliação de 2016 são as indicadas por esse estudo.

2.5 - Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Os benefícios do plano foram avaliados pelos regimes e métodos a seguir indicados:

- Regime Financeiro Capitalização: todos os benefícios, exceto Auxílio-Doença.
- Método de Capitalização Agregado: Benefício proporcional, Benefícios de Risco e Rendas Vitalícias.

O Método Agregado tem a característica de estabelecer a necessidade atuarial quando se compara o Valor Presente dos Benefícios, dos participantes ativos e assistidos, frente ao patrimônio acumulado. É considerado um método de capitalização aplicável a populações maduras e estacionárias. A diferença obtida entre a obrigação atuarial e o patrimônio previdencial corresponde ao custo normal agregado, o qual é considerado estável para a massa de Participantes deste Plano.

- Método de Capitalização Financeira: demais benefícios e institutos do plano.
- Método de Repartição Simples: Auxílio-Doença.

Neste método, o Custo Normal é fixado com base no valor das despesas previstas para o próximo exercício. Como as receitas são estabelecidas para se igualarem com as despesas, não há geração de provisões matemáticas.

2.6 - Comentários sobre métodos atuariais

Os métodos de financiamento são adequados à natureza do plano e atendem ao limite mínimo estabelecido no item 6 do Regulamento anexo a Resolução CGPC nº 18/2006.

As taxas de custeio apuradas pelo método agregado serão sempre baseadas no cenário real de participação, não cabendo variações além daquelas em virtude das alterações na massa populacional do Plano.

3 - Patrimônio Social

Com base nas informações financeiras do Plano de Benefícios Vale Mais de 31 de dezembro de 2016, o Patrimônio Social¹ para o Plano de Benefícios Vale Mais consolidado é de R\$ 7.080.827.290,40.

De acordo com as informações prestadas pela Valia para a manutenção de títulos mantidos até o vencimento (marcados na curva), o Plano de Benefícios Vale Mais possui instrumentos de controle que permitem gerenciar o monitoramento da capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes e assistidos, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do Plano de Benefícios, conforme determina a Resolução CGPC nº 04/2002.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Valia.

4 - Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura, das Provisões Matemáticas e dos Fundos em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

Valores em R\$	RISCO E RENDA	BENEFÍCIO PROPORCIONAL	CONSOLIDADO
Patrimônio de Cobertura do Plano	4.672.593.574,06	2.061.020.463,15	6.733.614.037,21
Provisões Matemáticas	4.319.286.889,23	1.921.558.865,64	6.240.845.754,87
<i>Benefícios Concedidos</i>	677.435.725,08	1.830.198.632,30	2.507.634.357,38
Contribuição Definida	193.628.836,07	0,00	193.628.836,07
Saldo de Conta de Assistidos	193.628.836,07	0,00	193.628.836,07
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	483.806.889,01	1.830.198.632,30	2.314.005.521,31
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	287.911.558,89	1.830.198.632,30	2.118.110.191,19
Benefícios Vitalícios	287.911.558,89	0,00	287.911.558,89
Benefício Proporcional	0,00	1.830.198.632,30	1.830.198.632,30
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	195.895.330,12	0,00	195.895.330,12
Benefícios Vitalícios	195.895.330,12	0,00	195.895.330,12
<i>Benefícios a Conceder</i>	3.641.851.164,15	91.360.233,34	3.733.211.397,49
Contribuição Definida	3.151.677.170,71	0,00	3.151.677.170,71
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	1.298.490.994,33	0,00	1.298.490.994,33
Saldo de Contas – Parcela Participantes	1.853.186.176,38	0,00	1.853.186.176,38
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	0,00	91.360.233,34	91.360.233,34
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0,00	685.574.834,32	685.574.834,32
Benefícios Vitalícios	0,00	0,00	0,00
Benefício Proporcional	0,00	685.574.834,32	685.574.834,32
Valor Atual das Contribuições Futuras do(s) Patrocinador(es)	0,00	(594.214.600,98)	(594.214.600,98)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00	0,00	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	490.173.993,44	0,00	490.173.993,44
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	490.173.993,44	0,00	490.173.993,44
Benefícios Vitalícios	490.173.993,44	0,00	490.173.993,44
Valor Atual das Contribuições Futuras do(s) Patrocinador(es)	0,00	0,00	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00	0,00	0,00
<i>Provisão Matemática a Constituir</i>	0,00	0,00	0,00
Serviço Passado	0,00	0,00	0,00
Patrocinador(es)	0,00	0,00	0,00
Participantes	0,00	0,00	0,00

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

Valores em R\$	RISCO E RENDA	BENEFÍCIO PROPORCIONAL	CONSOLIDADO
Déficit Equacionado	0,00	0,00	0,00
Patrocinador(es)	0,00	0,00	0,00
Participantes	0,00	0,00	0,00
Assistidos	0,00	0,00	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00	0,00	0,00
Patrocinador(es)	0,00	0,00	0,00
Participantes	0,00	0,00	0,00
Assistidos	0,00	0,00	0,00
Equilíbrio Técnico	353.306.684,83	139.461.597,51	492.768.282,34
Resultados Realizados	353.306.684,83	139.461.597,51	492.768.282,34
Superávit Técnico Acumulado	353.306.684,83	139.461.597,51	492.768.282,34
Reserva de Contingência	0,00	0,00	492.768.282,34
Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00	0,00	0,00
Déficit Técnico Acumulado	0,00	0,00	0,00
Resultados a Realizar	0,00	0,00	0,00
Fundos	275.834.603,98	71.378.649,21	347.213.253,19
Fundo Previdencial	275.834.603,98	71.378.649,21	347.213.253,19
Fundo para Desvios de Sinistralidade e Alterações de hipóteses	275.834.603,98	71.378.649,21	347.213.253,19

¹ Líquido do Fundo Administrativo.

Observamos que:

- A reserva de reversão do benefício de aposentadoria programada já concedido em pensão por morte foi contabilizada na conta “Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos”, assim como a reserva da pensão por morte concedida em função do falecimento de aposentado válido;
- A reserva de reversão do benefício de aposentadoria por invalidez já concedido em pensão por morte foi contabilizada na conta “Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos”, assim como a reserva de pensão por morte concedida em função do falecimento de aposentado inválido;
- A reserva de pensão por morte concedida em função do falecimento de participante ativo foi registrada na conta “Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos”;
- A reserva de reversão do benefício de aposentadoria programada a conceder em pensão por morte foi contabilizada na conta “Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado”;
- A reserva de reversão do benefício de aposentadoria por invalidez a conceder em pensão por morte foi contabilizada na conta “Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado”, assim como a reserva de pensão por morte a conceder de participante ativo;
- O valor do Fundo para Desvio de Sinistralidade e Alterações de Hipóteses - Risco, foi atualizado para 31/12/2016 e totaliza R\$ 218.260.827,49.

O Fundo para Desvios de Sinistralidade e Alterações de Hipóteses – Benefício Proporcional foi constituído com os ganhos atuariais e financeiros em relação às hipóteses adotadas e será consumido pelos desvios de sinistralidade e/ou pela adoção de hipóteses mais conservadoras, almejando a estabilidade no custeio para os benefícios concedidos.

O Fundo para Desvios de Sinistralidade e Alterações de Hipóteses do Plano de Renda é incrementado pelos recursos oriundos das sobras da Conta de Patrocinador referentes aos participantes que recebam o Resgate ou aqueles previstos nos artigos 60, parágrafo 2º do artigo 66 e parágrafos 1º e 4º do artigo 74 do Regulamento deste plano, cuja destinação será determinada pelo Conselho Deliberativo conforme artigo 142 do Regulamento deste plano.

Fundo para Desvios de Sinistralidade e Alterações de Hipóteses - Plano de Risco foi constituído almejando a estabilidade no custeio para os benefícios concedidos. É incrementado pela diferença, caso exista, entre as contribuições praticadas e o custo calculado pelo método atuarial e será consumido pelos desvios de sinistralidade e/ou pela adoção de hipóteses mais conservadoras. Além desses objetivos, parte dos recursos é destinada à cobertura dos encargos decorrentes do retorno à atividade dos participantes aposentados por invalidez com menos de 55 anos. Na ocorrência desse evento, o saldo de conta existente na data da invalidez é restabelecido, sendo então transferido o valor deste Fundo para o Patrimônio do Plano de Renda para fazer face ao aumento da Reserva Matemática de Benefícios a Conceder.

4.1 - Reserva de Contingência

De acordo com o art. 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 22/2015, o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

Limite da Reserva de Contingência = [10% + (1% x duração do passivo do plano)] x Provisão Matemática.

Para o Plano de Benefícios Vale Mais, temos:

LIMITE MÁXIMO	LIMITE PELA FÓRMULA	MENOR LIMITE
25%	10% + (1% x 13,27) = 23,27%	23,27%

Portanto, o limite da Reserva de Contingência é de 23,27% das Provisões Matemáticas, e dessa forma foi alocado na reserva de contingência o total do superávit técnico acumulado, equivalente a R\$ 492.768.282,34.

Ressaltamos que se entende por Provisões Matemáticas as provisões cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

4.2 - Ajuste de Precificação

Para a Avaliação Atuarial de encerramento do exercício é obrigatório o cálculo e aplicação do Ajuste de Precificação, conforme disposto na Resolução CNPC nº 16/2014, nas situações de equacionamento de déficit e destinação de superávit.

O valor de Ajuste de Precificação é calculado para títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, correspondente à diferença entre o valor de tais títulos calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na Avaliação Atuarial e o valor contábil desses títulos.

Uma vez que o Plano de Benefícios Vale Mais não terá destinação de Superávit, o ajuste de Precificação conforme definido na Resolução CGPC nº 26/2008 não é aplicável.

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

5 - Variação do Passivo Atuarial

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2016 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2015 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2016.

	Valores em R\$		
	EXERCÍCIO ENCERRADO	EXERCÍCIO ANTERIOR ATUALIZADO	VARIAÇÃO
Passivo Atuarial	6.240.845.754,87	6.305.079.653,81	-1,02%
<i>Benefícios Concedidos</i>	2.507.634.357,38	2.377.090.042,26	5,49%
Contribuição Definida	193.628.836,07	193.628.836,07	0,00%
Benefício Definido	2.314.005.521,31	2.183.461.206,19	5,98%
<i>Benefícios a Conceder</i>	3.733.211.397,49	3.927.989.611,55	-4,96%
Contribuição Definida	3.151.677.170,71	3.151.677.170,71	0,00%
Benefício Definido	581.534.226,78	776.312.440,84	-25,09%

Convém ressaltar que do Passivo Atuarial de R\$ 6.240.845.754,87, 46,40% (R\$ 2.895.539.748,09) é atuarialmente determinado com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados, pois corresponde à parcela das provisões matemáticas de benefícios concedidos Vitalícios e à parcela das provisões matemáticas de benefícios a conceder relativa aos benefícios de risco e Benefício Proporcional. Os 53,60% restantes (R\$ 3.345.306.006,78) são provenientes dos saldos de conta formados pelas contribuições dos participantes e das patrocinadoras acrescidas do retorno dos investimentos, cujas informações são de inteira responsabilidade da Valia.

A variação apresentada nos Benefícios a Conceder parcela de benefício definido ocorre devido as transferências de participantes ativos para assistidos.

Tendo em vista a natureza desse plano, as hipóteses adotadas, a movimentação da massa de participantes e os saldos de conta informados pela Valia, consideramos aceitáveis as variações ocorridas para as parcelas de benefícios definidos.

6 - Plano de Custeio

6.1 - Patrocinadoras

- Benefício Proporcional

Conforme Regulamento do Plano de Benefícios Vale Mais, as Patrocinadoras listadas deverão realizar as contribuições abaixo (em moeda de 06/2016), corrigidas mensalmente pelo IPC-BR da Fundação Getúlio Vargas. A prestação financeira deverá ser proporcionalizada entre os patrocinadores, de forma a manter o mesmo percentual em relação ao total das prestações praticadas no exercício 2016. Nestas prestações já está incluída a taxa de administração. O prazo total de amortização do benefício proporcional é de 30 anos, iniciado em maio de 2000.

PATROCINADORA	PRESTAÇÃO EM R\$
Vale	5.101.511,90
Cenibra	10.398,97
Docegeo (*)	90.938,88
Docenave (**)	148.534,93
Florestas	6.202,22
FVRD	17.253,26
Hispanobras	10.298,41
Itabrasco	41.105,60
MSG	6.913,58
Nibrasco	6.194,99
Valia	45.947,91
Total	5.485.300,65

(*) Empresa Incorporada pela Vale. (**) Atualmente denominada LOG-IN – Logística Intermodal S.A.

- Benefícios de Risco

Para os benefícios de Risco, as patrocinadoras deverão efetuar contribuição equivalente a 1,00% da folha de salários de participação.

- Benefícios de Renda

Para os benefícios de Renda, a contribuição normal ordinária das Patrocinadoras, definida no regulamento deste plano, representa 3,70% (estimada em 30/06/2016) da folha de salários de participação.

6.2 - Participantes

A contribuição normal ordinária dos Participantes, definida no regulamento deste plano, representa 4,10% (estimada em 30/06/2016) da folha de salários de participação.

6.3 - Autopatrocinados

Os participantes que optaram pelo instituto de autopatrocínio deverão efetuar as contribuições de participantes e as contribuições de risco, deverão efetuar ainda a contribuição para o custeio das despesas administrativas, no percentual de 6,5% das suas contribuições totais conforme definido no regulamento do Plano.

6.4 - Custeio Administrativo

As patrocinadoras deverão contribuir com a taxa equivalente a 6,5%. Esta taxa incidirá sobre o valor das prestações do Benefício Proporcional, sobre o total das contribuições para os Benefícios de Risco e Benefícios de Renda, relativamente a contribuição normal ordinária mensal do patrocinador e contribuição ordinária mensal do participante ativo.

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

6.5 - Resumo comparativo do plano de custeio

Tendo em vista a natureza do plano, apresentamos a seguir apenas as taxas de contribuição definidas atuarialmente.

TAXAS DE CONTRIBUIÇÃO DE RISCO EM % DA FOLHA DE PARTICIPAÇÃO SEM A SOBRECARGA ADMINISTRATIVA	PLANO DE CUSTEIO 2017	PLANO DE CUSTEIO 2016
Patrocinadores e Autopatrocinados		
Invalidez, reversão em pensão e Pensão por Morte	0,00%	0,00%
Auxílio-Doença	0,33%	0,36%
Fundo para Desvios de Sinistralidade e Alterações de hipóteses ⁽¹⁾	0,67%	0,64%
Total	1,00%	1,00%

⁽¹⁾ A diferença entre as contribuições praticadas e o custo calculado será destinada ao Fundo para Desvios de Sinistralidade e Alterações de hipóteses.

O Plano de Custeio do Plano Vale Mais, para o exercício de 2017, deverá ser submetido e aprovado pelo Conselho Deliberativo da Valia, conforme previsto no Estatuto da Fundação, antes de sua entrada em vigor.

7 - Conclusão

O superávit apurado em 2016 decorreu de oscilações favoráveis ocorridas acima do esperado no exercício.

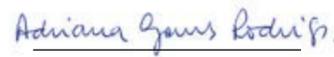
Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios Vale Mais da Valia, informamos que o plano encontra-se financeiramente superavitário em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

Este parecer atuarial foi elaborado para a Valia com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2016. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo acordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a Valia em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Willis Towers Watson

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 2017.


Sátyro Florentino Teixeira Neto
MIBA nº 1158


Adriana Gomes Rodrigues
MIBA nº 992

6.9 - Parecer atuarial / Plano Valiaprev

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2016 do Plano de Benefícios Valiaprev da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia, utilizamos o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade posicionado em 30/06/2016.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2016.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela Entidade e por suas patrocinadoras, verificamos que eles estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria nº 246, de 02/06/2016, publicada no D.O.U. de 03/06/2016.

1 - Estatísticas

BENEFÍCIOS A CONCEDER	30/06/2016
Participantes ativos (considerando 212 autopatrocinados)	
- Número	13.772
- Idade média (em anos)	37,6
- Tempo de serviço médio (em anos)	8,5
- Salário médio mensal ¹ (em reais)	3.459
- Folha salarial anual ¹ (em reais)	571.718.406
Participantes em aguardo de benefício proporcional²	
- Número	6.822
- Idade média (em anos)	40,5

¹ Considera os salários no conceito de Pico e Capacidade.

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS - 30/06/2016	RISCO E RENDA
Aposentados válidos	
- Número	73
- Idade média (em anos)	61,4
- Valor médio do benefício (em reais)	2.306

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimonio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS - 30/06/2016	RISCO E RENDA
Aposentados válidos recebendo Renda por Prazo Certo ou percentual do Saldo de Conta	
- Número	155
- Idade média (em anos)	59,2
- Valor médio do benefício (em reais)	1.983
Aposentados inválidos¹	
- Número	240
- Idade média (em anos)	50,7
- Valor médio do benefício (em reais)	334
Pensionistas (grupos familiares)	
- Número	75
- Idade média (em anos)	47,1
- Valor médio do benefício (em reais)	956
Pensionistas (grupos familiares) recebendo Renda por Prazo Certo ou percentual do Saldo de Conta	
- Número	2
- Idade média (em anos)	66,2
- Valor médio do benefício (em reais)	379

² Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido.

¹ Inclui os auxílios-doença há mais de 2 anos.

2 - Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a Valia e conta com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios Valiaprev conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23 de 26/06/2015.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

HIPÓTESES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS	2016	2015
Taxa real anual de juros	5,50%	5,50%
Projeção do crescimento real de salário	2% a.a. até 55 anos	2% a.a. até 55 anos

Pico dos Salários (IPC-BR)	Patrocinador IAV (mês do acordo coletivo é janeiro) = 4,23%; Patrocinador TVV (mês do acordo coletivo é março) = 1,63%; Patrocinador ALBRÁS, APOVALE, PASA (mês do acordo coletivo é maio) = 0,64%; Patrocinador BOZEL (mês do acordo coletivo é agosto) = 7,69%; Patrocinador FCA e Samarco (mês do acordo coletivo é setembro) = 7,45%; Patrocinador Ferroligas e RDM (mês do acordo coletivo é dezembro) = 5,15%; demais Patrocinadores (mês do acordo coletivo é novembro) = 6,20%	Patrocinador Valia, Login – Docenave/DCNB, Log Star e PSC (mês do acordo coletivo é janeiro) = 5,55%; Patrocinador Cenibra (mês do acordo coletivo é outubro) = 7,50%; Patrocinador Vale Óleo e Gás e ITV (mês do acordo coletivo é dezembro) = 6,35%; demais Patrocinadores (mês do acordo coletivo é novembro) = 7,04%
	Fator de determinação do valor real ao longo do tempo	
- Salários / Benefícios do plano	99%	99%

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E DEMOGRÁFICAS	2016	2015
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic Masculina	AT-2000 Basic Masculina
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-2000 Basic Masculina	AT-2000 Basic Masculina
Tábua de Entrada de Invalidez	RGPS 1992-2002 Empregados Unissex suavizada em 55%	RGPS 1992-2002 Empregados Unissex suavizada em 55%
Tábua de Rotatividade	3% a.a. até 55 anos	3% a.a. até 55 anos

OUTRAS HIPÓTESES	2016	2015
Composição familiar (H_x e C_x)		
- Ativos e Aposentados	Experiência Valia	Experiência Valia
Idade na data de Aposentadoria	55 anos de idade e 5 anos de plano	55 anos de idade e 5 anos de plano

6 Demonstrações financeiras

6.1 - Balanço patrimonial

6.2 - Parecer dos auditores independentes

6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social

6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa

6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada

6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos

6.7 - Demonstração de despesas administrativas

6.8 - Notas explicativas

6.9 - Parecer atuarial

6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo

6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

Foi realizado em 2015 um estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender aos dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012 e a Instrução nº 23 de 26/06/2015. Nessa ocasião foram analisadas as seguintes hipóteses:

- Mortalidade de Válidos;
- Entrada em Invalidez;
- Rotatividade;
- Crescimento Salarial;
- Fator de Determinação do Valor Real de Salários e Benefícios (capacidade).

Além disso, em 2016 foi realizado estudo de aderência para a taxa real de juros.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

2.1 - Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23 de 26/06/2015, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a convergência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson foi contratada pela Valia para desenvolver tal estudo utilizando os fluxos de benefícios e contribuições do plano, elaborados com as hipóteses recomendadas pelos estudos de aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras de 2015 segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 50% (intervalo de confiança mínimo exigido pela instrução nº 23/2015), suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,86% a.a. para o plano de benefícios. Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria PREVIC nº 186/2016 para esse plano (limite inferior: 4,38% a.a. e limite superior: 6,65% a.a.). Não foram observados cenários estocásticos em que a TIR ficasse abaixo de 5,50% a.a. (taxa adotada na avaliação de 2015).

O resultado do estudo técnico mostrou que a taxa real de juros de 5,50% a.a. a ser utilizada na avaliação atuarial de 2016 está aderente à rentabilidade esperada da alocação estratégica dos ativos garantidores do plano.

2.2 - Projeção do crescimento real de salário

A taxa de crescimento salarial deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

O estudo de aderência realizado em 2015 indicou uma taxa de projeção do crescimento salarial de 2% a.a. para os participantes até 55 anos de idade e de 0% a.a. para os participantes com idade superior a 55 anos. Tal projeção é consistente com o planejamento da área de recursos humanos das empresas patrocinadoras. Sendo assim a hipótese de projeção do crescimento salarial foi mantida.

2.3 - Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

Foi mantido o fator de 99% para os salários e benefícios.

2.4 - Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis da massa de participantes do Plano de Benefícios Valiaprev, foram realizados no exercício de 2015 estudos de aderência de hipóteses que contemplaram a massa de participantes de todos os planos da Valia. As hipóteses biométricas e demográficas utilizadas na avaliação de 2016 são as indicadas por esse estudo.

2.5 - Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Os benefícios do plano foram avaliados pelos regimes e métodos a seguir indicados:

- Regime Financeiro Capitalização: todos os benefícios.
- Método de Capitalização Agregado: benefícios de Risco do plano e Rendimentos Vitalícios.

O Método Agregado tem a característica de estabelecer a necessidade atuarial quando se compara o Valor Presente dos Benefícios, dos participantes ativos e assistidos, frente ao patrimônio acumulado. É considerado um método de capitalização aplicável a populações maduras e estacionárias. A diferença obtida entre a obrigação atuarial e o patrimônio previdencial corresponde ao custo normal agregado, o qual é considerado estável para a massa de Participantes deste Plano.

- Método de Capitalização Financeira: demais benefícios e institutos do plano.

2.6 - Comentários sobre métodos atuariais

Os métodos de financiamento são adequados à natureza do plano e atendem ao limite mínimo estabelecido no item 6 do Regulamento anexo a Resolução CGPC nº 18/2006.

As taxas de custeio apuradas pelo método agregado serão sempre baseadas no cenário real de participação, não cabendo variações além daquelas em virtude das alterações na massa populacional do Plano.

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

3 - Patrimônio Social

Com base nas informações financeiras do Plano de Benefícios Valiaprev de 31 de dezembro de 2016, o Patrimônio Social¹ para o Plano de Benefícios Valiaprev consolidado é de R\$ 601.463.635,61.

De acordo com as informações prestadas pela Valia para a manutenção de títulos mantidos até o vencimento (marcados na curva), o Plano de Benefícios Valiaprev possui instrumentos de controle que permitem gerenciar o monitoramento da capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes e assistidos, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do Plano de Benefícios, conforme determina a Resolução CGPC nº 04/2002.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Valia.

4 - Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura, das Provisões Matemáticas e dos Fundos em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

VALORES EM R\$	CONSOLIDADO
Patrimônio de Cobertura do Plano	560.966.518,05
Provisões Matemáticas	559.568.573,61
<i>Benefícios Concedidos</i>	97.972.081,38
Contribuição Definida	33.096.519,53
Saldo de Conta de Assistidos	33.096.519,53
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	64.875.561,85
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	38.094.953,54
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	26.780.608,31
<i>Benefícios a Conceder</i>	461.596.492,23
Contribuição Definida	403.632.426,56
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	175.983.737,98
Saldo de Contas – Parcela Participantes	227.648.688,58
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras do(s) Patrocinador(es)	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	57.964.065,67

VALORES EM R\$	CONSOLIDADO
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	60.938.659,45
Valor Atual das Contribuições Futuras do(s) Patrocinador(es)	(2.974.593,78)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
<i>Provisão Matemática a Constituir</i>	0,00
Serviço Passado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Déficit Equacionado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
Equilíbrio Técnico	1.397.944,44
Resultados Realizados	1.397.944,44
Superávit Técnico Acumulado	1.397.944,44
Reserva de Contingência	1.397.944,44
Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
Déficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a Realizar	0,00
Fundos	40.497.117,56
Fundo Previdencial	40.497.117,56
Outros Previstos em Nota Técnica	40.497.117,56
Fundo para Desvios de Sinistralidade e Alterações de hipóteses	26.289.774,33
Fundo Valesul	4.062.728,39
Fundo Albras	10.045.356,17
Fundo FCA Risco	97.522,52
Fundo FCA Autopatrocinado Risco	1.736,15

¹ Líquido do Fundo Administrativo.

6 Demonstrações financeiras

6.1 - Balanço patrimonial

6.2 - Parecer dos auditores independentes

6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social

6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa

6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada

6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos

6.7 - Demonstração de despesas administrativas

6.8 - Notas explicativas

6.9 - Parecer atuarial

6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo

6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

Observamos que:

- A reserva de reversão do benefício de aposentadoria programada já concedido em pensão por morte foi contabilizada na conta “Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos”, assim como a reserva da pensão por morte concedida em função do falecimento de aposentado válido;
- A reserva de reversão do benefício de aposentadoria por invalidez já concedido em pensão por morte foi contabilizada na conta “Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos”, assim como a reserva de pensão por morte concedida em função do falecimento de aposentado inválido;
- A reserva de pensão por morte concedida em função do falecimento de participante ativo foi registrada na conta “Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos”;
- A reserva de reversão do benefício de aposentadoria programada a conceder em pensão por morte foi contabilizada na conta “Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado”;
- A reserva de reversão do benefício de aposentadoria por invalidez a conceder em pensão por morte foi contabilizada na conta “Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado”, assim como a reserva de pensão por morte a conceder de participante ativo;
- O valor do Fundo para Desvio de Sinistralidade e Alterações de Hipóteses - Risco foi atualizado para 31/12/2016 e totaliza R\$ 8.010.805,53.

O Fundo para Desvios de Sinistralidade e Alterações de Hipóteses do Plano de Risco foi constituído almejando a estabilidade no custeio do Plano. É incrementado pela diferença, caso exista, entre as contribuições praticadas e o custo calculado pelo método atuarial e será consumido pelos desvios de sinistralidade e/ou pela adoção de hipóteses mais conservadoras. Além desses objetivos, parte dos recursos é destinada à cobertura dos encargos decorrentes do retorno à atividade dos participantes aposentados por invalidez com menos de 55 anos. Na ocorrência desse evento, o saldo de conta existente na data da invalidez é restabelecido, sendo então transferido o valor deste Fundo para o Patrimônio do Plano de Renda para fazer face ao aumento da Reserva Matemática de Benefícios a Conceder.

O Fundo para Desvios de Sinistralidade e Alterações de Hipóteses do Plano de Renda é incrementado pelos recursos oriundos das sobras da Conta de Patrocinador referentes aos participantes que recebam o Resgate ou aqueles previstos nos artigos 56, parágrafo 2º do artigo 61 e parágrafos 1º e 4º do artigo 69 do Regulamento deste plano, cuja destinação será determinada pelo Conselho Deliberativo conforme artigo 135 do Regulamento deste plano.

Os Fundos Valesul e Albras são destinados ao adiantamento parcial das contribuições desses patrocinadores para o custeio do plano Valiaprev. A constituição inicial desses fundos decorreu da transferência do saldo das contribuições vertidas por esses patrocinadores para os planos de previdência em que originalmente estiveram vinculados.

Os Fundos FCA Risco e FCA Autopatrocinao Risco decorreram do resultando apurado no processo de transferência dos saldos de contribuições do patrocinador e autopatrocinados do plano de origem (FCA) para o plano Valiaprev. Esses fundos são destinados ao adiantamento parcial de contribuições.

4.1 - Reserva de Contingência

De acordo com o art. 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 22/2015, o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$.

Para o Plano de Benefícios Valiaprev, temos:

LIMITE MÁXIMO	LIMITE PELA FÓRMULA	MENOR LIMITE
25%	$10\% + (1\% \times 16,35) = 26,35\%$	25%

Portanto, o limite da Reserva de Contingência é de 25% das Provisões Matemáticas, e dessa forma foi alocado na reserva de contingência o total do superávit técnico acumulado, equivalente a R\$ 1.397.944,44.

Ressaltamos que se entende por Provisões Matemáticas as provisões cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

4.2 - Ajuste de Precificação

Para a Avaliação Atuarial de encerramento de exercício é obrigatório o cálculo e aplicação do Ajuste de Precificação, conforme disposto na Resolução CNPC nº 16/2014, nas situações de equacionamento de déficit e destinação de superávit.

O valor de Ajuste de Precificação é calculado para títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, correspondente à diferença entre o valor de tais títulos calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na Avaliação Atuarial e o valor contábil desses títulos.

Uma vez que o Plano de Benefícios Valiaprev não terá destinação de Superávit, o ajuste de Precificação conforme definido na Resolução CGPC nº 26/2008 não é aplicável.

5 - Variação do Passivo Atuarial

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2016 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2015 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2016.

	Valores em R\$		
	EXERCÍCIO ENCERRADO	EXERCÍCIO ANTERIOR ATUALIZADO	VARIAÇÃO EM %
Passivo Atuarial	559.568.573,61	556.359.028,89	0,58%
Benefícios Concedidos	97.972.081,38	89.678.824,61	9,25%

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimônio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

	Valores em R\$		
	EXERCÍCIO ENCERRADO	EXERCÍCIO ANTERIOR ATUALIZADO	VARIÇÃO EM %
Contribuição Definida	33.096.519,53	33.096.519,53	0,00%
Benefício Definido	64.875.561,85	56.582.305,08	14,66%
Benefícios a Conceder	461.596.492,23	466.680.204,28	-1,09%
Contribuição Definida	403.632.426,56	403.632.426,56	0,00%
Benefício Definido	57.964.065,67	63.047.777,72	-8,06%

Convém ressaltar que do Passivo Atuarial de R\$ 559.568.573,61, 21,95% (R\$ 122.839.627,52) é atuarialmente determinado com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados, pois corresponde à parcela das provisões matemáticas de benefícios concedidos Vitalícios e à parcela das provisões matemáticas de benefícios a conceder relativa aos benefícios de risco. Os 78,05% restantes (R\$ 436.728.946,09) são provenientes dos saldos de conta formados pelas contribuições dos participantes e das patrocinadoras acrescidas do retorno dos investimentos, cujas informações são de inteira responsabilidade da Valia.

A variação apresentada nos Benefícios a Conceder parcela de benefício definido ocorre devido as transferências de participantes ativos para assistidos.

Tendo em vista a natureza desse plano, as hipóteses adotadas, a movimentação da massa de participantes e os saldos de conta informados pela Valia, consideramos aceitáveis as variações ocorridas para as parcelas de benefícios definidos.

6 - Plano de Custeio

6.1 - Patrocinadora

Para os benefícios de Risco, as patrocinadoras deverão efetuar contribuição equivalente a 0,64% da folha de salários de participação. Para os benefícios de Renda, a contribuição normal ordinária das Patrocinadoras, definidas no regulamento deste plano, representam 3,18% (estimadas em 30/06/2016) da folha de salários de participação.

6.2 - Participantes

A contribuição normal ordinária dos Participantes, definidas no regulamento deste plano, representam 3,42% (estimadas em 30/06/2016) da folha de salários de participação.

6.3 - Autopatrocinados

Os participantes que optaram pelo instituto de autopatrocínio deverão efetuar as contribuições de participantes e as contribuições de risco, deverão efetuar ainda a contribuição para o custeio das despesas administrativas, no percentual de 6,5% das suas contribuições totais conforme definido no regulamento do Plano.

6.4 - Custeio Administrativo

As patrocinadoras deverão contribuir com o equivalente a 6,5% do total das suas contribuições acrescidas das contribuições dos participantes, definidas no regulamento do plano, para cobertura das despesas administrativas.

6.5 - Resumo comparativo do plano de custeio

Tendo em vista a natureza do plano, apresentamos a seguir apenas as taxas de contribuição definidas atuarialmente.

TAXAS DE CONTRIBUIÇÃO DE RISCO EM % DA FOLHA DE PARTICIPAÇÃO SEM A SOBRECARGA ADMINISTRATIVA	PLANO DE CUSTEIO 2017	PLANO DE CUSTEIO 2016
Patrocinadores e Autopatrocinados		
Invalidez, reversão em pensão e Pensão por Morte	0,06%	0,14%
Fundo para Desvios de Sinistralidade e Alterações de hipóteses ⁽¹⁾	0,58%	0,50%
Total	0,64%	0,64%

⁽¹⁾ A diferença entre as contribuições praticadas e o custo calculado será destinada ao Fundo para Desvios de Sinistralidade e Alterações de hipóteses.

O Plano de Custeio do Plano de Benefícios Valiaprev, para o exercício de 2017, deverá ser submetido e aprovado pelo Conselho Deliberativo da Valia, conforme previsto no Estatuto da Fundação, antes de sua entrada em vigor.

7 - Conclusão

O superávit acumulado apurado em 2016 decorreu de oscilações favoráveis ocorridas acima do esperado no período de sua constituição.

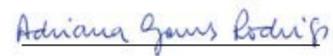
Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios Valiaprev da Valia, informamos que o plano encontra-se financeiramente superavitário em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

Este parecer atuarial foi elaborado para a Valia com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2016. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo acordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a Valia em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Willis Towers Watson

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 2017.


Sátyro Florentino Teixeira Neto
MIBA nº 1158


Adriana Gomes Rodrigues
MIBA nº 992

6 Demonstrações financeiras

- 6.1 - Balanço patrimonial
- 6.2 - Parecer dos auditores independentes
- 6.3 - Demonstração das mutações do patrimonio social
- 6.4 - Demonstração do plano de gestão administrativa
- 6.5 - Montante dos investimentos em gestão terceirizada
- 6.6 - Resumo dos demonstrativos de investimentos
- 6.7 - Demonstração de despesas administrativas
- 6.8 - Notas explicativas
- 6.9 - Parecer atuarial
- 6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo**
- 6.11 - Parecer do Conselho Fiscal**

6.10 - Parecer do Conselho Deliberativo

DELIBERAÇÃO – Nº 01/2017

O Conselho Deliberativo da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – VALIA, no uso de suas atribuições legais e considerando:

O Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Social, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa, Demonstrações do Ativo Líquido por plano, Demonstrações da Mutaçao do Ativo Líquido por plano. Demonstração das Provisões Técnicas por plano e notas explicativas às demonstrações contábeis, relativos ao exercício findado em 31/12/2016, apresentados pela Diretoria Executiva da Entidade;

O Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da KPMG Auditores Independentes;

O parecer favorável do Conselho Fiscal datado de 06 de março de 2017;

Delibera por unanimidade,

Aprovar as demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2016.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

Eustáquio Coelho Lott
Presidente

6.11 - Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – Valia, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. Com base nos exames efetuados, considerando ainda o respectivo relatório dos auditores independentes, KPMG Auditores Independentes, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelo Conselho Deliberativo.

Rio de Janeiro, 6 de março de 2017.

Benjamin Elio Moro

Heloisi Medeiros de Oliveira

Fábio Stewson de Souza

Vânia de Albuquerque

José Carlos Lopes Amorim



7

Anexo

GR1

7 Anexo GRI

7.1 - Sobre o Relatório

7.2 - Sumário de conteúdo GRI

Anexo GRI

7.1 - Sobre o Relatório

O Relatório Anual Valia apresenta aos participantes, empregados da Fundação, patrocinadoras, comunidades locais e demais entidades do segmento de previdência complementar as principais informações relativas a seus resultados financeiros e econômicos, de gestão e governança corporativa e de desempenho socioambiental no biênio 2015/2016. Foram considerados dados financeiros e não financeiros do período compreendido entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2016. A publicação é apresentada em formato digital (PDF), disponível a todos os públicos no site da Valia (www.valia.com.br). O conteúdo levou em conta os temas materiais da Fundação e não houve alterações significativas de escopo em relação a edições anteriores. [GRI G4-18, G4-28]

Este Relatório foi elaborado de acordo com as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), referência internacional para a divulgação de informações sobre a forma de gestão das organizações, seu desempenho ambiental, social e econômico e seus impactos. Foram aplicadas as diretrizes G4 da GRI, em nível Essencial, sem verificação externa. Informações e limitações relativas a indicadores específicos estão apontadas no sumário de conteúdo GRI ou ao longo do conteúdo apresentado. [GRI G4-32, G4-33]

Dúvidas, críticas e sugestões sobre o conteúdo apresentado podem ser encaminhadas ao e-mail fale.conosco.valia@vale.com. [GRI G4-31]

7.2 - Sumário de conteúdo GRI

Aspecto	Descrição	Página/resposta	Omissão
Estratégia e análise	G4-1 Mensagem do presidente	3	
	G4-2 Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades	6, 7, 8, 29	
Perfil organizacional	G4-3 Nome da organização	6	
	G4-4 Principais marcas, produtos e/ou serviços	6	
	G4-5 Localização da sede da organização	6	
	G4-6 Países onde estão as principais unidades de operação ou as mais relevantes para os aspectos da sustentabilidade do relatório	6	
	G4-7 Tipo e natureza jurídica da propriedade	6	
	G4-8 Mercados em que a organização atua	6	
	G4-9 Porte da organização	6, 20	
	G4-10 Perfil dos empregados	29	
	G4-11 Percentual de empregados cobertos por acordos de negociação coletiva	100% dos empregados próprios	
	G4-12 Descrição da cadeia de fornecedores da organização		Não aplicável; aspecto não material
	G4-13 Mudanças significativas em relação a porte, estrutura, participação acionária e cadeia de fornecedores	Não houve mudanças significativas no período	
	G4-14 Descrição sobre como a organização adota a abordagem ou princípio da precaução	A Valia não adota o princípio da precaução	
	G4-15 Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente	32	
	G4-16 Participação em associações e organizações	32	

7 Anexo GRI

7.1 - Sobre o Relatório

7.2 - Sumário de conteúdo GRI

Aspecto	Descrição	Página/resposta	Omissão
Aspectos materiais identificados e limites	G4-17 Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e entidades não cobertas pelo relatório	As demonstrações financeiras consolidadas referem-se aos cinco planos de benefícios da Valia. Não há entidades não cobertas pelo relatório	
	G4-18 Processo de definição do conteúdo do relatório	97	
	G4-19 Lista dos temas materiais	7	
	G4-20 Limite, dentro da organização, de cada aspecto material	7	
	G4-21 Limite, fora da organização, de cada aspecto material	7	
	G4-22 Reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores	Não houve	
	G4-23 Alterações significativas de escopo e limites de aspectos materiais em relação a relatórios anteriores	Não houve	
Engajamento de stakeholders	G4-24 Lista de grupos de stakeholders engajados pela organização	7	
	G4-25 Base usada para a identificação e seleção de stakeholders para engajamento	7	
	G4-26 Abordagem para envolver os stakeholders	7	
	G4-27 Principais tópicos e preocupações levantadas durante o engajamento, por grupo de stakeholders	7	
Perfil do relatório	G4-28 Período coberto pelo relatório	97	
	G4-29 Data do relatório anterior mais recente	31/03/2016	
	G4-30 Ciclo de emissão de relatórios	Bianual	
	G4-31 Contato para perguntas sobre o relatório ou seu conteúdo	97	
	G4-32 Opção da aplicação das diretrizes e localização da tabela GRI	97	
Governança	G4-33 Política e prática atual relativa à busca de verificação externa para o relatório	97	
	G4-34 Estrutura de governança da organização	11	
Ética e integridade	G4-56 Valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização	6	

Conteúdo específico

Categoria econômica			
Aspecto	Descrição	Página/resposta	Omissão
Desempenho econômico	G4-DMA Forma de gestão	20-22	
	G4-EC1 Valor econômico direto gerado e distribuído	20	
	G4-EC2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas	35	
	G4-EC3 Cobertura das obrigações no plano de pensão de benefício	32	
	G4-EC4 Ajuda financeira significativa recebida do governo	A Valia não recebe ajuda financeira do governo	
Impactos econômicos indiretos	G4-DMA Forma de gestão	35	
	G4-EC8 Descrição de impactos econômicos indiretos significativos	14, 32	

Categoria social – práticas trabalhistas e trabalho decente			
Aspecto	Descrição	Página/resposta	Omissão
Emprego	G4-DMA Forma de gestão	29-32	
	G4-LA1 Número total e taxas de novas contratações e rotatividade de empregados	30	
Treinamento e educação	G4-DMA Forma de gestão	31	
	G4-LA10 Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua	31	

Categoria social – sociedade			
Aspecto	Descrição	Página/resposta	Omissão
Combate à corrupção	G4-DMA Forma de gestão	9, 10	
	G4-S03 Unidades submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção	9	
	G4-S04 Percentual de empregados treinados em políticas e procedimentos anticorrupção	9, 10	
Conformidade	G4-S08 Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias	Não houve no biênio multa ou sanção por não conformidade com leis e regulamentos	

7 Anexo

GRI

7.1 - Sobre o Relatório

7.2 - Sumário de conteúdo GRI

Categoria social – responsabilidade pelo produto			
Aspecto	Descrição	Página/resposta	Omissão
Rotulagem de produtos e serviços	G4-DMA Forma de gestão	14-18	
	G4-PR3 Tipo de informação sobre produtos e serviços exigido por procedimentos de rotulagem	18	
	G4-PR4 Não conformidades relacionadas à rotulagem de produtos e serviços	17	
	G4-PR5 Resultados de pesquisas medindo a satisfação do cliente	18	

Categoria setorial – suplemento setorial financeiro			
Aspecto	Descrição	Página/resposta	Omissão
Carteira de produtos	G4-DMA Forma de gestão	34, 35	
	G4-FS1: Políticas com componentes socioambientais específicos aplicadas às linhas de negócios	34	
	G4-FS2: Procedimentos para avaliação e triagem de riscos socioambientais nas linhas de negócios	35	
Portfólio de produtos	G4-DMA Forma de gestão	34	
	FS5: Interações com clientes / empresas controladas / parceiros de negócios referentes a riscos e oportunidades socioambientais	34	
Auditoria	G4-DMA Forma de gestão	34	
	FS9: Cobertura e frequência das auditorias para avaliar a implementação de políticas socioambientais e procedimentos de avaliação de risco	34	
Propriedade ativa	G4-DMA Forma de gestão	34	
	FS10: Percentual e número de empresas do portfólio da instituição com as quais a organização relatora interagiu em relação a questões socioambientais	34	
	FS11: Percentual de ativos sujeitos a triagem ambiental ou social (positiva e negativa)	34	
Rotulagem de produtos e serviços	G4-DMA Forma de gestão	14-16	
	FS16: Iniciativas para aumentar a educação financeira, por tipo de beneficiário (público)	14	

CRÉDITOS

Aline Pires - Arrecadação e Relações com Patrocinadores

Bárbara Ferraz - Educação e Comunicação

Benjamin Moro - Presidente do Conselho Fiscal

Cristiane Karcher - Gestão de Risco

Daniel Coelho - Educação e Comunicação

Daniel Swerts - Investimentos Mobiliários

Devanir Silva - Especialista em Previdência (Abrapp)

Eduardo Silva - Tecnologia da Informação

Eliete Lomeu - Desenvolvimento e Atuária

Elisabete Teixeira - Diretora de Seguridade

Eneida Holandino - Investimentos Imobiliários

Equipe Valia

Eustáquio Lott - Presidente do Conselho Deliberativo

Fernanda Gouvea - Controladoria

Gláucia Archer - Educação e Comunicação

Haroldo Jackson - membro do Conselho Deliberativo da Valia

Marcus Fonseca - Governança e Controles Internos

Maria Gurgel - Diretora- superintendente da Valia

Marisa Duarte - Atendimento

Mauricio Wanderley - Diretor de Investimentos e Finanças

Milena Miranda - Governança e Controles Internos

Nathalia Pimentel - Jurídica

Nathalia Pinto - Investimentos no Exterior

Paloma Cunha - Educação e Comunicação

Ronaldo Vieira - Atuária

Sabrina Moss - Governança e Controles Internos

Shirley Severini - Controladoria

Tatiana Assali - Representante do PRI no Brasil

Viktor Moszkowicz - membro do Conselho Deliberativo da Valia



